



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção- Transparência- Integridade

MÁ GESTÃO E ALIANÇAS PROMÍSCUAS COLAPSAM SECTOR DE PESCAS EM MOÇAMBIQUE





CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

MÁ GESTÃO E ALIANÇAS PROMÍSCUAS COLAPSAM SECTOR DE PESCAS EM MOÇAMBIQUE

Maputo, Março de 2023

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. METODOLOGIA.....	5
3. BREVE ENQUADRAMENTO.....	6
4. BREVE HISTORIAL	6
5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	7
5.1. Pescas: um sector em falência.....	7
5.2. Fiscalização, o falhanço de uma governação.....	9
5.3. Pesca industrial e semi-industrial.....	15
5.3.1. Os “irmãos” chineses.....	18
5.4. Pesca artesanal.....	21
5.4.1 Atum em risco.....	24
5.5. Os padrões das pescas.....	25
5.6. Crise institucional.....	33
5.7. O caso de Angoche.....	42
5.8. O caso da Beira.....	47
6. RECOMENDAÇÕES/SUGESTÕES.....	49

1. INTRODUÇÃO

É um dos sectores menos falados no país, o que, em parte, traduz o grau de importância que lhe é dedicado, até pelo Governo. Tal como refere Manhice (2021)¹, no trajecto de quase 50 anos de existência de Moçambique como país independente, a actividade da pesca não teve um acompanhamento aprofundado em comparação a outros sectores de produção, como a agricultura e a mineração, cuja informação e decisões são reflectidas e debatidas em várias plataformas, académicas e sociais, e na sociedade civil, de forma mais recorrente.

Contudo, a pesca é uma actividade de grande importância económica e social para o país. Este trabalho pretende ser uma contribuição nesse debate que, talvez mais do que nunca, se impõe para este sector que tem sido, cada vez mais, alvo de diversos apetites, muitas vezes colocando em causa a sustentabilidade dos seus recursos.

Além da presente introdução, apresentação da metodologia usada e um breve enquadramento que mostra a evolução histórica do sector e o lugar de Moçambique no panorama mundial das pescas, incluindo os principais recursos que o país possui, o trabalho dedica um extenso capítulo de apresentação e análise de resultados.

Trata-se do capítulo 5, que inicia com uma radiografia da área das pescas, mostrando como, depois de um esforço inicial no pós-independência, a má gestão acabou por empurrar o sector para a falência. Neste capítulo, o texto argumenta que, depois de um notável trabalho inicial, desde logo com a implantação de um sector que praticamente não existia na era colonial, as pescas foram, depois, vítimas de uma gestão desastrosa dos sucessivos Governos da Frelimo.

O texto mostra que o Executivo só despertou quando os recursos pesqueiros começaram a escassear no mar. Mas, mesmo depois de os alarmes terem tocado, as medidas adoptadas para conter a razia do pescado têm-se revelado ineficientes. Aliás, este é o ponto que é aprofundando na segunda parte do capítulo 5, mostrando, particularmente, o quase total desinvestimento em recursos humanos e materiais para a fiscalização.

Uma das faces mais gritantes desse desinvestimento público é que o país, independente há 47 anos, não tem, a nível central, uma única embarcação para a fiscalização. No exemplo mais trágico desse falhanço do Estado, para os fiscais moçambicanos se fazerem ao mar, às vezes, têm de “apanhar boleia” dos operadores pesqueiros a quem é suposto fiscalizarem.

A terceira e quarta partes deste capítulo principal traçam um quadro geral sobre os três subsectores de pesca, nomeadamente, o industrial, o semi-industrial e o artesanal. De forma particular, na terceira parte, o texto mostra como Moçambique se tornou num paraíso para a pesca ilegal, com as mais altas taxas de incidência do fenómeno, justamente pela incapacidade de fiscalização, quer dentro, como fora das 200 milhas náuticas da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE). Também se apresenta um caso paradigmático de assalto às águas moçambicanas, feita pelos chineses com beneplácito de elites moçambicanas, resultando na dizimação de recursos pesqueiros e danificação de fundos marinhos.

Na quarta parte do capítulo, o trabalho mostra como a pesca artesanal, praticamente descontrolada, está a colocar em causa a reprodução das espécies, pelo uso de artes nocivas. A pesca artesanal acaba por alimentar uma rede de contrabando, muitas vezes em conexão com servidores públicos corruptos.

Na passagem seguinte, o trabalho traça o perfil dos padrões do sector das pescas que são, essencialmente, a nomenclatura ligada ao partido Frelimo, na sua maioria generais e combatentes da luta de libertação nacional. Neste sector, o texto argumenta que são essas conexões promíscuas que garantem a impunidade aos que dizimam os recursos pesqueiros do país, como é o caso dos “irmãos chineses”.

Segue-se uma passagem sobre a crise institucional no Ministério das Pescas, desde a recorrente mudança de ministros até à troca de nomes do pelouro, o que tem resultado em medidas desastrosas para o sector. Ao que a pesquisa constatou, Moçambique tem sofrido, severamente, as vicissitudes causadas pelas recorrentes mudanças de liderança, que nem sempre respeitam o critério da competência técnica necessária num sector tão sensível, aliado à instabilidade causada

¹ Manhice, Halaze (2021). A pesca em Moçambique: uma luta constante pela sustentabilidade. In *Aporias do Moçambique Pós Colonial – Estado Sociedade e Capital* (org. Boaventura Monjane e Régio Conrado).

pelas frequentes alterações das designações institucionais, incluindo a movimentação de algumas instituições tuteladas e a extinção de outras.

As passagens 7 e 8 apresentam casos de estudo feitos em Angoche, na província de Nampula, e na Beira, em Sofala, que são exemplos flagrantes da devastação dos recursos pesqueiros do país. O trabalho termina com um capítulo de recomendações que têm como foco a necessidade de se repensar no modelo da pesca artesanal, propondo que mais do que combater os pescadores artesanais, é preciso transformá-los em verdadeiros parceiros na protecção dos recursos pesqueiros. Não mais com utopias e romantismo.

As recomendações também têm a ver com a necessidade de se repensar no modelo da gestão das pescas: na recorrente mudança de ministros, na falta de recursos humanos qualificados e em quantidade e nas recorrentes alterações de nomes do Ministério. A ideia é que as pescas não podem continuar a ser pensadas numa visão curta de cinco anos findos os quais cada presidente entende moldar o sector à sua imagem, com implicações em cascata que, ao invés de melhorar, levam ainda mais ao precipício um sector nevrálgico para o país, económica e socialmente.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi produzido com base em técnicas de investigação jornalística. Depois da consulta bibliográfica, escassa ainda, foram realizadas entrevistas com actores-chave do sector, que incluem antigos dirigentes, operadores industriais, semi-industriais e artesanais e cientistas e investigadores, todos com experiência e conhecimento acumulados ao longo de anos de gestão, operação e pesquisa nas pescas em Moçambique.

A pedido da maioria dos entrevistados, todas as fontes, neste trabalho, são apresentadas sob forma de anonimato, para protegê-las de eventuais pressões políticas, num sector onde convergem vários jogos de interesse das elites predadoras da Frelimo. O Centro de Integridade Pública (CIP) reserva-se ao inegociável direito de proteger as suas fontes de informação. Para complementar os dados recolhidos, quer em entrevistas dirigidas, quer em entrevistas colectivas, foram realizadas pesquisas de campo no distrito de Angoche (na província de Nampula) e na Beira (Sofala), estes dois primeiros abrangidos pelo banco de Sofala², a principal área de pesca do país³, e na baía de Maputo⁴.

A terceira região onde estão distribuídos os recursos pesqueiros de Moçambique é o chamado Banco de São Lázaro⁵. Angoche e Beira são exemplos mais do que evidentes de como os recursos pesqueiros do país estão a ser devastados a olhos vistos, colocando em causa a sustentabilidade do sector.

2 O banco de Sofala situa-se entre os 16° 00 Sul e os 21° 00 Sul desde Angoche, na província de Nampula, até Nova Mambone, na província de Inhambane, com uma área aproximada de 50.000 km². Fonte: Impacto-Proyectos e Impactos Ambientais (2012). Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso Actual da Terra nos Distritos da Zona Costeira de Moçambique. In Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental. Maputo. Acedido a 23 de Agosto de 2022, em https://www.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2019/01/1547465126-Perfil_Buzi.pdf

3 Tem cerca de 180 km de distância da costa ao limite da plataforma, medidos a partir da cidade da Beira, onde o Banco atinge a sua maior largura. A profundidade média do banco de Sofala é de cerca de 20 m. O banco de Sofala foi formado a partir de milhões de anos de transporte e acumulação de sedimentos transportados pelos rios que desaguam na região central de Moçambique. O contorno da costa e o abrigo de Madagascar permitiram que esses sedimentos se acumulassem num extenso e duradouro banco de areia. Mais de 80 por cento do total das águas fluviais que desaguam em toda a costa moçambicana drenam sobre o banco de Sofala. Com estas águas dos rios são transportados partículas de areia e argila num valor total que varia entre 50 a 120 km³/ano. Além dos sedimentos, as águas dos rios transportam nutrientes e isso, conjugado com fenómenos de remoinhos e contra-correntes originados no contorno oceânico do banco, fazem com que a produtividade das águas aumente nesta região. É esta a razão de o banco de Sofala ser a região costeira de Moçambique mais rica para pesca intensiva. Fonte: Idem.

4 Anteriormente conhecida como Baía de Delagoa, no Sul, a Baía de Maputo é uma enseada do Oceano Índico entre 25° 40' e 26° 20' S, com um comprimento de norte a sul de mais de 90 km de comprimento e 32 km de largura. O extremo noroeste da Baía é definido pela Ponta da Macaneta, uma faixa com praias voltadas para oeste em direcção ao Canal de Moçambique, e manguezais atrás. O lado oriental da baía é definido pela península de Machangulo que, no seu lado interior ou oeste, proporciona um ancoradouro seguro. Ao norte da península fica a Ilha da Inhaca e uma ilha menor, a "Ilha dos Portugueses", anteriormente conhecida como Ilha do Elefante. Fonte: Stringfixer, acedido a 23 de Agosto de 2022, em https://stringfixer.com/pt/Delagoa_Bay

5 O banco de S. Lázaro fica situado na costa norte de Moçambique, na província de Cabo Delgado, a cerca de 70 milhas do Porto de Pemba e a 45 milhas da Ilha do Ibo, entre as latitudes 12°06'.8 S e 12°17'.0 S e as longitudes de 41°20'. 2 E e 41°26'.4E. Ratos, José (1986). Pesca Experimental no banco de S. Lázaro. Instituto de Investigação Pesqueiro. Boletim de Divulgação n°16. Maputo.

3. BREVE ENQUADRAMENTO

Para um país com uma extensa costa como Moçambique, 2.700 km, e uma vasta Zona Económica Exclusiva (ZEE), 200 milhas, a pesca constitui uma importante actividade económica e social. De acordo com Hunguane (*apud* Manhice, 2021), a relevância do sector assenta no facto de ser fonte de subsistência e rendimento de cerca de dois terços da população das zonas costeiras e do seu contributo para a economia nacional, que se fez notar, especialmente, nas décadas que se seguiram ao período colonial, através do desenvolvimento do sector da pesca industrial com vista à captação de divisas através do pagamento de licenças.

Estima-se que o potencial de produtos pesqueiros de Moçambique seja de cerca de 310 mil toneladas/ano⁶. O camarão de superfície e o atum, que vive nas águas profundas, sustentam as duas pescarias marítimas mais importantes, nas quais o sector industrial, para o atum, e artesanal, para o camarão, contribuem de forma relevante para a produção total anual (MIMAIP, *apud* Manhice, 2021).

Na pesca de incidência nacional em Moçambique, o camarão do banco de Sofala constitui o recurso mais importante. O banco de Sofala é a principal região de pesca de camarão no país e a baía de Maputo a segunda região mais importante de pesca deste recurso. Além do banco de Sofala e da Baía de Maputo, a pesca de camarão, em Moçambique, é também feita na foz do rio Limpopo.

Moçambique detém a 5ª maior ZEE marinha da região ocidental do Oceano Índico, sendo, por isso, também uma zona importante para espécies migratórias que passam pelo Canal de Moçambique. O atum constitui o recurso mais importante de incidência internacional, sustentando uma pesca industrial dominada por frotas estrangeiras, e um recurso alvo para a pesca artesanal nas regiões costeiras, onde se encontra a espécie.

Moçambique compartilha o estoque de atum com outros países costeiros e insulares na região ocidental do Oceano Índico, nomeadamente, Madagáscar, Tanzânia, Quénia, Sichelles e Somália. Nesses países, à semelhança de Moçambique, estes grandes pelágicos passam pelas suas ZEE nos seus ciclos de migração sazonais (Manhice, 2021).

4. BREVE HISTORIAL

Historicamente, as pescas, em Moçambique, começam a despontar, como sector relevante na economia moçambicana, no final da era colonial. É, pois, nos anos 1971/1972 que surgem os primeiros núcleos da pesca industrial, com o aparecimento de algumas empresas privadas, tais como a Armadores de Pesca de Moçambique, Lda, a Lopes e Baptista Lda, entre outras.

Contudo, é com o advento da independência que o Governo moçambicano, ao criar a Secretaria de Estado das Pescas, lança as bases para o desenvolvimento da actividade pesqueira no país. Na verdade, foi o estabelecimento de um sector que durante o período colonial praticamente não existia. Aliás, no contexto da política económica do regime colonial português, foi reservado para Moçambique o papel de consumidor dos excedentes do pescado de Portugal, Angola e da África do Sul. De modo que a ausência de um órgão de direcção e promoção do desenvolvimento do sector pesqueiro constituía uma importante componente da estratégia para a preservação deste objectivo⁷.

Com a independência, o Estado cria empresas estatais industriais que actuavam na produção, as Emopescas E.E - Empresas Estatais - (havia Emopesca Angoche, Emopesca Quelimane e Emopesca Beira). Estas empresas eram 100% industriais e estatais. Para a comercialização, criou-se a Pescom, E.E (para a comercialização interna) e Pescom Internacional, E.E (para a comercialização externa).

Os chamados Combinados Pesqueiros completavam o circuito comercial, pois eram as entidades que garantiam a comercialização da produção dos pescadores artesanais. Os Combinados Pesqueiros eram, pois, unidades fabris espalhadas por todo o país, sob controlo da Secretaria de Estado para as Pescas, cuja função era de apoiar os pescadores artesanais, fornecendo-lhes material de pesca (redes e anzóis) e sistemas de frio, e comprando a sua produção para processá-la e depois vendê-la à Pescom, que depois colocava no mercado.

Mais tarde, surge, em 1998, o Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala (IDPPE) com o objectivo de

⁶ Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP, 2018).

⁷ (<https://inip.gov.mz/index.php/pt/o-instituto/historial>).

promover acções conducentes ao desenvolvimento da pequena produção pesqueira, com realce para a pesca de pequena escala, em reconhecimento do seu papel como parte integrante do desenvolvimento rural e na melhoria das condições de vida e de trabalho das comunidades pesqueiras e no aumento da produção nacional de alimentos proteicos.

Paralelamente, o Governo foi promovendo a criação de empresas mistas, através de parcerias entre o Estado moçambicano, representado pela Emopesca E.E e empresas pesqueiras estrangeiras detentoras de *know how* e capacidade financeira. É neste quadro que, no final da década de 70 e princípios da década de 80, nascem as principais empresas industriais moçambicanas que hoje operam no país, como a Efripel, a Krustamoz, a Pescamar, entre outras.

O Programa de Reabilitação Económica (PRE), instituído em finais da década de 80 pelo Governo, criou condições para a privatização e/ou liquidação das empresas estatais devido à sua incapacidade de garantir a operacionalidade e a renovação dos seus activos. Este era o princípio da crise com a tomada do sector pelas elites da Frelimo, como será demonstrado ao longo do trabalho.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

5.1. Pescas: um sector em falência

O actual estágio das pescas, em Moçambique é, simplesmente, calamitoso. Na verdade, o sector está em estado de falência. Mas, o sector já jogou um papel importante como fonte de divisas para o país. Aliás, ao mesmo tempo que o país recém-independente adoptou uma política de criação de empresas industriais estatais e mistas, continuava a licenciar embarcações estrangeiras, sobretudo espanholas, portuguesas e francesas, para o atum; soviéticas e alemãs orientais, para o camarão, para que continuassem a extrair os recursos em quantidades industriais e, por via disso, trouxessem dólares para Moçambique.

Mas, depois do esforço inicial (criação das Emopescas E.E, da Pescom E.E, e dos Combinados Pesqueiros) o sector começou, a partir dos finais da década de 1980, a ser mal gerido, incluindo um alto esforço exercido sobre os recursos pesqueiros. Até que, entre a década de 80 e 90 começaram a surgir os primeiros alarmes sobre o declínio dos níveis de captura dos recursos. Foi quando as próprias autoridades começaram a questionar-se sobre a sustentabilidade do sector, além do máximo rendimento, isto é, a priorização do lucro.

Só para se ter uma ideia desse declínio, no período pós independência, a pesca tinha um peso significativo no Produto Interno Bruto (PIB), chegando aos 20 % do PIB nacional. Na década de 80, as pescas chegaram a representar 50% das exportações do país, essencialmente o camarão. Mas, actualmente, a contribuição do sector não chega nem aos 2%⁸. Com efeito, as pescas já nem aparecem nos relatórios do Governo como sector em si, mas surgem na rubrica “outros sectores”, com 1.5%.

Na pescaria do camarão, por exemplo, que é o principal produto pesqueiro de exportação de Moçambique⁹, a média histórica é de 7 mil toneladas por ano, mas, em 2005, o país estava em dois mil e cinco toneladas, uma redução de mais de 80%. De facto, a pescaria do camarão quase que colapsou devido à pressão exercida sobre o recurso. Mesmo reconhecendo a influência negativa de outros aspectos como a poluição marítima e as mudanças climáticas¹⁰, os números do camarão reflectem a situação sombria de todo um sector que está numa queda acentuada, devido, sobretudo, ao elevado esforço de pesca que vem sofrendo ao longo dos anos.

No caso do camarão, só quando os alarmes tocaram sobre o esgotamento do recurso é que o Governo tornou esta uma pescaria fechada, significando que, diferentemente de recursos como o atum e outros, não há novos operadores a serem admitidos na pescaria de camarão, pelo menos há mais de 10 anos. Em termos práticos, os actuais operadores têm direitos

⁸ É preciso sublinhar que, apesar de tudo, quando a pesca foi o maior contribuinte para o PIB, o país estava em guerra civil, pelo que outros sectores primários, como a agricultura, definida como a base do desenvolvimento do país, não funcionavam em pleno. Diferentemente da actividade agrária, severamente afectada pela guerra, no mar, a vida económica era mais ou menos segura. Entretanto, de acordo com um especialista, com a economia a funcionar normalmente (sem guerra), não mais seria possível o sector das pescas contribuir com 20% do PIB ou 50% das exportações – a média seria de 7% do PIB. Contudo, até por volta do ano 2000, as pescas rondavam entre 7 a 12%, contrariamente à actual contribuição irrisória de menos de 2%.

⁹ Trata-se do chamado camarão de superfície, que só ocorre até às 12 milhas. Havendo depois das 12 milhas, é uma espécie chamada *latisulcatus*, que só aparece durante algum período do ano, não justificando um investimento dirigido.

¹⁰ Na campanha pesqueira do ano em curso, por exemplo, os armadores de camarão queixam-se de baixas capturas, alegando uma brusca mudança de temperatura, que fez com que o recurso dispersasse.

históricos adquiridos, cabendo-lhes, apenas, a renovação das licenças, que têm duração anual.

No mesmo esforço de reduzir a pressão sobre o recurso, antes, as empresas tinham quotas em toneladas, ou seja, era o chamado total admissível de capturas, que significava que cada empresa tinha o direito de capturar um determinado número de toneladas de pescado. Esta medida foi substituída pelos chamados *cabos mestres*, ou seja, total admissível de esforço. Isto significa que, em vez de capturar toneladas e toneladas de pescado, agora há uma limitação na abertura das redes de pesca.

Dito de outra forma, antes, quando era total admissível de captura, tecnicamente conhecida como TAC (*Total Allowable Catch*), os barcos abriam as redes e carregavam tudo. Mas, agora, dá-se uma limitação de abertura de rede, que é curta. Se antes um operador podia ter uma quota para pescar mil toneladas de camarão, por exemplo, hoje está limitado à abertura da rede, que é reduzida. Em termos práticos, a modalidade actual, tecnicamente designada por cabo-mestre que surgiu para gerir melhor os recursos, diminuiu significativamente o nível das capturas, aspecto confirmado pelos operadores do sector.

A fiscalização do cumprimento da abertura das redes, bem como de toda a actividade pesqueira em Moçambique, é da responsabilidade da Administração Nacional de Pescas (ADNAP)¹¹, uma Instituição do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas.

Uma outra medida tomada para controlar o sector foi a adopção dos períodos de defeso e veda. Defeso é a altura em que se deve deixar as fêmeas desovantes irem depositar ovos nos estuários e mangais, enquanto veda destina-se a permitir que o recurso cresça. Como explica Manhice (2021), devido às suas características fisiológicas e ao seu ciclo de vida, os camarões peneídeos das águas moçambicanas passam uma parte da vida ora no mar (lavrás e adultos), ora no estuário (juvenis e sub-adultos), sustentando uma pescaria multisectorial (artesanal, semi-industrial e industrial), com impactos nas populações pesqueiras e nos ecossistemas.

Normalmente o período de defeso/veda, em Moçambique, é de 5 meses, de Novembro a Março do ano seguinte, o que quer dizer que, embora a licença de pesca seja anual, na prática os operadores têm apenas cerca de 7 meses para a pesca de camarão, habitualmente de Abril a Outubro.

A adopção de medidas para o controlo da pressão exercida sobre os recursos e a decretação de períodos de defeso/veda são importantes passos para a sustentabilidade do recurso. Contudo, ainda existem desafios à volta da sua implementação, como são as fragilidades na fiscalização, que ainda permitem que vários recursos continuem a ser capturados mesmo nesses períodos dedicados à reprodução/crescimento, como será afluído mais adiante.

De facto, se Moçambique não fizesse isso, a pescaria do camarão, por exemplo, podia ter colapsado definitivamente, como aconteceu em vários países. Aliás, na costa oriental africana, Moçambique é o único país que tem pesca comercial de camarão de superfície. Na Tanzânia e no Quénia, a actividade colapsou justamente porque não foram tomadas medidas atempadas nesse sentido.

Mas, se é verdade que a adopção de medidas para o controlo da pressão exercida sobre os recursos pesqueiros foi um importante passo para a sustentabilidade do sector, também é verdade que, mesmo com esse esforço para controlar as capturas, a situação não tem estado a melhorar nos últimos anos. Por isso, levanta-se a necessidade de envolver na equação da protecção dos recursos outras variáveis, que incluem olhar para as pescas não simplesmente como uma actividade económica, mas também como uma actividade social vital para as comunidades mais pobres.

Trata-se, no fundo, da necessidade de encarar a pesca como uma actividade que envolve comunidades ribeirinhas, na sua maioria pobres, que não têm outra alternativa de sobrevivência, senão o mar e os rios. Ao mesmo tempo que é necessário

¹¹ Por regra, os barcos de pesca, particularmente do sector industrial e semi-industrial, são sujeitos à fiscalização, nos Portos, antes da partida (para verificar se as redes a usarem respeitam as medidas indicadas consoante as licenças), e no regresso da faina (para confirmar se as espécies capturadas correspondem aos recursos para os quais o operador está licenciado). Na partida, a inspecção testa, com recurso a máquinas, as dimensões da rede. No regresso, há uma equipa de controlo da descarga, que deve ser igual à declaração de carga fornecida pelo capitão da embarcação. Mas também estão os técnicos do porto, que acompanham o processo para efeitos de cobrança das taxas de manuseamento. Mesmo assim, durante a realização deste trabalho, foram constatadas deficiências no funcionamento da fiscalização, incluindo casos de operadores que usam redes não autorizadas. Angoche é um dos exemplos mais flagrantes, conforme será demonstrado mais adiante.

combater a pesca nociva, que coloca em causa a sustentabilidade de recursos, as comunidades, ainda que principais usuárias de artes prejudiciais, devem ser tidas como parceiras incontornáveis na protecção dos recursos pesqueiros com medidas realistas que atendam à sua situação específica, mesmo que economicamente contribuam em pouco para os cofres do Estado.

De contrário, os esforços poderão estar condenados ao fracasso ou sem grandes impactos como demonstra a tendência dos últimos anos. Como assinala uma das especialistas entrevistadas ao longo da pesquisa, *as vedas existem há longos anos¹², mas as capturas do camarão estão a oscilar, mas não sobem porque questões económicas e sociais também têm de acompanhar a implementação das medidas.*

Com efeito, ao mesmo tempo que o país precisa de ter um verdadeiro sistema de fiscalização, tanto para os industriais, semi-industriais e artesanais, também deve repensar no modelo usado na implementação das medidas de protecção, particularmente, no sector artesanal, dando incentivos às comunidades pobres para não dizimarem os recursos pesqueiros, em vez de proceder à simples punição.

De facto, enquanto ignorar as dimensões económicas e sociais, a actual abordagem, de natureza punitiva, dificilmente irá, sozinha, reverter o quadro cataclítico que o sector experimenta. Tal como observa De Sousa et al (*apud* Manchice, 2021), *apesar dos esforços, através de instituições do Estado para a gestão do sector, a pesca vem apresentando uma diminuição da sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional do qual representa actualmente menos de 2%.*

Não é por acaso que as restrições de esforço nos *stocks* de pesca aplicados desde os anos 80, como forma de controlar a sobre-exploração, ainda não produziram resultados substanciais, conforme observa Hogueane (*apud* Manhice, 2021). Perguntamos a um alto dirigente no Ministério das Pescas, agora na reforma, se vê ou não perigo de, a médio ou a longo prazo, o sector colapsar no país ao que respondeu de forma irónica:

Será que ainda não colapsou? A pergunta, para mim, é essa. Será que ainda não colapsou? Qual é a produção actual do camarão? Nós chegamos a falar de produções de 4 mil toneladas nos anos 90 e 2000. A produção total do sector pesqueiro era muito mais acima, respondeu.

Por sua vez, um operador semi-industrial expressou-se nos seguintes termos:

Na verdade (...) geriram mal o sector e o sector está na falência e poucos estão se interessando do sector pesqueiro - estou a falar do próprio Governo – não estão se interessando porque nos últimos 20 a 30 anos há mais sectores que nasceram. Uma das grandes empresas que nasceu é a Mozal, dos alumínio; temos as extracções das minas, há mais sectores que nasceram e a dar muito mais dinheiro e eles desligaram-se da pesca, depois de gerirem mal e depois de ter entrado em falência (...). É um sector falido. Geriram mal e o sector faliu (...). Má gestão dos recursos. Já não temos recursos neste sector (...). Aquilo que se está a capturar não faz face às despesas. Chegas ao fim do mês, não tens lucro. É assim que as empresas começaram a cair.

5.2. Fiscalização, o falhanço de uma governação

Um dos factores centrais que explica o colapso do sector pesqueiro no país é a fiscalização. A bem da verdade, o país não possui infra-estrutura para uma fiscalização que garanta a protecção dos recursos pesqueiros, embora 20% da receita das taxas de direitos de pesca devam ser canalizados para este fim. A fiscalização é, pois, um dos parentes mais pobres que se tem nas pescas em Moçambique. O cenário é algo tragicómico, mas é o retracto mais fiel do falhanço da governação da Frelimo na defesa dos recursos do país e, até, da soberania nacional.

Quarenta e sete anos depois da independência, o país, que conta com uma extensa costa (perto de 3000 km), com a 5ª maior zona Economia Exclusiva desta zona de Africa, 200 milhas¹³, com centenas de rios, estuários e lagoas que se contam às dezenas em cada província, não tem uma única embarcação, a nível central, para a fiscalização das suas águas

12 Nos últimos cerca de 10 anos, a veda, como medida de gestão de recursos, foi dilatada de cerca de três meses para os actuais cinco.

13 Cerca de 320 km, na razão de uma milha para 1.6 km – o equivalente a uma distância acima de Maputo a Chissibuca, na província de Inhambane, mas no mar.

territoriais. Apenas algumas zonas de pesca, ao longo do país, têm pequenos barcos, mas não à altura das necessidades e funcionando debaixo de limitações, conforme será demonstrado mais adiante.

Aquando da edição final deste trabalho, o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas anunciava a alocação de embarcações de fiscalização a algumas províncias, como a cidade de Maputo. Mas, trata-se de embarcações pequenas que só poderão contribuir para o controlo da pesca artesanal nas praias e em algumas milhas além, mas não à altura de irem ao alto mar para interceptar grandes embarcações envolvidas na pirataria.

Estas embarcações só vão ajudar na questão do artesanal. Em relação à pesca ilegal no alto mar, continuamos com problemas, comentou uma fonte ouvida a propósito, na hora do fecho da pesquisa. Um outro entrevistado mostrou reticências tendo em conta a extensão da costa moçambicana, aproximadamente 3 mil km. *Vão minimizar, mas com estes meios não é possível! A nossa costa é grande!* - anotou.

Moçambique já teve um barco de fiscalização com capacidade e autonomia para ir para além das 12 milhas náuticas¹⁴. Trata-se de uma embarcação denominada “Antillas Reefer” que, no quadro das campanhas que eram financiadas pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para a fiscalização conjunta da costa, foi apreendida, em 2008, quando pescava ilegalmente nas águas moçambicanas, acabando por reverter-se para o país.

Com bandeira namibiana, a embarcação trazia a bordo 43 toneladas e 29 quilos de tubarão (dog fish), 4 toneladas e 95 quilogramas de barbatana, uma tonelada e 795 quilos de cauda e 11 toneladas e 328 quilos de fígado daquele pescado, avaliadas em mais de cinco milhões de dólares¹⁵.

A embarcação usava artes de pesca não autorizadas por lei, como âncoras e pesos que a permitiam manter-se até 2000 metros para capturar espécies de profundidade. A sua tripulação era constituída por 36 pessoas, na sua maioria espanhóis. O barco de pesca ilegal era propriedade da empresa Ompala Fishing Pty Ltd, uma “joint-venture” entre a Mabenal S.A., uruguaia e sediada na Espanha, e a Gongala Fishing, namibiana, com sede em Windhoek (Notícias, in macua.blogs, 2008). Após a apreensão, Moçambique teve apoio financeiro internacional para a reabilitação da referida embarcação para depois servir à fiscalização. Além da reabilitação do barco e a sua conversão em barco patrulha, o apoio incluía financiamento à operação da “Antillas Reefer” para acções de fiscalização. A operação da embarcação foi financiada pelo Governo norueguês.

O barco era operado pelo então Ministério das Pescas [antes não englobava Mar e Águas interiores, como passou a designar-se, em 2015, com o novo Governo do presidente Filipe Nyusi], com financiamento da Noruega que custeava, inclusivamente, a tripulação, que era constituída por uma empresa especializada contratada para o efeito para fazer a gestão do barco, enquanto embarcavam fiscais.

Mas, com a chegada do ministro Agostinho Mondlane ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, a “Antillas Reefer” foi entregue ao Ministério da Defesa (de onde vinha Mondlane, como ministro, desde 2014, depois de ter sido vice-ministro de Filipe Nyusi) sob o argumento de que era o Ministério da Defesa que devia operar a embarcação. A verdade é que desde que passou para a Marinha de Guerra, um dos três ramos das Forças Armadas de Moçambique (FADM) – outros são o Exército e a Força Aérea, todos sob alçada do Ministério da Defesa Nacional - o barco nunca mais voltou a fazer fiscalização.

Com a decisão política de se passar o barco para o controlo do Ministério da Defesa, através da Marinha de Guerra, o Governo norueguês também suspendeu, em 2015, o apoio porquanto não podia patrocinar operações militares. Uma fonte conhecedora do tema descreve o caso nos seguintes termos:

Foi um erro, passaram para a Marinha de Guerra e o financiador que estava a financiar a operação saiu, porque não pode estar a financiar a Marinha de Guerra.

¹⁴ Aproximadamente 20 km, quase a distância entre o centro da cidade de Maputo até ao bairro do Zimpeto.

¹⁵ Jornal Notícias (2008). Pesca ilegal: apreendido barco com 43 toneladas de tubarão. In macua.blogs. Acedido a 15 de Agosto de 2022, em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/07/pesca-ilegal-ap.html

Uma outra fonte referiu que, uma vez na Marinha de Guerra, a “Antillas Reefer” também foi vítima de sabotagem, incluindo roubo de combustível, depois do abastecimento ao barco. Neste momento o “Antillas Reefer” é uma das embarcações inoperacionais que está ancorada no Porto de Pescas de Maputo e que limita a utilização daquela infraestrutura, por si já pequena. Mas, quanto mais o tempo passa com a embarcação paralisada, os utilizadores do Porto de Maputo temem o pior: o afundamento e consequente bloqueio de parte da entrada do Porto.

Tanto quanto eu sei de pescas e de barcos, a sua paragem (da “Antillas Reefer”) periga bastante porque os barcos que andam no mar precisam de uma grande manutenção, não só de sistemas electrónicos, como sistemas mecânicos, hidráulicos, e não só, como também de sistemas de flutuação. Isto é, o próprio casco, ao fim de algum tempo sem manutenção vai romper por si e ao romper por si, mete água. Este é o princípio de afundamento de um navio, quando mete água. E esse princípio periga o Porto de Pesca. Pela sua localização, vai bloquear a entrada de outros barcos que devem utilizar o Porto de Pesca para a sua actividade de carregamento, descarga, produção, etc, explicou uma fonte abalizada na matéria.

Na ausência de meios, neste momento, a fiscalização do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas limita-se às embarcações licenciadas que, obrigatoriamente, têm um sistema electrónico de localização denominado VMS (*Vessel Monitoring System*) que, a partir de satélite, permite às autoridades saberem da localização da embarcação. O sistema não permite determinar as quantidades e o tipo de recursos que estão a ser capturados, mas apenas determinar, em função da velocidade da embarcação, se está a navegar ou a arrastar.

Isto quer dizer que a probabilidade de os piratas, que estão a pescar ilegalmente na ZEE moçambicana, obviamente sem VMS, serem encontrados, é praticamente zero, salvo com a participação dos armadores nacionais, esses que têm o VMS e que se conhecem entre eles. São eles que, podendo, informam às autoridades sobre a presença de pescadores ilegais. Só aí é que se pode arranjar uma embarcação, cedida por operadores privados mediante negociação e acordo, para interceptar os ilegais.

Feitos em 2007, os depoimentos do então administrador marítimo de Angoche, Maulide Nuro, continuam actuais e reveladores de como é que um Estado independente há mais de 45 anos está refém de privados para prestar serviços mínimos de fiscalização nas suas águas:

Não temos nenhum meio de fiscalização (...). [Quando há dinheiro] *compramos combustível e pedimos emprestada a embarcação de um dos pescadores locais para uma ronda*”¹⁶.

A título de exemplo, foi graças a uma denúncia feita por pescadores legais sobre a presença de um “barco moderno” em águas jurisdicionais moçambicanas, concretamente na costa da província da Zambézia, no dia 23 de Junho de 2008, que foi possível a apreensão do “Antillas Reefer”.

Conforme referiu, na altura, o então ministro das Pescas, Cadmiel Muthemba, foi *após a denúncia* [feita por pescadores legais] *e depois das diligências necessárias, [que] conseguimos fazer com que a embarcação entrasse no Porto de Pesca de Maputo, no dia 5 de Julho de 2008, para mais investigações*, tendo sido concluído que *a embarcação não era portadora de licença de pesca emitida pelas autoridades pesqueiras moçambicanas para operar nas suas águas jurisdicionais, para além de que estava a exercer pesca de espécies* [tubarão] *cuja captura é, por precaução, proibida*”¹⁷.

Mas nem sempre que são alertadas as autoridades conseguem fazer-se ao mar para verificar as denúncias. No caso de um operador licenciado estar, por exemplo, a operar numa zona não autorizada, as autoridades, ao receberem denúncia, o que conseguem, quando muito, é contactar o infractor e, com recurso ao rastreio do VMS, orientar a sua saída da área proibida ou que recolha ao porto.

Mas, a grande preocupação é mesmo com os pescadores ilegais que, além de não terem VMS, habitualmente não actuam às vistas dos operadores legais, justamente para não serem denunciados. Os operadores licenciados que actuam nas águas territoriais moçambicanas garantem que, nos últimos anos, é difícil eles observarem piratas, o que sugere que os ilegais

16 Notícias (2007). Porto de Angoche: Assoreamento do canal afecta navegação marítima. In macua.blogs. acedido a 29 de Agosto de 2022, em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2007/03/porto_de_angoch_1.html

17 Jornal Notícias (2008). Pesca Ilegal: apreendido barco com 43 toneladas de tubarão. In macua.blogs. Acedido a 15 de Agosto de 2022, em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/07/pesca-ilegal-ap.html

também têm estado a sofisticar os seus esquemas para escapar dos licenciados. Os ilegais preferem operar em períodos em que os licenciados não estão nas proximidades, incluindo em períodos de defeso/veda. E, sem serem vistos e sem VMS, não há como saber da existência do ilegal, nem contactá-lo.

Uma fonte do sector resume a situação nos termos mais ásperos:

Para ser sincero, até hoje ninguém sabe quantos barcos estrangeiros estão a pescar nas nossas águas territoriais. Não temos controlo. Não temos nenhuma patrulheira para verificar!.

Nenhum avião, nenhum helicóptero. A gente diz que nos roubam tantos milhões de dólares, mas ninguém tem certeza do que está a acontecer, acrescenta outra fonte.

No exemplo mais trágico do falhanço do país no sector das pescas, 47 anos depois da independência, para se fazerem ao mar, às vezes, os fiscais moçambicanos têm de “apanhar boleia” dos operadores pesqueiros que era suposto fiscalizarem. Mas, um antigo dirigente no então Ministério das Pescas explica como até essa “fiscalização” é deficiente:

(...) Mas se esses fiscais sempre andam nos teus barcos [neste caso, no barco do fiscalizado], dependem de ti [do fiscalizado], a probabilidade de entrarem em mancomunicações é muito elevada. Então, é uma fiscalização deficiente, mesmo essa. Mas, na verdade, ela só incide sobre o património privado nacional. Não é o que vem de fora [neste caso, as embarcações estrangeiras que não atracam nos portos moçambicanos, principalmente barcos que praticam pesca ilegal] porque não há meios de fiscalização, pelo menos na pesca (...). [Por outro lado], esse sistema de fiscalização, em que o fiscal embarca no navio do fiscalizado, é deficiente porque, na verdade, não é preciso ter fiscais para o fulano [operador] da pesca de camarão de superfície porque ele não vai longe e o camarão de superfície é o melhor comercializado. É preciso ter fiscal para o fulano [operador] da pesca de camarão de profundidade, que é o camarão com menor valor comercial e que está fora das 12 milhas. Então, para esse [operador de camarão de profundidade] é preciso fiscal para ele não parar aqui no meio [dentro das 12 milhas] e pegar neste produto maior [camarão de superfície] para o qual não pagou e que lhe custa menos. Este [operador de camarão de profundidade] sim, precisa de ter fiscal porque pode não chegar à área de pesca para a qual foi licenciado, parando aqui no meio e extraíndo recurso valioso [camarão de superfície] para o qual não pagou. Não é aquele [operador licenciado para o camarão de superfície] que tem de pescar aqui um produto que lhe dá mais valor, que há-de ir invadir a zona mais remota - não vai fazer isso.

Questionado sobre a situação de fiscalização, em 2 momentos, dentro e fora das 12 milhas, respondeu nos seguintes termos:

Estamos no zero, nos dois momentos. No momento um, de zero a 12 milhas e [no momento dois] para além das 12 milhas, não temos nada. Se não quisermos falar política, quisermos falar da realidade, hoje a fiscalização possível só é feita nas praias e nas zonas dos grandes centros de pesca. Portanto, nos locais do embarque e desembarque dos pescadores artesanais ou nos portos de pescas.

Além de não ter meios em quantidade e com capacidade para interceptar pescadores ilegais no alto mar, o país não tem fiscais para cobrir, no mínimo, as zonas mais críticas, aquelas com maior incidência das diversas formas de pesca ilegal. Sem ignorar os atropelos na pesca licenciada, onde, na partida das embarcações ao mar é importante a verificação das redes, sua adequação para os produtos a que os operadores estão autorizados a capturar, em função das suas licenças; e, no regresso, confirmar o pescado no desembarque, o maior problema da pesca ilegal são, de facto, os barcos não licenciados que, regra geral, nem são moçambicanos. Vêm de fora e nem entram nos portos moçambicanos.

Sem mencionar os chineses, que estão entre os que mais delapidaram os recursos marinhos em Moçambique nos últimos anos, a então ministra do Mar, Águas Interiores e Pescas, Augusta Maita, fez saber, em 2020, que a pesca ilegal, nas águas moçambicanas, é maioritariamente praticada por embarcações registadas na Rússia, Panamá e Seychelles, e que, segundo as autoridades, capturam os recursos ainda em fase de crescimento¹⁸.

A 30 de Outubro de 2018, por exemplo, a Fiscalização Marítima apreendeu, em Cabo Delgado, um barco de pesca ilegal com origem na República das Seychelles. Além de não ter licença de pesca e autorização para operar em Moçambique,

18 Miguel, Ramos (2020). Barcos registados na Rússia, Panamá e Seychelles no roubo de pescado moçambicano, dizem as autoridades. In Voa. Acedido a 15 de Agosto de 2022, em <https://www.voaportugues.com/a/barcos-registados-na-r%C3%BAssia-panam%C3%A1-e-seychelles-no-roubo-de-pesca-do-mo%C3%A7ambicano-dizem-as-autoridades/5588261.html>

a embarcação, denominada “Ocean Storm”, com cerca de 12 metros de comprimento, 34,2 toneladas de peso bruto e 9 tripulantes, não tinha sequer título de propriedade, bandeira hasteada, número de identificação, porto de registo, indicativo de chamada, nem diários de bordo de pesca e de navegação e muito menos o sistema de monitorização da embarcação via Satélite, o VMS.

Inclusivamente, as autoridades não conseguiram determinar por quanto tempo o “Ocean Storm” esteve a operar nas águas moçambicanas. Entretanto, aquando da sua apreensão, exercia a actividade ilegal no banco São Lázaro, a aproximadamente 50 milhas da costa marítima da província de Cabo Delgado¹⁹. Além das artes de pesca a bordo, os fiscais encontraram 30 quilogramas de peixe, na sua maioria atum, mas os fiscais acreditavam que grandes quantidades de peixe tenham sido deitadas ao mar quando os infractores se aperceberam da fiscalização²⁰.

O Governo de Moçambique estima que o país perca, actualmente, cerca de USD 60 milhões²¹ devido à pesca ilegal. Mas, especialistas do sector indicam que o número está muito acima disso porque, além das gritantes deficiências para fiscalizar as 12 milhas do seu mar territorial, o país não sabe sequer o que está a acontecer nas 200 milhas de costa da sua Zona Económica Exclusiva.

Não há controlo do que está a acontecer lá [nas 200 milhas de costa por causa da Zona Económica Exclusiva]. Moçambique nem tem noção de que recursos estão dentro das suas 200 milhas da ZEE. Fora dos hidrocarbonetos que estão a pesquisar, agora, mas em termos de manancial pesqueiro, não sabem”, disse um dos entrevistados, assinalando que uma das coisas que o país devia facilitar é a investigação pesqueira para se saber o que realmente existe dentro das nossas 200 milhas, quais os mananciais que tem e saber decidir quais as pescarias que tem de começar a pôr como comerciais e quantos barcos para gerir os recursos.

A este propósito, um operador lembra, com certa ironia, o contexto do surgimento do VMS:

O VMS surge com nossas reclamações (...). Houve uma altura que existiam barcos que saíam de outros países e vinham pescar no nosso mar e de lá iam embora. Até durante o defeso, notava-se algum movimento dessas embarcações ilegais. Então, nós íamos reclamando e de tanta reclamação, acharam que deveriam meter o VMS para monitorar. Isso nem sei como classificar. Quer dizer, você está a reclamar de um ladrão. Em vez de ir atrás daquele ladrão, não, já quer controlar o dono da casa. Quer dizer, pôr agora na minha embarcação para ver onde estou a pescar. Foi-se escrever e pôs-se numa lei e vai fazer mais o quê? É assim que surgiu o VMS. E pagar licença, VMS, e mais aquilo, para nada. 40 mil por ano e cerca de 300 para compra do aparelho. Quem não tem VMS não dão licença para pescar.

Nas actuais condições, uma embarcação ilegal consegue entrar na ZEE moçambicana, pescar e desaparecer sem que ninguém lhe ponha pressão. A situação mostra a relevância do conceito do que depois alimentou uma elite política corrupta, no escândalo das dívidas ocultas: a necessidade de o país ter meios para fiscalizar as suas águas territoriais. Como observou uma das fontes, quando questionada sobre a importância do conceito da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), uma das três envolvidas nos empréstimos ilegais de mais de USD 2 mil milhões:

Em termos de projecto está bom porque, à luz daquilo que é a Convenção sobre o Direito do Mar, cada país tem soberania para determinar qualquer forma de uso dos seus recursos pesqueiros e até quando se argumentou que o dinheiro foi usado para questões de segurança, ainda era legítimo porque qualquer país tem de ter capacidade de criar segurança sobre as suas águas ou as águas da sua jurisdição. Então, em termos de projecto da EMATUM, lendo friamente e à luz da Convenção sobre o Direito do Mar, que Moçambique ractificou em 92 com o presidente Chissano, não há problemas. Onde começa o problema da EMATUM, que é o problema do nosso país, é quando questões de corrupção, questões de não comprometimento com objectivos de um projecto, interferem naquilo que é a implementação e, pelo que nós vimos, a

19 Mais de 80 km, mais ou menos a distância entre a cidade de Maputo para a Namaacha, na província de Maputo.

20 Alfredo, Esalinha (2018). Fiscalização Marítima apreende barco de pesca ilegal pertencente a República das Seychelles. In Jornal O País. Acedido a 15 de Agosto de 2022, em <https://opais.co.mz/fiscalizacao-maritima-apreende-barco-de-pesca-ilegal-pertencente-a-republica-das-seychelles/> e Folha de Maputo (2018). Autoridades confiscam embarcação originária das Seicheles por pesca ilegal. Acedido a 16 de Agosto de 2022, em <https://www.folhade-maputo.co.mz/pt/noticias/nacional/autoridades-confiscam-embarcacao-origina-ria-das-seicheles-por-pesca-ilegal/>

21 Portal do Governo (2019). Moçambique perde anualmente cerca de USD 60 milhões devido a pesca ilegal. Acedido a 15 de Agosto de 2022, em <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Mocambique-perde-anualmente-cerca-de-USD-60-milhoes-devido-a-pesca-ilegal>

EMATUM, como projecto, nunca chegou a ser implementado na sua essência. Foi uma justificação para capturar divisas e, realmente, usar a soberania como argumento é válido. Eu, como líder ou como dirigente de um país, tenho a soberania de pedir o dinheiro que eu quero para o país. Está escrito na convenção – a ONU legitima isso (...). Mas soberania não significa que o presidente é soberano – significa que o país é que é soberano (...). O grande problema da questão da EMATUM e da dívida resultante é que mostrou que ainda não temos um Governo com visão a longo prazo, que temos um Governo que não tem um senso de gerações futuras e é por isso que estamos nesta situação em que estamos. EMATUM é o reflexo do Governo que temos, em Moçambique, e dos políticos que nos dirigem (...). Nós estamos com problemas sérios de transparência e de corrupção.

Também a propósito, um operador referiu o seguinte:

O que Nhangumele disse (no julgamento das dívidas ocultas) é verdade. Como país, devíamos ter aquilo. Independentemente de tudo o que andaram a fazer. Só aquela componente para verificar quem entra, quem sai, como entra. Custa um milhão de dólares ao ano? O que custa pagar isso para salvaguardar os recursos? Roubam-nos mais. Com uma só apreensão de um desses barcos, pagas tudo. Tens de ter uma patrulheira que não te custa 300 mil dólares. Um barco veloz. Não precisa de ter metralhadoras especiais. Meta esses nossos militares com bazucas. Localizaste o barco, está na coordenada x, prendes e levas ao porto (...). As pessoas dizem que há dificuldades, mas não é só um problema de dificuldades.

Uma outra fonte considerou incompreensíveis as fragilidades na fiscalização, considerando que esse devia ser o “coração” do Ministério das Pescas. *Enquanto a componente de fiscalização for deficiente, todo e qualquer esforço de gestão que se for a fazer não irá lograr sucesso nenhum. Essa é que é a verdade*, enfatizou.

Além de embarcações, a fiscalização, em Moçambique, também se debate com a escassez de viaturas para a deslocação terrestre até às praias ou mesmo aos acampamentos pesqueiros para, por exemplo, uma simples verificação das redes usadas pelos pescadores, nomeadamente se estão de acordo com as licenças atribuídas.

O tratamento que é dedicado ao sector também se vê pela falta de um quadro de pessoal mínimo para a gestão das pescas. Em mais de 45 anos de independência, o país ainda não conseguiu colocar, em todas as províncias, técnicos com especialização na área das pescas. Grande parte do pessoal que trabalha nas pescas, sobretudo nas províncias e nos distritos, provém de outros sectores, com destaque para a agricultura. Aliás, actualmente as pescas, ao nível das províncias e dos distritos, estão integradas no sector da Agricultura e Actividades Económicas.

Mas, para se poderem deslocar em missões de trabalho, como para as amostragens, os poucos técnicos existentes dependem, muitas vezes, de Organizações Não-Governamentais (ONG) que trabalham na área da conservação, o que constitui uma fraqueza fundamental, visto que essas ONG têm agendas próprias, que podem não coincidir, necessariamente, com o interesse nacional.

Mesmo para os cruzeiros de avaliação do manancial pesqueiro, os cientistas, entre eles biólogos e oceanógrafos, têm de ir à boleia. A título de exemplo, para o cruzeiro de camarão, os técnicos moçambicanos dependem, muitas vezes, de um navio de pesquisa denominado “Dr Fridtjof Nansen”, vindo da Noruega, para fazer a avaliação em todo o Canal de Moçambique.

É quando a embarcação chega ao país que embarcam investigadores do Instituto de Investigação Pesqueira para a chamada campanha oceanográfica, através da qual, a partir de amostragens e um exercício de modelagem, determina-se o máximo de rendimento sustentável, ou seja, um número de barcos ideal para que as capturas permitam que o recurso se regenere. Mesmo assim, em 2005, Moçambique atingiu o pico mais baixo, o que, em teoria, quer dizer que algo escapou aos cientistas. De outra forma, as autoridades entram em acordos com a indústria e alugam uma embarcação pesqueira para fazer a avaliação do manancial dos recursos. Igualmente, o Estado obriga os operadores a levarem a bordo equipas de investigação, uma prática que, entretanto, é universal. O número 3 do Artigo 51 da Lei 22/2013 de 1 de Novembro (Lei de Pescas) estabelece que: *o comandante da embarcação de pesca licenciada é obrigado a aceitar a bordo, amostradores, extensionistas e técnicos de investigação e proporcionar-lhes o devido acesso ao trabalho, alimentação e alojamento.*

Como refere uma especialista ouvida durante a pesquisa:

Se Moçambique tivesse um barco de investigação que permitisse estar todos os meses no mar; ter estações oceanográficas activas que mandem, todos os dias, dados ambientais sobre capturas, salinidade; se tivéssemos amostragens periódicas estaríamos em condições de saber melhor o que nós temos. Agora, a nossa informação de gestão, às vezes é baseada em dados de 1 a 3 meses para depois dizer como é que deve ser a pesca durante 1 ano ou 2.

Então, claro que não temos condições para cobrir, de uma forma eficiente, a nossa zona de pesca. Nós não temos ferramentas adequadas e ainda não estamos em condições de aceder ao nosso mar da melhor forma possível para dizer, com certeza, coisas que seriam mais assertivas porque sempre dependemos de recursos que não são nossos - acrescentou.

Há, também, um entendimento de que a fiscalização devia ser uma força paramilitar com meios armados, capaz de neutralizar qualquer acção ilegal, desde o uso de artes nocivas até às diversas formas de pesca não licenciada. *Tinha de ser uma força paramilitar para lidar com as várias situações que, na verdade, estão a matar a pesca em Moçambique - disse um armador.*

A pesca é uma actividade muito complicada porque vai de mãos juntas com a segurança nacional - comentou uma especialista, destacando a necessidade de o país ter um sistema de controlo e monitoramento da pesca que seja funcional. Nas passagens seguintes, mostra-se como as fragilidades na fiscalização estão a colocar em perigo os recursos pesqueiros nos sectores de pesca: industrial, semi-industrial e artesanal. A situação faz com que mesmo nos períodos de defeso/veda, o país continue a assistir à delapidação dos seus recursos.

5.3. Pesca industrial e semi-industrial

Na República de Moçambique a pesca industrial é exercida a partir das três milhas (aproximadamente 5 km) em diante (REPMAR, 2020). No caso do camarão de superfície, o principal recurso pesqueiro de exportação de Moçambique, os industriais operam entre as 3 e as 12 milhas, que é até onde ocorre o recurso. Mas, para o camarão de profundidade (o chamado gamba, com menos valor comercial e que ocorre entre 200 e 350 metros de profundidade), das lagostas, dos lagostins e de outros tipos de peixe, os industriais devem navegar para além das 12 milhas.

Os semi-industriais operam a partir de 1 milha para até às 50. Os operadores industriais e semi-industriais usam, ambos, embarcações mecanizadas. Além das áreas de pesca, das dimensões das embarcações e da potência dos motores, uma das diferenças mais visíveis entre os semi-industriais e os industriais está na capacidade de autonomia no alto mar, isto é, o número de dias que cada um pode ficar no alto mar, precisamente em função da capacidade das embarcações.

Normalmente um semi-industrial pode ficar até uma semana, particularmente o semi-industrial com um sistema de frio (o chamado semi-industrial a congelador, em contraposição ao semi-industrial a gelo). Por sua vez, um barco industrial moçambicano, que necessariamente possui um sistema de frio e capacidade de processamento, pode ficar no alto mar até 45 dias sem precisar de voltar à terra para desembarques.

O sector industrial da pescaria do camarão é um exemplo da queda que a actividade pesqueira regista em Moçambique. Actualmente, os industriais capturam, em média anual, entre 3 a 4 mil toneladas de camarão. Na pesca industrial, Moçambique é um dos países com as mais altas taxas de incidência da pesca ilegal, tanto do atum como do camarão e de outros pescados, no que é comumente conhecido como pesca ilegal, não regulada e não reportada (IUU Fishing, na sigla em inglês - *Ilegal, Unreported, Unregulated Fishing*).

Foi, pois, depois de décadas de uma pesca industrial e semi-industrial praticamente descontrolada que o país introduziu, em 2010, o chamado VMS que, conforme referido, só está em embarcações licenciadas, pelo que, sobre os ilegais, o país não sabe sequer o que se passa nas 200 milhas náuticas da sua ZEE. Mas, mesmo nas embarcações legais, a realidade mostra que o VMS está longe de ser a varinha mágica que irá resolver a pesca ilegal e o contrabando. A funcionalidade do sistema nem sempre é eficiente.

Ainda há muitos casos de embarcações que até têm o sistema, mas passa a maior parte do tempo desligado.”- comentou uma estudiosa. Outro aspecto é que, muitas vezes, na pesca industrial as embarcações estrangeiras, particularmente de pesca de atum, não estão só a pescar em Moçambique, mas também em outros países da região, como Tanzânia, Madagáscar e Maurícias, dando-se o caso de entrarem nas águas moçambicanas e desaparecerem, para depois reaparecerem em outro

lugar sem atracarem nos nossos portos para se conferir as capturas feitas nas nossas águas.

Uma das coisas que outros países fazem, por exemplo, é obrigar todos os barcos a entrarem para o porto e desembarcarem o que capturaram, que é para se poder ver. Em Moçambique nós não vemos o que eles pescam, principalmente para o caso do atum. Eles nos contam por telefone «eu entrei, pesquei x e depois sai»” - refere uma das fontes, apontando essa como uma fragilidade.

De facto, Moçambique não tem sequer a noção do que esses estrangeiros tiram das águas nacionais, dependendo apenas de boa vontade de operadores que estão mais preocupados é com o lucro. Em caso de suspeitas de irregularidades, Moçambique pede informação ao país de bandeira da embarcação, ficando também dependente da boa vontade desse país para mandar o itinerário do barco. Mas, em termos de capturas e quantidades, o país não tem controlo.

Um operador industrial também apontou essa como uma fragilidade gritante. *Claro que é [fragilidade]. Antes de saírem das nossas águas, deviam vir ao porto, controlo e depois saírem. Os outros países da zona de atum fazem isso” - disse.*

O facto de Moçambique não conseguir controlar as capturas que são feitas nas suas águas poderá, inclusivamente, sair caro ao país. É que, devido à pesca não reportada e ao contrabando, o país reporta dos níveis de captura mais baixos na região. Mas, neste momento, a *Indian Ocean Tuna Commission*, Organização do Oceano Índico para a Gestão do Atum, está a tentar criar um sistema de gestão regional em que, em vez de os barcos pedirem licenças em cada país, faz-se uma coordenação regional.

Sucedede que a Organização pretende usar o método de quotas, baseado nos dados históricos que cada país foi fornecendo. *A consequência será que, quando um país for a pagar uma taxa de, por exemplo, 100 mil dólares na Comissão para pescar no Oceano Índico, Moçambique será capaz de lucrar apenas 6 mil porque como foi reportando dados baixos, vão dizer que aí não sai nada. Mas isso foi uma mistura de pesca ilegal e, também, de dados estatísticos não verdadeiros ao nível histórico porque não é verdade que Moçambique é um dos países com os mais baixos níveis de captura da região. Nós temos uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas. Não é verdade que somos o país que pesca menos. Mas, se se aprovar que o sistema de quotas é regional, vamos ser o país mais prejudicado na pesca industrial do atum por causa desses elevados índices de pesca não reportada e ilegal que aconteceram até hoje em Moçambique.” - explicou uma fonte.* Entretanto, mesmo com embarcações licenciadas e VMS funcionais, os portos moçambicanos também apresentam vulnerabilidades:

Os portos de Moçambique ainda são vulneráveis a permitir que pescado ilegal possa ser desembarcado. Os mesmos não implementam padrões que garantam um controlo e fiscalização rigorosos, principalmente da origem do pescado desembarcado.” - disse uma pesquisadora.

Um outro dispositivo recomendado nas pescas é o chamado DET, um instrumento de exclusão da tartaruga, uma espécie protegida. O Dispositivo de Exclusão de Tartarugas (DET) foi introduzido há aproximadamente 20 anos, mas, praticamente, não é implementado em Moçambique.

Sobre este dispositivo, uma investigadora marinha referiu:

O DET é um aparelho que se monta na rede para quando uma tartaruga entrar poder sair. Eles não usam porque dizem que o dispositivo faz com que muito peixe saia, mas não é verdade. Já existem estudos que mostram que isso é mentira. Não querem usar porque significa investir dinheiro para mudar a arte de pesca!

Contudo um operador semi-industrial disse o seguinte:

Aquilo [DET] foi uma imposição dos americanos de que se quiseres meter camarão na América tens de usar DET. [Mas tem] uma desvantagem. É um aparelho tipo janta e tem abertura por cima (...). Só entra peixe pequeno. Uma raia, garoupa, bate e escorrega para fora. Eu não sei se isso faz sentido. Eles alegam que querem proteger a tartaruga, mas essa tartaruga nem temos aqui. Nós que fazemos esta pesca de arrasto de camarão dificilmente vemos uma tartaruga. Era para vir prejudicar as pessoas só. Na prática nem se está a usar porque vimos que não tem vantagem. Como ninguém tinha interesse de exportar para América, não se está a usar.

Entretanto, organizações não-governamentais da área de conservação têm estado a bater-se a favor do uso do DET.

O acentuado declínio das capturas na pescaria do camarão de superfície, em resultado do descontrolo na actividade, levou a que se vedasse a entrada de novos actores neste sector. Por sua vez, a pescaria do camarão de profundidade, cujas zonas de pesca são Boa Paz, Inhaca, Bazaruto A e banco de Sofala, também está no limite de exploração (ADNAP²²). Actualmente a pesca industrial de camarão é reduzida a cerca de 36 barcos, contra o número histórico de 92 embarcações. Mesmo assim, na campanha 2022, por exemplo, os operadores industriais viram-se obrigados a reduzir a sua frota porque a rentabilidade não compensava os custos, dadas as baixas capturas do camarão de superfície. Aliás, a própria Administração Nacional de Pescas teve de impor medidas para a redução de esforços de captura dos recursos. Com efeito, o Plano de Gestão da Pescaria de Camarão de Superfície do banco de Sofala prevê, a partir do ano 2022, a redução do esforço de pesca em 10% num período de 3 anos. Os quadros seguintes mostram que de 2021 a 2022, por exemplo, as quotas de esforço na pesca industrial e semi-industrial de camarão de superfície, reduziram de 3.830,2 para 3.799,2 metros de cabos-mestres.

Tipo de Frota : Industrial Congeladora - Nacional			
Recurso Alvo : Camarão de Superfície			
Arte de Pesca : Arrasto			
Zona de pesca: Para além de 3 milhas náuticas da costa e a profundidades superior a 10 metros			
Nº	Empresa/Armador (Industrial)	2021	2022
		Quota de esforço (Cabo mestre-m)	Quota de esforço (Cabo mestre-m)
1	Comp.ind. Beiras	71	71
2	Efripel	640	640
3	krustamoz	986	986
4	Manuel Almeida	71	71
5	Marbeira	239,4	239,4
6	Mawipi Pesca Lda	84,2	84,2
7	Pescamar	946	915
8	Pestrai	130	130
9	SIP, Lda	239,4	239,4
Sub-total		3407	3376

Tipo de Frota : Semi-Industrial Congeladora – Nacional			
Recurso Alvo: Camarão de Superfície			
Arte de Pesca : Arrasto			
Zona de pesca: : Banco de Sofala (16°00'00 Sul e 21°00'00 Sul)			
Nº	Empresa/Armador (Semi-Ind.)	2021	2022
		Quota de esforço (Cabo mestre-m)	Quota de esforço (Cabo mestre-m)
1	Pescabom	382,2	382,2
2	Recanto de Chiloane	41	41
Sub-total		423,2	423,2
Total (Cabo mestre-Congeladores)		3830,2	3799,2

Fonte: ADNAP, 2021

Na pesca semi-industrial a situação não é diferente. A pesca artesanal a gelo, por exemplo, está praticamente falida, quando, nos tempos da Pescom E.E os semi-industriais a gelo não só alimentavam o mercado doméstico como também faziam a exportação para países vizinhos, caso do Malawi.

Além do mais, em termos operacionais, algumas embarcações, em Moçambique, não respeitam a convecção da Organização Internacional do Trabalho sobre a vida a bordo, nomeadamente as condições em que os marinheiros trabalham, o rácio entre o número de marinheiros e o número de casas de banho, o tipo e espaço de acomodação para os próprios marinheiros.

22 Acedido a 07 de Setembro de 2022, em <https://www.adnap.gov.mz/gestao-de-pescarias>

Durante a pesquisa, testemunhámos embarcações sem o mínimo de condições a bordo, sem dormitórios adequados para o pessoal moçambicano e com casas de banho praticamente entupidas e sem água corrente.

5.3.1. Os “irmãos²³” chineses

Nos últimos anos, o sector industrial foi assaltado por uma avalanche de embarcações chinesas. Estima-se que cerca de 60 embarcações chinesas entraram nas águas moçambicanas, entre 2017 e 2018, contra uma previsão inicial de mais de 100 embarcações. Mas, esse licenciamento não foi tornado público, nem foi do conhecimento da Comissão de Administração Pesqueira (CAP), o órgão consultivo de Administração Pesqueira que se pronuncia sobre matérias de interesse e de âmbito de preservação de recursos pesqueiros e da gestão das pescarias. Juntando operadores e o Governo, a CAP reúne-se ordinariamente uma vez em cada trimestre e extraordinariamente sempre que se mostre necessário. Uma fonte da CAP garantiu que o licenciamento das cerca de 60 embarcações chinesas não foi apresentado nas reuniões do órgão.

O “assalto chinês” ao mar aconteceu numa altura em que nas florestas havia um cerrado aperto de cerco, que culminou com a chamada operação tronco, através da qual foram apreendidas diversas quantidades de madeira extraída ilegalmente das florestas moçambicanas. O sector da madeira era um dos alvos mais apetitosos dos chineses e dos seus parceiros moçambicanos, a nomenclatura ligada ao partido Frelimo²⁴.

A permissão da entrada massiva de chineses foi do tempo do ministro Agostinho Mondlane nas Pescas e Águas Interiores. Mondlane foi ministro das Pescas entre Janeiro de 2015 a Janeiro de 2020, isto é, no primeiro mandato do presidente Filipe Nyusi.

Tipo de Frota : Industrial						
Recurso Alvo : Pequenos Pelágicos			Arte de Pesca : Arrasto Pelágico			
Zona de Pesca : Norte BS (10° Sul a 16° Sul para além das 3milhas), B.S (16° Sul a 21° Sul para além das 12 milhas), Sul do B.S (21° Sul a 24°58 Sul para além das 6 milhas) a profundidades superiores a 50metros.						
Nº	Empresa/Armador	Plano				Porto base
		2021		2022		
		Barco	Quota (Ton.)	Barcos	Quota (Ton.)	
1	Fu Yue Pescas, Lda	2	700	2	700	Beira
2	RL Ocean Enterprises	6	1800	0	0	Beira
3	Shenzhen Hao Hang P.F., Lda/GuangDong	6	1800	0	0	Beira
4	Sotrabel, Lda	5	1800	0	0	Maputo
5	Yinuo, Lda	2	700	0	0	Nacala
6	Ocean Rich Pelagic Moçambique	6	2400	0	0	Beira
7	GuangDong Xiesheng	0	0	6	1800	Beira
Total		27	9200	8	2500	

Algumas das empresas chinesas na pesca, em Moçambique. Contudo, é preciso esclarecer que a maioria das empresas chinesas não consta das tabelas oficiais. Fonte: ADNAP, 2021

Fontes do sector fazem notar que, provavelmente, não muito bem aconselhado sobre a disponibilidade de recursos nas

23 É assim como um chinês envolvido no tráfico de madeira disse que se tratava com a sua contra-parte moçambicana: “eu e ele [no caso em referência a José Pacheco, então ministro da Agricultura] somos como irmãos” (Agência de Investigação Ambiental, 2013).

24 Vários estudos nacionais e internacionais já documentaram que as relações problemáticas entre a China e a África, incluindo Moçambique, onde os “irmãos” chineses estabelecem-se na base de relações promiscuas com a elite política ligada ao partido Frelimo. De acordo com “A Mamba e o Dragão”, uma colectânea do IESE sobre as relações entre Moçambique e China, os chineses já se aperceberam da importância de se aliarem à burguesia local emergente, maioritariamente ligada a Frelimo, ou apoiar este partido, como imperativo para se saírem bem nos seus negócios. “Algumas empresas chinesas já se aperceberam da importância de ter os favores da Frelimo”, assinala o livro. Aliás, o estudo de 2013 da Agência de Investigação Ambiental, Organização não-governamental dos do Reino Unido, denunciou exploração ilegal de madeiras por empresas chinesas, com conveniência de altos quadros do Governo moçambicano. Intitulado “Conexões de primeira classe: contrabando, corte ilegal de madeira e corrupção, em Moçambique”, o estudo apontava o então ministro da Agricultura, José Pacheco, como estando envolvido no esquema da exportação ilegal de madeira para a China. O ministro da Agricultura era, na altura, a entidade que Governo que superentendia a área das florestas. “Quando o ministro (José Pacheco) não tem dinheiro vem buscar em mim. Eu e ele somos como irmãos”, disse, na altura, um empresário chinês proprietário de uma empresa de exportação de madeira para China. Além de José Pacheco, outra figura da nomenclatura frelimista associada ao negócio é um outro antigo ministro da Agricultura, Tomás Mandlate.

águas moçambicanas, Mondlane terá convencido os camaradas do seu partido, a Frelimo, que o país tinha imensos recursos para os quais era preciso encontrar parceiros para os negócios e, os “irmãos” chineses não podiam ser os menos ideais. Mas, na verdade, Moçambique tem melhor qualidade e não, necessariamente, quantidade de pescado.

A este respeito, um conhecedor das pescas, no país, assinala:

O acordo foi para meter cento e tal embarcações, sob alegação de que Moçambique tem uma costa de 2700 km e, por isso, tem muito peixe. Mas não é assim. Moçambique tem correntes quentes, não permite haver mananciais altos. Em Moçambique, e é preciso meter isso na cabeça dos políticos, temos qualidade e não temos quantidade de pescado – pelas condições naturais e climatéricas que temos e pelo tipo de relevo marinho que temos.

A autorização da entrada de chineses, em Moçambique, violou as boas práticas do sector, onde, antes da introdução de novas pescarias, recomenda-se a realização de uma pesca experimental, que engloba análises feitas por cientistas, avaliação essa que serve de base para se determinar os mananciais existentes e a frota biologicamente sustentável para a exploração dos recursos.

De acordo com a alínea b) do número 1 do Artigo 28 do Decreto 89/2020, de 8 de Outubro, que aprova o Regulamento da Pesca Marítima (REPMAR), a pesca experimental, também designada por pesca demonstrativa, é realizada com o objectivo de experimentar ou demonstrar artes de pesca, métodos e embarcações de pesca; introduzir tecnologias, bem como prospectar novos recursos ou zonas de pesca. Mas, no caso dos “irmãos” chineses, não houve pesca experimental ou demonstrativa - eles entraram nas águas moçambicanas numa corrida desenfreada.

E, célebres pelo seu desrespeito às normas vigentes nos países africanos²⁵, onde operam em diversas áreas, incluindo em Moçambique, eles não fizeram diferente. Entraram nas águas moçambicanas violando todas as regras que governam o sector, perante a habitual impunidade garantida pelo poder político moçambicano²⁶. A começar pelo tipo de pesca. As embarcações chinesas vieram para fazer arrasto, violando a lei moçambicana que proíbe pesca dirigida de arrasto de peixe dentro do mar territorial moçambicano, ou seja, dentro das 12 milhas.

Na sua alínea c) do número 1, do Artigo 54, o Decreto 89/2020, de 8 de Outubro [mais conhecido por REPMAR, no sector das pescas], estabelece que, no caso do peixe, em toda a extensão da costa, a pesca de arrasto com embarcação de pesca industrial só pode ser exercida para além das 12 milhas náuticas.

Em segundo lugar, pelos recursos pescados. As licenças de pesca dos chineses eram para pequenos pelágicos (como carapau, sardinha, magumba e chereu, mas, vezes sem conta, foram vistos a descarregar camarão. Quer isto dizer que os chineses conseguiram fazer uma pescaria que já é fechada, a do camarão, violando os princípios legais estabelecidos para a gestão das pescarias.

Em terceiro lugar, os pequenos pelágios encontram-se além das 12 milhas náuticas do território moçambicano, mas eles arrastaram e os que ficaram continuam a arrastar os recursos não só dentro das 12 milhas, como também dentro das 3 milhas, uma área proibida para a pesca industrial. Na praia da barra, em Inhambane, por exemplo, pescaram dentro das 3 milhas, inclusivamente destruindo corais com os arrastos.

Em quarto, usam mais do que uma arte dentro de cada barco, o que é proibido pela legislação moçambicana. Em norma, um operador não pode usar, no mesmo barco de pesca, gaiolas e redes de emalho, mas os chineses chegaram a usar 4 artes de pesca numa só embarcação.

25 À hora do fecho deste trabalho, a Africa Defense Fórum (ADF), uma revista militar profissional sobre assuntos de segurança, em África, classificava a China como o pior infractor da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada do mundo, com frotas que, desde as costas de África até a América do Sul, no Oceano Índico e no Pacífico Sul, estão, cada vez mais, a dizimar unidades populacionais de peixes. Para mais detalhes sobre o impacto desastroso das infracções chinesas no sector das pescas, no mundo, ver: ADF (2022). Com Unidades Populacionais De Peixe Esgotadas, China Lança Redes Pelo Mundo. Acedido a 07 de Novembro de 2022, em <https://adf-magazine.com/pt-pt/2022/11/com-unidades-populacionais-de-peixe-esgotadas-china-lanca-redes-pelo-mundo/>

26 Na verdade, foi a reprodução do mesmo modelo que os chineses vêm usando, há anos, no sector das florestas, onde dizimam madeiras a olhos vistos, incluindo nos períodos de veda, nos quis chegam ao extremo de transportar espécies proibidas e em touros, em camiões, à luz do dia, passando por postos de fiscalização, sem que nada lhes aconteça. Um dos casos mais recentes foi o escândalo de desaparecimento, em 2021, de mais de 100 contentores de madeira no Porto de Pemba, na província de Cabo Delgado.

Quinto, fizeram e fazem arrastos com portas de ferro, o que também viola as boas práticas porquanto destroem o *habitat* do peixe. O número 3 do Artigo 45 do REPMAR, por exemplo, proíbe o uso de portas, completamente de ferro, nas redes de arrasto no banco de Sofala. As portas de arrasto a ferro são um tipo de arte de pesca que danifica os fundos rochosos, que constituem uma espécie de maternidade do peixe.

Uma fonte conhecedora do sector explica esta particularidade da seguinte maneira:

(...) Destroem por completo. Não é por acaso que na nossa legislação só é permitida a pesca dirigida de peixe, através da pesca linha - usa-se anzol porque é uma arte selectiva. Tanto no sul de Moçambique, como na parte norte. Onde se permite o arrasto, mas só como fauna acompanhante, é no camarão, mas porque o banco de Sofala tem uma morfologia, um relevo marinho diferente, que é mais lodoso por causa do sistema de rios que nele desaguardam, desde a Zambézia ao Save e outros que transportam para o mar sedimentos dos rios - por isso aquelas áreas castanhas, matope - ai sim, é o habitat de camarão natural - ai sim, camarão não se pesca com anzol, pesca-se com a rede, mas mesmo assim, há quotas, há uma quantidade máxima que as autoridades deixam arrastar peixe, mas nunca como pesca dirigida, mas sempre como fauna acompanhante de camarão e o Estado impõe quantidades específicas. Só pode aparecer com tanto de peixe e não mais que isso. Mas, na parte mais norte e sul até rio Save, onde as águas são cristalinas, aí a pesca é de linha, é com anzol.

As consequências da danificação do *habitat* dos peixes pelas portas de ferro são terríveis e sentem-se um pouco por todo o país. Actualmente, no sul de Moçambique, há escassez de peixe em parte porque as maternidades, onde o recurso se deveria reproduzir, foram danificadas pelos “irmãos” chineses.

Não é para menos. Os níveis de captura na Baía de Maputo, que foi uma das áreas de maior incidência dos chineses, baixaram drasticamente. Embora historicamente Maputo seja abastecido pela província de Inhambane, hoje, parte significativa do peixe que é comercializado na capital do país, incluindo no histórico Mercado de Peixe, vem de Vilanculos e Inhassoro, de onde é transportado em viaturas. Para piorar, os fundos rochosos danificados, assinalam fontes conhecedoras da matéria, levam cerca de 400 anos para se formarem, o que significa que, a rigor, cometeu-se um crime ambiental que poderá repercutir-se por gerações.

Em sexto, os “irmãos” chineses exerceram e exercem a sua actividade mesmo nos períodos de veda, como observa um dos entrevistados:

Não só estão dentro do mar a pescar (em período de veda), como estão dentro das 3 milhas, que é proibido estarem (...). Quando eles estão a descarregar, você vê camarão. Como é possível? Você nota que um barco está a violar em função da fauna que descarrega porque nós sabemos em que área existe este e aquele tipo de produto, mas ninguém faz nada. Há gente protegida. Ninguém faz nada. Os fiscais já estão cansados.

Ao que o CIP apurou, as flagrantes violações cometidas pelos chineses foram sempre reportadas ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, mas sem seguimento pelo pelouro.

O extracto abaixo é um dos exemplos das denúncias feitas às autoridades sobre embarcações chinesas a arrastarem dentro das 12 milhas. O primeiro caso, registado a 14 de Junho de 2018, estava relacionado com 4 embarcações chinesas e o segundo, no dia 20 do mesmo mês, de mais um barco chinês.

Bom dia Exmos senhores. Os nossos capitães avistaram nos ultimos dias mais uma vez embarcações chinesas a arrastar dentro das 12 milhas.

Dia 14/06: nas coordenadas 18° 08' S - 037° 05' E, distancia a costa nove millas, se encontram arrastrando quatro barcos chineses.

Dia.20/06 nas coordenadas 17° 38' S- 037°- 41' E distancia a costa oito millas. se encontra um barco chinês arrastrando direção Norte

Até que os chineses começaram a invadir áreas de conservação, fazendo soar também os alarmes por parte dos gestores dessas áreas. Em 2018, por exemplo, 5 cidadãos estrangeiros, um dos quais chinês, foram detidos no distrito de Macomia,

na província de Cabo Delgado, onde foram flagrados a capturar lagostas junto à área de conservação do Parque Nacional das Quirimbas (PNQ). A lagosta viva é muito procurada no mercado asiático, concretamente na China, para onde é enviada. Quando foram flagrados, os ilegais portavam licenças fora do prazo e forjadas para despistar as autoridades que velam pelo sector. Na ocasião, os cidadãos operavam duas embarcações que foram apreendidas pela Polícia com o respectivo equipamento usado para a conservação do pescado²⁷.

No ano seguinte, 2019, outras 7 pessoas, também incluindo um cidadão chinês, foram detidas e uma embarcação a motor apreendida por pesca ilegal, igualmente no PNQ, em Cabo Delgado. Trata-se de uma embarcação a motor pertencente a empresa Moçambique Mariscos, de proprietários chineses, que fazia pesca ilegal de lagostas naquela área de conservação. Na altura, o então administrador adjunto daquela área de conservação e reserva da biosfera, Naungy Ntave, foi citado pela imprensa a referir que aquando da apreensão, os criminosos já tinham capturado 56 lagostas vivas²⁸.

Os chineses também tiveram a ousadia de pescar numa zona proibida, na Ponta do Ouro. Na Inhaca, chegaram a lançar 20 barcos. Certa vez, 2 barcos chineses foram surpreendidos por armadores nacionais: um a fazer abastecimento de combustível ao outro e o segundo, por sua vez, a desembarcar peixe para o outro. Foram enviadas provas ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, mas nada aconteceu.

Em 2018, o então ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas, Agostinho Mondlane, negou, publicamente a existência de embarcações chinesas a pescarem ilegalmente nas águas moçambicanas²⁹. Mas, a organização não-governamental Fundo Mundial para a Natureza (WWF, na sigla em inglês) sempre colocou em causa essa afirmação do Governo moçambicano. *Há informações de que há, por exemplo, exportação de caranguejo vivo para a China. Quando se investiga um bocadinho, constata-se que a empresa que está licenciada não é empresa chinesa, é moçambicana. Muitas vezes os chineses entram através de moçambicanos.* - disse, em 2019, a então directora do WWF, Anabela Rodrigues³⁰.

5.4. Pesca artesanal

De acordo com o REPMAR de 2020, a pesca artesanal é exercida a partir de um quarto de milha até às 12 milhas náuticas. Mas, diferentemente dos industriais e dos semi-industriais, na sua maioria os artesanais não conseguem chegar longe porque usam pequenas canoas não motorizadas. Os que conseguem ir além das 3 milhas, às vezes, entram em conflitualidade com os industriais devido ao enrolamento entre as redes artesanais e as embarcações industriais.

A pesca artesanal é um dos exemplos mais evidentes da má gestão das pescas em Moçambique. Depois do esforço inicial no pós-independência, por exemplo com o estabelecimento dos combinados, o sector foi posteriormente marginalizado. De modo que hoje está praticamente abandonado, embora represente a esmagadora maioria de operadores pesqueiros. Pelo menos até a produção deste trabalho, o país nem sabia, ao certo, quantos pescadores existem neste sector tão fulcral que envolve uma dimensão social, nomeadamente a produção alimentar para a população.

De acordo com o último censo da pesca artesanal, realizado em 2012 e publicado em 2013, o total de força de trabalho envolvida neste sub-sector aproxima-se a 400 mil pessoas, entre pescadores sem embarcação e arte de pesca, outros profissionais de apoio e tripulantes das embarcações. Perto de 130 mil pessoas do total da força de trabalho do sub-sector eram pescadores envolvidos que não possuíam embarcação. Entre estes, destacavam-se os recolectores (mais de 41% do total), os de linha de mão e tarafa, os quais, no conjunto, constituíam perto de 73% da força laboral.

Além de, actualmente, estes números terem incrementado vertiginosamente, transcorridos 10 anos, é preciso dizer que eles eram referentes aos pescadores artesanais que pagam as licenças, que estão registados nos chamados Conselhos

27 Governo de Cabo Delgado (2018). Cidadãos estrangeiros flagrados a pescar lagosta no parque das Quirimbas. Acedido a 16 de Agosto de 2022, em <https://www.cabodelgado.gov.mz/por/Informacao/Noticias-da-Provincia/Cidadaos-estrangeiros-flagrados-a-pescar-lagosta-no-parque-das-Quirimbas>

28 Jornal Notícias (2019). PNQ apreende embarcação por pesca ilegal (in Notícias AI). Acedido a 16 de Agosto de 2022, em https://www.newsaipep.com/moz_news/pnq-apreende-embarcacao-por-pesca-ilegal/

29 Rádio Moçambique (2018). Não há embarcações chinesas a pescar ilegalmente: Agostinho Mondlane. Acedido a 16 de Agosto de 2022, em https://web.facebook.com/radiomoc/photos/n%C3A3o-h%C3A1-embarca%C3A7C%3B5es-chinesas-a-pescar-ilegalmente-agostinho-mondlaneo-ministro-do/2060511567327086/?_rdc=1&_rdr

30 E-global/pt (2019). Moçambique: Governo assegura que não existem estrangeiros a pescar de forma ilegal. Acedido a 16 de Agosto de 2022, em <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/mocambique/mocambique-governo-assegura-que-nao-existem-estrangeiros-a-pescar-de-forma-ilegal/>

Comunitários de Pescas (CCP), e que se comunicam com o Instituto de Investigação Pesqueira. Verdade é que, contrariamente aos industriais licenciados, que no caso da pesca de camarão de superfície, por exemplo, se resumem a cerca de 36 embarcações, os artesanais são aos milhares.

Na verdade, o chamado sector artesanal envolve um sector de subsistência que é formado por toda a população pobre da costa de Moçambique. Aliás, como observa uma das entrevistadas, de facto, quase todo o residente da longa costa moçambicana é, de uma ou de outra forma, pescador.

Bem bem, qualquer pobre da costa é pescador. É só irmos a costa, fazemos um senso, veremos que aquelas pessoas que não têm outro emprego, são pescadores!- comentou a fonte, com extensa pesquisa sobre as pescas, incluindo trabalhos de campo junto às comunidades costeiras.

Pelo seu elevado número, é mais difícil controlar os artesanais, ainda mais sem nenhum dispositivo de controlo, como o VMS, nas suas pequenas barcaças que constroem a partir de troncos de árvores. Com efeito, os artesanais, principalmente os não licenciados, também se aproveitam, grandemente, da fraca fiscalização para usarem artes nocivas à pesca e violarem os períodos de defeso e veda. Lançam-se ao mar praticamente o ano inteiro, incluindo nas épocas destinadas à reprodução e crescimento das espécies.

Na verdade, esta é, também, uma das formas da chamada pesca ilegal, não regulada e não reportada. Uma das artes mais nocivas usadas pelos artesanais é a chamada “xicocota”, como é comumente designada em Sofala uma rede com malha pequena ou panos ou, ainda mais, rede mosquiteira que os artesanais ilegais colocam ao longo dos santuários de pesca. É uma espécie de uma “barragem” que não deixa escapar nenhum recurso, dos juvenis às fêmeas desovantes.

No caso do camarão, o maior produto pesqueiro de exportação de Moçambique, os artesanais colocam as “xicocotas” mesmo nos desembocadores dos rios, capturando a espécie antes mesmo de entrar no mar para o seu crescimento.

Ele pesca logo ali [no desembocador]. Não selecciona indivíduos, os grandes e os pequenos, tudo fica ali. Isto é o maior problema que temos na nossa pescaria. E são zonas que, muitas vezes, a fiscalização não chega por falta de meios, mas as xicocotas devem ser tiradas mesmo. Provavelmente nós estaríamos a falar de uma rentabilidade muito grande no camarão, se estes factores - a pesca ilegal, este uso de xicocotas, fossem combatidos. São as artes nocivas!- disse um armador industrial.

O camarão é reproduzido nos mangais, então, as pessoas põem na saída dos mangais, onde estão não só a capturar os pais que foram lá, mas estão a capturar também os filhos que deviam ir ao mar para se alimentarem e crescerem porque o ciclo de vida do camarão é um ano. É um produto que cresce rápido, é por isso que devemos deixar o período de defeso para as mães darem ovos e dar tempo para crescerem, que são 5 meses.- acrescentou.

Além do mais, as “xicocotas” também arrastam as larvas, anulando qualquer possibilidade de o recurso se reproduzir - cada fêmea de camarão, por exemplo, desova milhares de larvas, mas poucas sobrevivem por causa das artes nocivas. Quando os recursos esgotam em determinada área, os artesanais emigram para outras zonas onde os podem encontrar. Um outro operador industrial descreve da seguinte maneira a situação da pesca artesanal em Moçambique:

(...) As leis só existem porque é preciso refrear os abusos e os excessos. De outra maneira não é preciso lei. Mas, contra os artesanais, não existe controlo nenhum. Quando vêem nas fotografias que queimaram 10 artes nocivas, isso é conversa. Você queima hoje, mas no dia seguinte os outros estão lá.

Para piorar, se o artesanal perde a rede no mar, ela fica dezenas de anos porque não é deteriorável uma vez ser plástica. E o que isso significa? Diz-nos algo simplesmente brutal: a rede continua a matar porque os peixes entram nela mas não mais saem. As redes perdidas no mar são, rigorosamente, armadilhas perdidas, mas que continuam a dizimar recursos. As redes abandonadas também colocam em perigo os barcos industriais e as suas tripulações quando, por exemplo, enrolam-se nas hélices – o equivalente à caixa de velocidade nas viaturas – tornando impossíveis as manobras do barco, acabando por ficar à deriva, dependente das correntes marítimas e da força do vento.

Dada a sua dimensão, associado ao facto de a pesca industrial estar direccionada para a exportação³¹, a pesca artesanal é a

31 Contudo, os industriais de camarão, em Moçambique, que capturam peixe como fauna acompanhante (não ascendem a 10 mil toneladas, segundo

que contribui com a maior quota do pescado que se consome no mercado nacional. As estimativas do sector indicam que os artesanais contribuem com mais de 90% do que se consome no país, o que mostra bem claro que não se pode ignorar este sector que, entretanto, é, actualmente, o que está mais desorganizado. De acordo com dados oficiais, Moçambique produz, anualmente, cerca de 442 mil toneladas de pescado diverso³². Quer isto dizer que os artesanais são responsáveis por cerca de 397.800 toneladas de pescado todos os anos.

Mas, um operador industrial duvida das estatísticas do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, referindo que o número de 442 mil toneladas está extrapolado. Uma outra fonte do sector disse que as estatísticas valem o que valem, chamando atenção que não há, em Moçambique, nenhuma estatística compilada com segurança para dizer que, realmente, são 442 mil toneladas. O que se faz, assinalou, é uma amostragem, a partir da qual se extrai uma estimativa global. Seja como for, é consensual que, do ponto de vista de volume, os artesanais representam o maior peso de pesca, efectivamente acima de 90% de todo o pescado, visto que, além do mar, eles trabalham nas albufeiras interiores e nos rios, que são às centenas, ao longo do país. Entretanto, grande parte da estimativa de mais de 400 mil toneladas de pescado/ano refere-se a variados tipos de peixe, recurso que é usado para abastecer o mercado interno, essencialmente para a população que vive ao longo da costa, mas também nos grandes centros urbanos como Maputo e Beira.

Embora representem a maior quota das capturas, os diferentes tipos de peixe capturados nas águas nacionais não são objecto de exportação. Excepção para a kapenta, um tipo de peixe que é capturado na albufeira de Cahora Bassa, em Tete, e que é exportado seco. Mas, tal como será abaixo demonstrado, também é objecto de contrabando para países do interior, principalmente Zimbabwe, Malawi e República Democrática do Congo (RDC).

Quer isto dizer que o camarão representa uma ínfima parte do total das capturas no país. Cálculos de operadores do sector estimam em cerca de 6 mil toneladas/ano de camarão que os artesanais capturam nas águas moçambicanas. É o dobro da produção anual dos industriais, estimada em cerca de 3 a 4 mil toneladas. Mas, grande parte das quantidades de camarão capturado pelos artesanais não entra nas contas do Estado. Pelo contrário, circula por redes clandestinas que alimentam não só o mercado nacional, mas também internacional.

Em Maputo, por exemplo, é fácil ver, em zonas como o nó da Machava, a Matola Rio, ou ao longo da Estrada Nacional Número 4, e em vários mercados informais, produtos como camarão, caranguejo e outros a serem vendidos mesmo em períodos de defeso/veda. No caso do camarão, já com melanosa [uma mancha preta que surge na cabeça do produto quando não for bem processado]. Na cidade de Maputo, mas também de cidades como Beira, o camarão que é servido nos restaurantes é, maioritariamente, proveniente da pesca artesanal.

Outra parte do camarão pescado pelos artesanais é descaminhada e comercializada em alguns supermercados da África do Sul, Malawi e Zimbabwe. Um industrial da pescaria de camarão abordou o tema nos seguintes moldes: (...) *Onde está o camarão da pesca artesanal? Não exportam, não vendem grandes quantidades nos mercados. Passa na fronteira, candonga, até para a China vai (...) Uma cadeia de máfia incrível!*

Devido ao descontrolo no sector artesanal há, inclusivamente, pessoas com poderio financeiro que mandam construir pequenos barcos que os entregam aos artesanais ao seu serviço. Os proprietários recolhem os recursos dizimados das águas para a comercialização. Não raras vezes, esses produtos depois entram na roda do contrabando. É essa a máfia. Então, o conceito de artesanal foi adulterado-- refere uma das fontes entrevistadas para este trabalho, frisando que o conceito do artesão é de produção para sobrevivência e, a ter uma componente comercial, deve ser bastante pequena.

Há um caso típico que ocorreu na veda do ano 2001. Cerca de 8 toneladas de camarão, pescado ilegalmente em Sofala, só foram detectados no Porto de Maputo prestes a partir para os mercados internacionais.

A gente se pergunta como foi pescado no período da veda e como foi transportado da Beira para Maputo. Primeiro controlo (...) vou esquecer Inhamitua - tem o Dondo, com balança, onde todos camiões têm de entrar na balança para

seus próprios cálculos), não exportam este último recurso, comercializando-o no interno para a alimentação e sustento de várias famílias moçambicanas, através da revenda do recurso.

32 Jornal Notícias (2022). Governo reforça-se em meios para conter pesca ilegal. Acedido a 29 de Agosto de 2022, em <https://jornalnoticias.co.mz/destaque/governo-reforca-se-em-meios-para-conter-pesca-ilegal/>

fiscalização; chega em Nhamatanda, na portagem, também tem controlo. Inchope não vou dizer porque outras vezes não estão. Escapas em Muxúngue, porque o posto não é muito rígido, mas no rio Save, que funciona como fronteira, não passa nada, mas passou o camião do camarão. Massinga também não é muito rígido, mas tens Lindela. Zandamela também passou, mas são postos obrigatórios para tudo que vem a transportar carga animal ou vegetal, tem de fazer controlo. E o produto só foi detectado quando estava a ser embarcado aqui no Porto de Maputo. Já ia me esquecer que também passou em Incoluane.- lembra uma fonte envolvida nas pescas há décadas.

Mas não é só o camarão que é objecto de descaminho. Em 2020, por exemplo, o administrador do distrito de Zumbo, Lucas Muidingue, admitiu, publicamente, que o crescente nível de contrabando de peixe capturado ao longo do rio Zambeze para as repúblicas vizinhas do Zimbabue e Zâmbia, estava a preocupar as autoridades governamentais de Zumbu, um distrito situado na parte Oeste da província de Tete, com a sede distrital a 520 quilómetros da cidade capital provincial. De acordo com o administrador, os promotores do contrabando actuam à calada da noite. Usando pequenas embarcações a remo, introduzem-se no interior do distrito e adquirem, de forma ilícita, o pescado aos pescadores artesanais. *Os contrabandistas estabelecem uma rede e um esquema de contrabando com os pescadores artesanais que armazenam o peixe fumado nas ilhas de onde, a altas horas da noite, transportam-no para os vizinhos Zimbabue e Zâmbia.-* disse Lucas Muidingue, reconhecendo que a pesca artesanal constitui uma das principais actividades da população do distrito, tendo a tilápia [Pende], Ncheni, Nkholokolo e Ntcenga como as espécies mais capturadas ao longo do rio Zambeze e de maior procura comercial³³.

Na albufeira de Cahora Bassa, também em Tete, pescadores que se dedicam à captura não só da tilápia, mas também de kapenta, um peixe igualmente de elevado valor comercial, têm estado a queixar-se de contrabando do pescado que, por exemplo, ameaça colapsar a pescaria da kapenta, uma das espécies que ocorrem no local e bastante procurada no país e no estrangeiro. O Jornal Notícias reporta que, devido a tanta procura do pescado, há, inclusivamente, movimentos regulares de cidadãos estrangeiros, como zimbabwianos, malawianos, zambianos e congolese, na região da albufeira, que procuram pela kapenta.

Este ano, 2022, a chefe do Departamento de Pescas em Tete, Piedade Malizane, também confirmou o contrabando do pescado, sublinhando que o acto não abrange apenas a kapenta, mas também a tilápia seca, vulgarmente conhecida por “chicôa”, que é bastante procurada pelos comerciantes das repúblicas do Zimbabue, Zâmbia, Congo e Malawi. *A circulação da kapenta e tilápia por vias ilegais e prejudiciais à economia da província, em particular, e do país, em geral, deve-se à não abrangência da fiscalização, motivada por falta de pessoal e meios nos pontos onde esse tipo de produto tem sido movimentado, nomeadamente nos distritos de Zumbu e Marávia, que dão acesso às repúblicas do Zimbabue e Zâmbia -* reconheceu aquela responsável³⁴.

Devido ao elevado esforço de pesca, já não há disponibilidade para novas entradas na pesca de kapenta nas águas interiores da albufeira de Cahora Bassa, onde operam cerca de três dezenas de embarcações (ADNAP³⁵).

5.4.1. Atum em risco

Além do camarão e de vários tipos de peixe, o atum, o segundo produto pesqueiro de exportação mais importante de Moçambique, depois do camarão, é um dos que está a ser dizimado pela pesca artesanal. Na verdade, o que está a acontecer com o atum é o mesmo que aconteceu, por décadas, com o camarão – o país virado para a pesca industrial, praticamente ignorando o que os artesanais tiravam das águas, até que os alarmes soaram, com a redução acentuada dos níveis de captura.

Mas não é verdade que os artesanais não pescam atum. Ao que o CIP apurou, no Tofó e Inhassoro, na província de Inhambane, por exemplo, os artesanais tiram do mar quantidades consideráveis de atum. Uma das fontes locais descreveu

33 Jornal Notícias (2021). Contrabando de pescado preocupa governo de Zumbu. Acedido a 16 de Agosto de 2022, em <https://www.jornalnoticias.co.mz/nacional/provincia-em-foco/contrabando-de-pescado-preocupa-governo-de-zumbu/>

34 Jornal Notícias (2022). Pescadores denunciam contrabando da kapenta em Cahora Bassa. Acedido a 16 de Agosto de 2022, em <https://www.jornalnoticias.co.mz/destaque/pescadores-denunciam-contrabando-da-kapenta-em-cahora-bassa/>

35 Acedido a 07 de Setembro de 2022, em <https://www.adnap.gov.mz/gestao-de-pescarias>

a situação nos seguintes termos:

O Governo não controla o atum ao nível artesanal. Só controla ao nível industrial. O mesmo aconteceu com o camarão, até que iniciaram os problemas nos industriais, que começaram a reclamar por ter baixas capturas. Aí o Governo criou o Sistema Nacional de Monitoramento da Pesca Artesanal, começando a monitorar também as capturas do camarão. Mas as 2 pescarias (camarão e atum) são os principais recursos pesqueiros de Moçambique, a todos os níveis (...). Estamos preocupados com o mar, mas devíamos preocupar com o que os artesanais estão a tirar porque eles tiram atuns pequenos, que ainda não reproduziram. Então, é importante gerir esses para poder garantir que o atum cresça, mas o sector está de olhos fechados para o atum.

A reprodução e o crescimento são ainda mais críticos em relação ao atum. Diferentemente do camarão, por exemplo, que tem um ciclo de vida curto (em 1 ano reproduz-se e cresce), o que possibilita que a veda seja uma boa estratégia, o atum, que vive 20 anos, precisa de 8 anos só para a sua maturação sexual e posterior reprodução.

Então, não é uma veda de 3 meses que vai garantir que no ano seguinte tenhamos o atum. É um sistema de gestão diferente. Então, as vedas são importantes para animais de ciclo curto - caranguejos, camarão. Também são bons para animais com uma distribuição geográfica muito limitada – o camarão, por exemplo, está no mar e no estuário, pode se controlar. O caranguejo só está no mangal, pode se controlar.- acrescentou.

5.5. Os padrões das pescas

Parte dos atropelos que se vivem nas pescas em Moçambique, e que colocam em causa a sustentabilidade dos recursos, explicam-se pela economia política do sector, onde convergem diversos jogos de interesse. Com efeito, as pescas têm sido alvo de apetites de várias pessoas da nomenclatura ligada ao partido Frelimo. A economia política do sector é praticamente a mesma dos grandes investimentos no país, quer nas florestas/madeiras³⁶, quer na indústria de hidrocarbonetos e minérios³⁷, em que estrangeiros entram com o capital, enquanto os nacionais, ligados ao partido Frelimo, garantem protecção política dos negócios.

No caso das pescas há, inclusivamente, uma explicação histórica que faz com que, por um lado, membros da Frelimo, no geral, incluindo ex-funcionários do sector e, por outro, antigos combatentes/generais da luta de libertação nacional, em particular, estejam entre os intervenientes do sector. A primeira explicação está ligada ao Programa de Reabilitação Económica (PRE) que, em finais da década de 80, levou à privatização e/ou liquidação das empresas estatais.

O facto é que esse processo não foi transparente, tendo levado ao abocanhamento das empresas estatais então existentes. De facto, as privatizações, feitas não na base de critérios técnicos, mas do habitual nepotismo e promiscuidade reinantes na Frelimo, acabaram por levar as empresas pesqueiras à falência. A título de exemplo, os Combinados Pesqueiros foram à falência, de modo que hoje não existe um único apenas.

As Emposcas Beira, Angoche e Quelimane, essencialmente dedicadas à pescaria do camarão, e a Mosopesca, que pescava peixe, fornecendo, por exemplo, carapau ao mercado, também foram à falência na sequência da sua privatização inserida

³⁶ Em 2014, o CIP denunciou a angariação, pela Frelimo, nas vésperas das eleições gerais, de 10 milhões de meticais para a campanha eleitoral, através de esquemas de corte ilegal de madeira. O esquema de angariação de fundos para financiar a campanha foi desenhado e implementado pela Direcção Provincial de Agricultura da Zambézia. A fórmula encontrada para obter o dinheiro foi a emissão de autorizações de corte e trânsito de madeira ilegal. A operação foi, depois, conduzida por operadores de abate de madeira ilegal para posterior venda a cidadãos chineses e o dinheiro do negócio foi repartido pelos intervenientes e a DPA (Direcção Provincial de Agricultura) da Zambézia (...) Esta, por sua vez, canalizou parte dos fundos ao Comité Provincial do partido Frelimo na Zambézia. O esquema montado na Zambézia acontece um pouco por todo o país, com o envolvimento de figuras ligadas ao crime organizado.

³⁷ A título de exemplo, a Montepuez Ruby Mining (MRM), que explora os valiosos rubis de Namanhumbir, no distrito de Montepuez, em Cabo Delgado, é uma *joint venture* entre a Gemfields, com 75%, e a Mwiriti, uma empresa do general Raimundo Pachinuapa, que detém os restantes 25%. O veterano da luta de libertação nacional, Raimundo Pachinuapa, é um dos mais influentes membros da ala makonde na Frelimo. O seu filho, Raime Pachinuapa, é um dos principais administradores da empresa. Samora Machel Júnior, filho do primeiro presidente de Moçambique independente, Samora Machel, é o presidente do Conselho de Administração (PCA) da MRM. A explorar um dos mais significativos depósitos mundiais de rubi, a MRM tem feito, em praças internacionais, leilões milionários que beneficiam o capital estrangeiro e a elite da Frelimo, enquanto as comunidades ficam ainda mais empobrecidas, num caso típico da economia política dos mega-projectos, em Moçambique. Além de pouco beneficiar os nativos, a empresa foi várias vezes acusada de violação de direitos humanos, com execuções sumárias e outros abusos, que incluem incêndio a residências populares, de forma impune, não fosse a protecção política que a empresa goza. Em Namanhumbir, a MRM ergueu uma moderna vila que hospeda o seu pessoal, no meio das palhotas de estaca e adobe da população. Para mais detalhes, ver: Nhandumbo, Armando (2017). A triste sina de um povo amaldiçoado pelo rubi. Jornal SAVANA. Maputo.

no âmbito do processo que ficou historicamente conhecido como reabilitação económica.

O segundo factor que explica, sobretudo, a presença de antigos combatentes/generais da luta de libertação nacional nas pescas é que desde a independência, mas sobretudo nos anos 90, o sector procurou proteger uma determinada quota nas mãos de antigos combatentes. A ideia era fortalecer a indústria nacional que, mesmo sem embarcações, pensava-se, na altura, que num horizonte temporal de 10 a 15 anos, essas elites do partido Frelimo poderiam ir à pesca com barcos fretados, numa perspectiva de crescimento até terem meios próprios.

Contudo, esse não foi o caso. Talhados num modelo de economia rendeira, esses camaradas não se preocuparam em dominar as pescas. O que faziam é, uma vez tendo quotas, cederem-nas a estrangeiros, a título de fretamento de barco. Os estrangeiros pescavam na vez dos nacionais, a quem deixavam o valor acordado, levando, eles, a produção que os nacionais nem sabiam a que preço era depois vendida no mercado internacional.

Uma fonte conhecedora do sector lembrou o caso com certa angústia:

(...) Vinha o estrangeiro, ou vinha e vem pescar a minha quota. Mas ele só me paga aquilo que combinamos e ele leva a produção e vai embora e eu nem sei por quanto ele está a vender porque eu nem tenho contabilidade para isso. Há muitos casos desses nas pescas. Mas é muito triste dizer isso, que houve uma política de protecção dos nacionais, inclusivamente esses nacionais eram maioritariamente antigos combatentes, sim, tiveram quotas ou têm quotas, mas no lugar de irem pescar e fazerem comercialização, eles preferem alienar a coberto de contractos de afretamento de navios. Portanto, não têm o domínio sobre o mercado daquilo que se compra. E tem mais: já houve casos, se é que ainda não continua a acontecer, em que o nacional não conhecia sequer a composição do navio. Houve casos de o barco chegar ao porto porque tem de ter licenças não sei de quê, o dono da licença ir para lá, falar com o capitão, receber uma declaração, ir a fiscalização, ir encontrar outros produtos, que não foram declarados e, quando é assim, quem tem de chupar a multa é o dono da licença, que é o nacional.

A atribuição das quotas para o chamado fortalecimento de uma indústria nacional, nas pescas, também foi sem transparência. Sendo pessoas politicamente expostas, grande parte dos beneficiários resguardou-se no anonimato. Colocaram testas de ferro à frente das empresas ou constituíram-se em sociedades anónimas.

Uma das empresas criadas nos anos 90 e com rostos foi do antigo combatente Armando Guebuza, com a patente de tenente general, que mais tarde viria a tornar-se no terceiro presidente da República de Moçambique. Foi em 1992 que Armando Guebuza constituiu, juntamente com a Juma Comércio Internacional, Limitada e a José Luís Sederico da Costa Virott, a Mavimbe, Limitada, empresa vocacionada à “pesca de crustáceos, peixe e transformação industrial de pescado e mariscos”.

De acordo com o Jornal a verdade³⁸, a Mavimbi alterou o pacto social, sócios e quotas por 2 vezes. A primeira foi em 1996, quando Guebuza aparece apenas com a Juma Comércio Internacional, Limitada. Já em 1998, continua com a Juma Comércio Internacional, Limitada, mas entram para a sociedade Mavimbi, Moisés Rafael Massinga e Jesus Joaquim Cuambe Gomes.

Mas, nas pescas, Guebuza não se ficou apenas pela Mavimbi. Também fundou a Maluandle, Lda, numa sociedade também com Moisés Massinga e Jesus Gomes (Mosse, 2004)³⁹. Em 2002, o mesmo ano em que se tornou secretário-geral da Frelimo e candidato presidencial para as eleições gerais de 2004, Guebuza teve acesso, sem transparência, a juros concessionais e sem garantias, a um crédito do tesouro no montante de USD 2 500 000 USD destinados à compra de uma embarcação de pesca.

Mas quem é Moisés Massinga, o parceiro do antigo estadista moçambicano nas pescas? Não é uma pessoa qualquer. 38 A verdade (2016). Império empresarial de Guebuza expande-se para aviação civil. Jornal a verdade. In Macua Blog. Acedido a 20 de Julho de 2022, em <https://verdade.co.mz/imperio-empresarial-de-guebuza-expande-se-para-aviacao-civil/>. O Jornal lembra, na peça, que alterações de pactos sociais, sócios e quotas, ocorrem geralmente quando há aumento de capital, ou cedência de acções por um ou mais sócios.

39 Mosse, Marcelo (2004). Corrupção em Moçambique: alguns elementos para debate. Acedido a 20 de Julho de 2022, em <https://pdfslide.tips/documents/corruptao-em-mocambique-alguns-elementos-para-debate-de-acordo-com-o-estudo.html?page=1>

Foi secretário para a área das pescas, na altura em que, em Moçambique, não havia Ministério, mas sim Secretaria das Pescas. O seu irmão, Alfredo Massinga, um biólogo pesqueiro, viria a ser vice-ministro das Pescas, na altura da criação do Ministério, em 2000.

É esse homem que, com conhecimento valioso sobre o sector que esteve a dirigir, passou a ser empresário nas pescas, numa aliança estratégica com um outro político com tudo para dar máxima protecção aos negócios: Armando Emílio Guebuza. Mas, actualmente, a Mavimbi está praticamente falida. Um industrial comentou sobre o caso nos seguintes termos: *Nas pescas, se você não tem gestão, vai embora. Isto não é para amadores!*

Entre vários outros nomes sonantes nas pescas, no âmbito dos incentivos para o surgimento de uma indústria nacional, constam os de Armando Jeque e de Bonifácio Gruveta. O general Gruveta, por exemplo, teve licenças, criou empresa, mas nunca comprou uma única embarcação. Era o aluguer de barcos sul-africanos que depois ficavam num esquema de 90/10. O general Gruveta, comandante da guerrilha contra o colonialismo português na frente militar da província da Zambézia, no centro de Moçambique e mais tarde governador da Zambézia, sua terra natal, deputado à Assembleia da República pela bancada parlamentar da Frelimo, partido onde era influente, e membro do Conselho de Estado, constituiu a Bonar com Armando Jeque. Ao que o CIP apurou, as letras BON, do nome Bonar, querem dizer Bonifácio, enquanto as letras AR significam Armando.

Quando os 2 membros influentes da Frelimo se separaram, Armando Jeque foi constituir uma empresa com um nome próximo à Bonar. Chama-se Bonar Fisheries. Com a morte do general Bonifácio Gruveta, em 2011, a Bonar ficou uma empresa da sua família. Nos anos 90, também foi criada uma empresa de pesca denominada “Onda Azul”, agregando cerca de 60 trabalhadores do sector, incluindo das empresas intervencionadas. Apesar do consentimento político que teve, a empresa também foi à falência.

Outro nome ligado ao partido Frelimo que está nas pescas é de um antigo combatente vulgarmente conhecido por Bengala, com interesses em várias áreas como nos transportes e na construção. Tornou-se mais conhecido nas pescas nos últimos anos, quase à mesma altura do “assalto chinês”. Sobre este caso específico, um dos entrevistados comentou nos seguintes termos:

A entrada de chineses não foi uma entrada directa. Foi uma entrada política negociada, através dos antigos combatentes. Eles eram os donos das quotas. Mas, sobre os jogos de interesse e a impunidade no sector, no geral, um outro operador descreveu a situação nos seguintes termos:

(...). Sim, pessoas da nomenclatura, eles é que fazem isso. Epah, esse assunto de pescas é muito grande. Esse é negócio dos camaradas. Acham-se no direito de, como libertaram o país, têm direito a tudo e alguma coisa.

Aliás, o caso dos “irmãos” chineses, cujos desmandos já foram largamente denunciados às autoridades sem que qualquer medida fosse tomada, é o exemplo desse modelo de economia rendeira das elites do partido que governa o país desde a independência de 1975. A propósito, uma fonte disse o seguinte:

Os chineses que fazem desordem estão ligados a chefes grandes. Com barcos deles. Têm sócios que são generais, que estão no partido. Os fiscais quando querem actuar recebem telefonemas, vão fazer o quê? Eles violam porque sabem que não vai lhes acontecer nada porque têm protecção superior.- disse um armador, assinalando que: *aqui nas pescas, temos muitos protegidos que fazem isso (desmandos)!*

Uma outra fonte afirmou:

Os chineses tinham parceiros internacionais escondidos. O problema é que toda a gente está convencida que há muito recurso aqui, o mar é grande, tem muito peixe. Então, a decisão que se tomou é que alguém disse que vamos apanhar os pequenos pelágicos, o carapau, a sardinha, esses peixes pequenos (...). Mas o único produto comercialmente viável, aqui, é o camarão, mas estava fora de hipótese (...). Trouxeram cento e tal navios. Todos estavam com parceiros nacionais (...). Fizeram desmandos (...).

No caso do uso de artes de pesca não autorizadas, por exemplo, uma fonte disse que os chineses escondem à fiscalização as redes proibidas, para usá-las no alto mar. Mas, uma outra descartou essa hipótese, apontando, pelo contrário, conivências:

Não escondiam nada. Só que não acontecia nada [em referência à falta de responsabilização]. De onde é que tu metes as portas de arrasto, por exemplo? São portas que pesam 2 toneladas e tal. Vais esconder aonde? Eles faziam pelágicos, mas tinham portas de arrasto de fundo, redes de cerco e redes de arrasto com várias medidas. Era evidente que tinham 4 redes!- disse.

A uma pergunta sobre quem eram os parceiros nacionais dos chineses, um dos entrevistados respondeu nos seguintes moldes:

São gerais. Estavam nas madeiras. Quando eles vieram em força nas pescas, foi quando começaram a ser acoitados na madeira. Então, viraram-se para cá. Quando começaram a perder terreno na madeira, vieram para cá.

Os chineses fizeram isto aqui e daqui vão fazer noutra país africano e andam nisto porque os chineses têm uma tendência de corromper e eles vão a países que são facilmente corrompíveis. Fica barata a produção. Eles não obedecem a normas. Eles não se importam com os meios para atingir os fins. Já estiveram na Guiné e deram cabo daquilo. Estiveram no Senegal, deram cabo daquilo. Em todo lado onde eles vão, dão cabo, mas então, pagam... - comentou um outro entrevistado.

Na Beira, um armador confirmou, mesmo sem aceitar revelar nomes, ter visto licenças chinesas com parceiros moçambicanos graúdos, como lhes chama:

Há 2 licenças que tinham nomes que eu até conheço desses graúdos. Eles (os chineses) procuram graúdos para poderem ter protecção. Protecção é essa: eles pescam à toa, cometem ilegalidades e ninguém vai para lá porque têm muita protecção. São os tais patrões graúdos esses, que existem em todos os sectores aqui em Moçambique (...) (Não só gerais). Qualquer um que tem influência no Governo tem servido para protecção. Qualquer um que tem influência, que pega telefone, que fala com o presidente, com o ministro, com o director nacional, essa é protecção.

Ainda sobre os chineses, há, também, suspeitas de haver casos de corrupção na própria administração pesqueira, na forma de facilitação da sua entrada nas águas territoriais moçambicanas. A lista de costas quentes inclui alguns dirigentes do sector que apadrinham as conexões promíscuas, impondo a sua entrada ou de familiares nos negócios.

Sabem que como não têm capacidade de operar empresas de pesca, cujos custos são muito altos – por exemplo, pesca semi-industrial está a desaparecer porque não é rentável, tem custos muito altos, disse uma fonte.

Uma pesquisadora precisou:

Eu não posso falar com nomes (...). Mas (...) aqui em Moçambique, existem pessoas que são as testas de ferro que facilitam a entrada de certas pessoas até ao licenciamento porque não é um processo tão transparente (...). Não é tão diferente do que se passa na madeira e, ainda mais especial porque as pescas estão nas mãos de poucas pessoas. Então (...), ao nível político, há uma aliança para facilitar esse tipo de acesso (...). A ADINAP (Administração Nacional das Pescas) vai de mãos juntos com o processo também de alianças políticas como é na exploração de outros recursos nacionais e naturais aqui em Moçambique.

Mas por serem uma actividade de alto risco e com altos custos operacionais, as pescas requerem uma gestão altamente criteriosa e profissional. A título de exemplo, uma embarcação industrial gasta, em média, entre USD 150 mil a USD 200 mil [dependendo do tipo, dimensões e consumo da embarcação] numa operação de 30 dias. Significa que, nesse período, a produção deve ser suficiente para permitir a reposição do investimento, sob o risco de colocar em causa a continuidade da empresa.

Infelizmente em Moçambique grande parte das empresas que sobreviveram, mesmo com o apadrinhamento político para fortalecer uma indústria nacional nas pescas, não têm capitais moçambicanos maioritários. Pelo contrário, os grandes operadores são empresas com capitais estrangeiros, com destaque para portugueses e espanhóis. Actualmente, as maiores empresas do sector da pesca industrial, em Moçambique, são a Sociedade Industrial de Pesca (SIP), a Pescamar, a Efripel e a Krustamoz, todas na pesca do camarão.

A SIP é uma sociedade detida em 50% pela Sociedade de Pesca Miradouro (Portugal) e os restantes 50% pelo empresário

moçambicano António Scwalbach. Mas, o grupo SIP faz a gestão da produção de outras três empresas, nomeadamente a Marbeira, a Mawipi e a Vitapesca. A Marbeira tem participação da Miradouro. A Mawipi é uma empresa criada por Moisés Massinga, o antigo secretário das Pescas e sócio de Armando Guebuza na Mavimbi. Mas a Mawipi é diferente da Mavimbi e não tem ligação com Armando Guebuza. Entretanto, de acordo com o Boletim da República de 2 de Julho de 2015, III série, nº 52, Moisés Massinga cedeu na totalidade a sua quota de 43% do capital social da Mawipi, a favor da 2PM- Serviços e Participações, Limitada, que se juntou ao sócio George Rodolfo Poitevin.

O grupo SIP tem como marca comercial “Frip”, bastante conhecida no exterior, da Europa à Ásia. No Japão, por exemplo, que é um mercado bastante exigente, a SIP/Frip já recebeu prémios de qualidade. António Scwalbach, o sócio gerente da SIP, é um antigo funcionário da Rádio Moçambique (RM) e, mais tarde, dirigente da então Televisão Experimental (TVE), precursora da actual Televisão de Moçambique (TVM).

Foi o primeiro director-geral da TVE. Nessa altura, nos anos 80, a TVE não tinha a figura de presidente do Conselho de Administração (PCA), pelo que o director-geral era a figura máxima na televisão. Scwalbach é, pois, um dos arquitectos da actual TVM. Mas, mais tarde, viria a ser “saneado” do Estado, tendo deixado de ser funcionário público há cerca de 30 anos. Hoje um dos principais empresários das pescas em Moçambique, costuma dizer, nas conversas informais, que foi um favor o Estado ter-lhe saneado porque tal abriu-lhe as portas para o empresariado.

Iniciou-se como empresário da área a partir de Tete, sua terra natal. Foi um dos primeiros moçambicanos a pescar kapenta. Hoje tornou-se num dos principais empresários na pesca de camarão em Moçambique. Vive em Maputo, mas na sua terra natal, Tete, construiu um centro de saúde e uma escola, incluindo uma biblioteca com cerca de 900 livros. As infra-estruturas sociais estão implantadas na povoação de Chipala-Pala, a 66 km da vila sede do distrito de Chitima.

Com uma actividade virada para o mercado internacional, a SIP foi reconhecida, na 57ª Edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM, 2022), como o melhor exportador para a União Europeia. Entretanto, na campanha 2022, a SIP não pescou camarão de superfície devido à baixa disponibilidade do recurso, que não compensa operações para um grupo que usa embarcações industriais. Além da pesca do camarão de superfície, a SIP de Scwalbach é um dos líderes da pesca de gamba, o camarão de profundidade.

Por sua vez, a Efripel e a Pescamar, duas empresas do mesmo grupo, operam há mais de 40 anos no sector e são de capitais espanhóis e moçambicanos. Além da espanhola Pesca Nova, com uma quota de 70%, a Pescamar, que explora camarão de superfície, é participada pela Emopesca, a empresa estatal moçambicana também envolvida no escândalo das dívidas ocultas, como accionista da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), uma das três beneficiárias dos empréstimos ilegais de mais de USD 2 mil milhões, que empurraram o país à maior crise económica desde a independência de 1975. Mas, a Emopesca, em falência, foi perdendo as suas quotas, tendo actualmente uma participação minoritária, 30%. Com o tempo, a Emopesca foi perdendo valor de mercado. A Pescamar engloba outras 2 grandes empresas, a Efripel e a Pescabom, sob a mesma gestão. Tal como a Pescamar, a Efripel também é participada pela Emopesca. O sócio da Emopesca na Efripel era a Maruha Corporation, uma das maiores empresas privadas japonesa no sector. Mas, a dado passo, os japoneses decidiram retirar-se e a decisão do Governo, em 2006, foi de que a Pescamar devia assegurar a gestão da Efripel para evitar-se que os trabalhadores da Efripel fossem ao desemprego.

Foi desta forma que a Efripel passou a integrar a gestão da Pescamar.

Actualmente, a Emopesca mantém-se accionista da Efripel, juntamente com a Nova Pesca, que é a accionista maioritária. A Nova Pesca é uma subsidiária da Pesca Nova.

A Pescabom, uma das empresas do grupo Pescamar, antes pertencia ao grupo Madal, uma sociedade que se destacou na produção de palmar, na Zambézia, onde foi um dos principais propulsores da economia desta província do centro de Moçambique. Historicamente, quando constituiu a Pescabom, a Madal, que era essencialmente agrícola, convidou a Pescamar para a gestão. Com efeito, a Pescamar tornou-se sócia da Madal na Pescabom, com 50% de participações cada. É desta forma que, quando a Madal entra em falência, a Pescamar fica com todas as participações da Pescabom. Actualmente, a Pescabom opera no sector semi-industrial congelador.

Um dos rostos mais visíveis deste grupo de empresas é Felisberto Manuel, um antigo administrador da EMATUM, que foi ouvido no julgamento das dívidas ocultas como declarante. Felisberto Manuel foi, entre 2016 e 2018, presidente da Comissão Executiva da EMATUM. Ele é o director-geral das três empresas: Pescamar, Efripel e Pescabom. Antes de ir ao privado, Manuel foi servidor público, de 1976 a 2009.

Enquanto servidor público sempre trabalhou na área de exportações, desde simples escriturário, chefe de departamento, até a director nacional de exportação no Ministério de Comércio. Em 1986 sai do então Ministério de Comércio, em comissão de serviço, para trabalhar para o sector das Pescas, como director geral da Pescom Internacional, onde fica até 1992.

A Pescom Internacional, lembre-se, foi uma das empresas estatais criadas pelo Governo moçambicano logo depois da independência para garantir a importação e exportação. No concreto, a Pescom comercializava no mercado externo a produção das Emopescas, estas últimas empresas criadas pelo Estado para fazer pesca industrial.

Em 1992, Felisberto Manuel passa a presidente do Conselho de Administração (PCA) do então Instituto para Promoção das Exportações (IPEX). De 1998 a 2000, exerce o cargo de assessor de ministro da Indústria e Comércio para a área de Exportação. Entre 2000 e 2002 foi Secretário-Geral da Associação Moçambicana de Armadores de Pesca Industrial de Camarão (AMAPIC), antes de ser, mais tarde, presidente da agremiação.

Enquanto isso, a Krustamoz é de chineses, mas, diferentemente da larga maioria dos operadores provenientes daquele país asiático, é descrita como uma empresa profissional. Aliás, a dona da Krustamoz, a Companhia Nacional de Pescas da China, é a maior companhia de Pescas do Mundo, com milhares e milhares de barcos. A Krustamoz também pesca gamba. Um outro nome destacado nas pescas, mas no sector semi-industrial, é de Mamad Sulemane, um antigo dirigente no Ministério das Pescas onde foi director de economia. Mas, a dado passo, Sulemane decidiu abandonar o Estado para ser empresário justamente na área em que era dirigente. E, do Ministério, o antigo director de economia não saiu de mãos a abanar. Saiu com quotas de camarão para ir fazer a vida como privado. Criou, pelo menos, 3 empresas. Uma delas é a SSSS (mais conhecida no sector por 4s, sendo um S proveniente de Sulemane e os restantes de outros nomes da família). Baseado na Beira, Sulemane, que pelo menos até 2021 era presidente da Associação dos Armadores de Sofala, é, actualmente, o único armador com uma actividade de larga escala a operar do sul da Beira até a zona de Machanga. Nos corredores das pescas, esta região é conhecida como “a área de Sulemane”, ele que, inclusivamente, montou uma fábrica de processamento, na Ilha de Chiloane, no distrito de Machanga.

O caso de Sulemane, susceptível de levantar questões de conflitos de interesse, pode ser o protótipo da forma menos transparente e até promíscua de fazer política e negócios em Moçambique, onde, à luz do dia, os dirigentes são políticos que tomam decisões, mas, ao anoitecer, transformam-se em empresários e, com informação privilegiada, perfilam na caça às oportunidades que o Estado/país oferecem, num modelo muitas vezes de *rent seeking*.

Entretanto, algumas fontes conhecedoras do assunto afastam conflitos de interesse, referindo que, o que aconteceu é que, a dado passo, o Governo decidiu reservar a área apenas para operadores semi-industriais a gelo, uma vez que o uso de embarcações industriais poderia provocar declínio dos recursos na região. Segundo a explicação, o que sucedeu é que os restantes semi-industriais a gelo faliram, ficando apenas o Sulemane, além dos artesanais.

Seja como for, Sulemane não é o único na sua situação. Vários outros operadores estiveram, de algum modo, no sector das pescas antes de serem, ou empresários, ou empregados seniores do sector privado das pescas. António Scwalbach, por exemplo, depois de sair da TVM, primeiro trabalhou para uma empresa portuguesa denominada NOEI que prestava serviços à então Secretaria de Estado das Pescas. Mesmo a Pescabom teve, na sua fundação, a mão de António Branco, que, ainda que por pouco tempo, foi Secretário de Estado das Pescas, substituído, no cargo, pelo economista Joaquim Tenreiro de Almeida.

Na Beira, também está baseada a Ganho, uma empresa de um cidadão moçambicano denominado Ganho Hankon, com

investimentos em outras áreas, além das pescas. Trata-se de um moçambicano de origem chinesa. É das famílias chinesas que se estabeleceram em Moçambique na época colonial. Foi, por muitos anos, membro do Comité Central da Frelimo, o órgão mais importante do partido no poder no intervalo entre os Congressos e abaixo da Comissão Política. É descrito como uma pessoa influente na Beira. A Ganho opera no sector industrial e semi-industrial de camarão de superfície. Uma outra empresa de destaque é a Gambeira que tem como sócios a Emopesca e a Viking SA, uma empresa sul-africana. Na Beira, a capital da província de Sofala, a família Carrelo, dona das “Pescas Carrelo”, também está nas Pescas.

Frota : Industrial-Nacional									
Recurso Alvo : Crustáceos de profundidade									
Arte de Pesca : Arrasto									
Zona de Pesca : Toda Costa (10°30'00 Sul e 26°30'00 Sul)									
Nº	Armador/Empresa (Nacional)	2021	2022		Fauna Acompanhante				
			Quotas	Barcos	Quota	(até 25%)		Até 75%	(até 20%)
		Lagosta				Caranguejo	Peixe	Cefalópodes	Lagostim
1	Krustamoz, Lda	600	6	600	150	150	450	120	120
2	Gambeira	300	2	200	75	75	225	60	60
3	Marbeira	360	3	360	90	90	270	72	72
4	Mawipi Pescas, Lda	120	1	120	30	30	90	24	24
5	SIP	640	4	640	160	160	480	128	128
6	Kalipesca Industrial	340	3	340	85	85	255	68	68
7	Pescabom	180	3	180	45	45	135	36	36
8	Par, Lda	300	3	300	75	75	225	60	60
9	Bonar Fisheries Holding	0	1	80	20	20	60	16	16
10	Sotrabel	200	2	200	50	50	150	40	40
Total		3040	28	3020	780	780	2340	624	624

Os principais operadores da pesca industrial de camarão de superfície também pescam camarão de profundidade, conforme a tabela acima. Fonte: ADINAP, 2021.

Na aquacultura do camarão, uma das maiores empresas é a Aquapesca. Baseada na Zambézia, tem, maioritariamente, capitais franceses. No seu registo oficial, consta que tem como sócios a Armement des Mascareignes e Oceinde. Tal como anteriormente mencionado, na albufeira de Cahora Bassa operam cerca de 300 empresas, essencialmente na pesca de kapenta (incluindo produção de peixe aquacultura), conforme atestam as tabelas que se seguem.

Tipo de Frota: Semi-Industrial Recurso Alvo: Kapenta Arte de Pesca: Sacada Fauna Acompanhante: Outras Espécies de Peixe Zona de Pesca: Albufeira de Cahora Bassa	Nº	Armador/Empresa	Plano	
			Barcos	
			2021	2022
	1	ACLL Kapenta, Lda	2	2
	2	ACLL, LDA	5	5
	3	Águas Verdes Lda	4	4
	4	AMODEG	5	5
	5	Ángelus	5	5
	6	Aqua Industries Mozambique, Lda	5	5
	7	Associação de Kapeteiros do Distrito de Magoe e CB	0	2
	8	Boa Noite Kapenta	1	1
	9	Boa Vida Kapenta	3	3
	10	Boloma Pesca, Lda	3	3
	11	Bom Dia Kapenta Ventures	5	5
	12	Brian e Hellen	5	5
	13	Bronic, Lda	5	5
	14	Cahora Bassa Fisheries	6	6
	15	Cahora Bassa Safaris, Lda.	3	3
	16	Calote Fisheries	5	5
	17	Calonda Kapenta	5	5

Tipo de Frota: Semi-Industrial Recurso Alvo: Kapenta Arte de Pesca: Sacada	Nº	Armador/Empresa	Plano	
			Barcos	
			2021	2022
18	Cazindira Fisheries	5	5	
19	Chalibuca Investment, Lda.	3	3	
20	Changwena Kapenta Fisheries, E.L	2	2	
21	Chicoa NSCZ, Lda.	3	3	
22	Chipalapala Kapenta Lda.	3	3	
23	Chirundu Lda.	3	3	
24	Clauvidia Kapenta Lda.	2	2	
25	Companhia de Pesca de Tete Lda.	5	5	
26	Crijul Pesqueiro Lda.	5	5	
27	Dennys Pescas Lda.	3	3	
28	Dua Kapenta	3	3	
29	Emicochi Lda	5	5	
30	Empredimento Chicamba	5	5	
31	Fortunato Investments Lda.	3	3	
32	Interstate Investment Lda.	3	3	
33	Juntos Contra Fome, Sociedade Unipessoal Lda.	3	3	
34	Kapenta de Cahora Bassa	7	7	

Tipo de Frota: Semi-Industrial Recurso Alvo: Kapenta Arte de Pesca: Sacada	Nº	Armador/Empresa	Plano	
			Barcos	
			2021	2022
35	Kapenta de Moçambique	5	5	
36	Kapenta de Nova Chicoa	3	3	
37	Kapenta Limpa de Moçambique	3	3	
38	Kapenta Linda EI	5	5	
39	Kreva Norisses Gloria Kapenta	3	3	
40	Lam Vale	3	3	
41	Louis Internacional	5	5	
42	M & B Pescados	5	5	
43	Malawi Kapenta	5	5	
44	Mambazana	5	5	
45	Matemba de Nova Chicoa	5	5	
46	MGJ Pescas Lda	5	5	
47	Mulungo Ambapassa	3	3	
48	Nhambando Fisheries	5	5	
49	Nhenda Fisheries	5	5	
50	Nsua de Nova Geracao	3	3	
51	Organizações Kapenta	5	5	

Tipo de Frota: Semi-Industrial Recurso Alvo: Kapenta Arte de Pesca: Sacada	Nº	Armador/Empresa	Plano	
			Barcos	
			2021	2022
52	Organizações Palmeiras	5	5	
53	Ossapa Kapenta	5	5	
54	Pesca de Nova Chicoa	5	5	
55	Pesca Luta Contar Desenvolvimento	5	5	
56	Pescas de Mucika Limitada	3	3	
57	Pescas Confianca	5	5	
58	Pescas de Camanga	5	5	
59	Pescas L & C, Lda	5	5	
60	Pescas Luta Contra Pobreza	1	1	
61	Pescas Maravilhosas	5	5	
62	Pescas Safaris, Lda.	3	3	
63	PSD Fisheries	4	4	
64	Soc. Pesqueira Bermar	5	5	
65	Soc. Pesqueira Blue Fisheries	5	5	
66	Soc. Pesqueira Zaros	5	5	
67	Soc. Pesqueira Nova Chicoa	5	5	

Tipo de Frota: Semi-Industrial			
Recurso Alvo: Kapenta			
Arte de Pesca: Sacada			
Fauna Acompanhate: Outras Espécies de Peixe			
Zona de Pesca: Albufeira de Cahora Bassa			
Nº	Armador/Empresa	Plano	
		Barcos	
		2021	2022
68	Sociedade Pesqueira do Zambeze - Sopeza	5	5
69	Tchoe Kapenta L.da.	3	3
70	Tete Sundreid Kapenta	5	5
71	Vazal Lda.	5	5
72	Wakuti Pescas	3	3
73	Zambezi River Products	5	5
Total		298	300

Fonte: ADNAP, 2021

O CIP sabe que, devido à fraca fiscalização e conseqüente delapidação do recurso, incluindo exportação ilegal, a pescaria de kapenta, em Cahora Bassa, também não está saudável, com muitas empresas a somarem prejuízos e, por isso, em dificuldades financeiras.

5.6. Crise institucional

A situação calamitosa em que se encontram as pescas em Moçambique reflecte um problema institucional ainda mais sério com que o sector se debate: uma gestão que, ao longo dos anos, foi-se tornando menos competente e cada vez mais distante dos desafios do sector. Em quase todas as entrevistas realizadas ficou evidente uma certa desilusão com a forma como o sector está a ser gerido.

Mas, a situação agravou-se no reinado do ministro Agostinho Mondlane. Augusta Maita, a sucessora de Mondlane, também não deixou saudades aos operadores. Desde o tempo do ministro Mondlane foram afastados quadros competentes do Ministério, levando para o sector, pessoas sem a necessária sensibilidade sobre as pescas, no estilo de governação à moçambicana em que, ao invés de pensar na instituição e no Estado, cada dirigente quer distribuir as fatias de bolo pelo seu círculo de amizades.

Quando os conhecedores do sector passaram a ser vistos como empecilhos à “nossa vez de comer”, foram colocados em posições menos relevantes e alguns acabaram por ir emprestar o seu conhecimento ao sector privado, incluindo a organizações internacionais. Simeão Lopes, por exemplo, que teve problemas com o ministro Mondlane, foi trabalhar para um projecto do Banco Mundial.

Considerado como um dos melhores quadros do sector, Lopes regressou ao Ministério das Pescas nos tempos de Augusta Maita para ser presidente do Conselho de Administração do então Fundo do Fomento, agora ProAzul - Fundo para o Desenvolvimento da Economia Azul - um mecanismo financeiro do Governo, criado pelo decreto 91/2019 de 27 de Novembro, em prol da exploração sustentável das águas interiores, mar e linha costeira.

Um antigo director do Instituto de Investigação Pesqueira, Domingos Gove, biólogo pesqueiro, saiu para trabalhar para o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), na Tanzânia e, mais tarde, para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), no Botswana. Descrito como um profissional competente, Domingos Gove é, actualmente, director para a Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais da SADC.

Manuel Castiano, que já foi director nacional de fiscalização das pescas, teve problemas um pouco antes da chegada de Mondlane ao Ministério. Foi trabalhar para a WWF Moçambique, uma organização que trabalha na área de conservação. Hoje doutorado e professor na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) Castiano foi trabalhar para as pescas ainda finalista de licenciatura em direito pela UEM, onde mais tarde fez Mestrado e Doutoramento. Teve um papel relevante no processo de confisco do Antillas Reefer e sua conversão em barco de fiscalização.

Tanto o Castiano como Gove deixaram o sector quando o então vice-ministro Victor Borges ascendeu ao cargo de ministro das Pescas, entre 2010 e 2014. O CIP sabe que quando Agostinho Mondlane chegou, foi aconselhado a ir buscar esses quadros mas este não deu grande importância. Pelo contrário, levou pessoas de fora do sector, até funcionários bancários, para irem gerir pescas. É o caso de Miguel Langa, que Mondlane trouxe do Standard Bank para ser presidente do Conselho de Administração (PCA) do Pro-Azul.

(...) Isso é perigoso porque nas pescas não é só dizer que sou mestre em isto ou aquilo – é preciso ter ido à água e perceber como as coisas funcionam. Ali, há pessoas a nível de directores nacionais que nunca fizeram uma viagem de barco, para não exagerar, de Maputo para Inhaca, não estou a falar de barco de pesca, estou a falar de um barco qualquer. - testemunha um antigo dirigente no sector.

Uma fonte conhecedora dos *dossiers* do Ministério contou o seguinte: É assim: o Ministério das Pescas, quando Mondlane entrou, perdeu seus melhores quadros. Uns foram embora. Outros, ele andou a reformar, por causa de andar a ouvir fofocas”. Contudo, ainda existem no Ministério algumas pessoas que conhecem o sector, mas muitas delas não ocupam posições preponderantes.

Sobre a gestão do ministro Mondlane, um antigo dirigente no Ministério disse:

Verdade seja dita, o sector sofreu bastante com a gestão introduzida pelo ministro Mondlane a esta parte. Bastante mesmo. O ministro Mondlane, com boas intenções ou não, tirou as peças importantes da gestão das pescas e meteu pessoas, algumas curiosas, algumas não menos curiosas (...). As coisas não vão bem.

Para um experiente operador, com mais de 50 anos de trabalho, tanto no sector industrial, semi-industrial, assim como no artesanal, as pescas estão um desastre e justifica-se: *(...).* *Quando foi nomeado para ministro das Pescas, o Mondlane deitou abaixo o Ministério das Pescas. Augusta Maita veio das calamidades naturais para dirigir as pescas. É um desastre (...).*

Segundo os operadores pesqueiros, a consequência disso é que há uma série de medidas que têm vindo a ser tomadas sem o mínimo de sensibilidade que se requer para um sector tão específico e, por isso, requerendo uma gestão à altura. Referem que os dirigentes devem entender o funcionamento do sector para que tomem medidas consentâneas, porque, de contrário, as suas decisões só estão a criar, em cadeia, confusão e crispação entre os operadores e o ministério de tutela. Dizem que a crise institucional manifesta-se na falta de conhecimento técnico dentro do Ministério das Pescas.

Infelizmente, nestes últimos 8 anos, há crise no Ministério por manifesta falta de conhecimento técnico de quem deveria aconselhar os ministros que estão lá. Como vais decidir bem se não tens sensibilidade operativa e sensibilidade económica do que vais fazer? Infelizmente, estamos a dizer com muita dor que não existe. Um ministério com tanta gente reformada, com tanta gente que por ali passou e desenhou muita coisa útil, poderiam ir lá buscar essa experiência. Mas não fazem, infelizmente. É com muita dor que a gente diz isso. As pescas são um departamento onde funciona ciência, não funciona política, funciona ciência para a tomada de decisões – é preciso balancear o biológico com o económico. Se tu não fazes isso, colapsas a actividade!- disse uma das fontes.

Uma outra fonte assinalou que o que acontece é que os ministros, que não têm necessariamente de ser especialistas do sector, uma vez que são nomeados na base de confiança política, são mal assessorados por aqueles que deviam ser conhecedores da área.

Um operacional sabe o que é pesca, sabe quanto um barco gasta para navegar; até quando está no porto, o barco está a

gastar combustível porque as máquinas não ficam desligadas, gasta energia, gasta dinheiro quando está ali – devia saber e ter essa sensibilidade. Induzem os chefes coitados que confiam neles porque acham que são técnicos do sector; fazem legislação que, na prática, não vai funcionar porque não há racionalidade, tanto operativa como económica.- disse um outro entrevistado.

Hoje, nem o Ministério das Pescas, muito menos a Administração Pesqueira têm um único economista pesqueiro. Os últimos economistas pesqueiros que estiveram no Ministério foram Eusébio Siquela (falecido) e Hermínio Tembe, que foram especializados na Inglaterra. Ambos exerceram o cargo de director da economia pesqueira. Mas, quando Mondlane chegou ao Ministério tirou Hermínio Tembe, que exercia o cargo de secretário Permanente para a EMATUM, onde é director-geral.

No Ministério, os lugares de chefia passaram a ser tomados por pessoas sem sensibilidade operacional. Uma das medidas controversas, no sector, foi a passagem de um regime de licenças de pesca por tonelada para o regime de concessão de direitos de pescas, que implica que os operadores devem concorrer pelos direitos de pesca. Aqui surgiu um problema orçamental. É que no licenciamento por direitos de pesca os operadores devem fazer pagamento à cabeça, ou seja, para que a um operador lhe sejam garantidos direitos de pesca de 5 anos, ele deve pagar, no momento em que lhe é atribuído o direito, por todos os 5 anos.

Explica um antigo dirigente no Ministério das Pescas que:

(...) Lei é lei, tem de ser cumprida, mas é preciso dizer que há um problema com essa lei. O primeiro problema é que, em termos de tesouraria, há um esforço à cabeça que é insustentável. O segundo problema é que não faz sentido – o Orçamento do Estado é anual, é de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro, portanto, há uma lei orçamental, todos os anos, que diz que os impostos são estes. Então, se você vai comprar direitos de pesca hoje, por 15 anos, e entrega esse dinheiro, como é que fica no Orçamento dos anos que vêm até daqui a 15/20 anos (...). Todos os anos, o Instituto de Investigação (Pesqueira) faz avaliações. Imagina no ano em que a avaliação do Instituto for por baixo, a dizer que não podemos chegar a 6 mil (toneladas) porque estamos em risco, só podemos ficar nos 4 mil, e tu já pagaste para o teu nível dos 6 mil (...). As leis nacionais não podem ser contraditórias. E nós tínhamos que ir, ainda que tenha sido aprovado assim, tentar uma harmonia, quer dizer, qual é o interesse maior? É ter o Estado a funcionar e com dinheiro e todos os anos, então, não vamos cobrar hoje por 15 anos. Podemos garantir os direitos de pesca, hoje, parcelados por 15 anos e, no fim do ano, vem pagar o ano que vem e assim sucessivamente (...). [São as pessoas curiosas que assaltaram o Ministério das Pescas desde os tempos do ministro Mondlane] que implementaram a pesca com base em direitos de pesca e não em licenciamento (...).

Mas, um dos exemplos mais caricatos do défice de sensibilidade operacional nas pescas, desde a época de Mondlane, não podia ser outro: os “irmãos” chineses. Durante o consulado do ministro, foram licenciados vários chineses, numa corrida desenfreada para as águas moçambicanas. Os chineses foram convencidos pelos “curiosos”, como uma das fontes designou os actuais dirigentes no Ministério, de que, por ter uma longa costa, perto de 3 mil km, Moçambique tem muito peixe. O que não é verdade.

Conforme já referido, o que o país tem é qualidade e não quantidade de peixe. Moçambique é, pois, banhado por uma corrente quente, que não permite o chamado “upwelling”, que é um efeito que produz nutrientes para alimentação dos peixes⁴⁰.

Aqui temos uma corrente quente e a maior parte dos nossos peixes são dimersais, ou seja, são de fundos rochosos, que têm como seu habitat as rochas. Então, Moçambique, o que tem é qualidade de pescado: garoupas, vermelhão, papagaio,

⁴⁰ “Upwelling” é um fenómeno oceanográfico, também conhecido por afloramento costeiro, que consiste na subida de águas provenientes das camadas inferiores do oceano para a camada de água à superfície. Na sua origem estão os ventos que sopram à superfície do oceano e empurram a água superficial para longe (em Portugal predominam de N ou NW), forçando a que a água inferior suba para substituir a água que foi empurrada para longe. Nas regiões onde ocorre o afloramento costeiro a temperatura da água do mar é mais baixa, uma vez que é proveniente das camadas mais profundas do oceano. A água que sobe à superfície, como resultado do “upwelling”, é, assim, mais fria, mas muito rica em nutrientes. Estes nutrientes “fertilizam” as águas superficiais, o que significa que estas águas superficiais têm frequentemente uma elevada produtividade biológica. Por conseguinte, encontram-se normalmente bons pesqueiros onde o afloramento costeiro é comum. Fonte: Carvalho, Bruno (2022). O que é o Upwelling. Acedido a 28 de Agosto de 2022, em <https://prof.brunocarvalho.pt/o-que-e-o-upwelling/>

pedra, fora alguns pequenos pelágicos como magumba, sardinha, carapau e depois os chereus, mas não em quantidades exorbitantes para justificar tamanha presença industrial de barcos. Não é por acaso que Moçambique, mesmo desde o tempo colonial, sempre importou o carapau de Angola e Namíbia porque o carapau está numa corrente fria de Benguela (...). Então, a pescaria nessas zonas é rentável porque os cardumes são grandes. São peixes de menor valor comercial, comparado ao que temos aqui como as garoupas, mas por ter quantidades exorbitantes, acaba compensando uma operação pesqueira” - explicou um especialista.

Por isso, e associado ao facto de os pequenos pelágicos, produtos para os quais foram licenciados a pescar, serem de baixo valor comercial, mesmo com todas as violações que cometeram, e cometem, com protecção política, os chineses não tinham como rentabilizar a sua actividade. De facto, Moçambique não tem grandes mananciais que justifiquem uma pesca industrial dirigida a pequenos pelágicos. Apenas os semi-industriais, que usam pequenos barcos, é que conseguem pescar e sustentar as suas embarcações a gelo, mas não recursos para uma operação em larga escala, como a industrial. Como se não bastasse, contrariamente a espécies como peixe pedra, vermelho, chereu e garoupa que, embora não comparáveis ao camarão, têm valor comercial, os pequenos pelágicos são de baixo valor comercial. Normalmente a magumba, o carapau, entre outros, são desembarcados por barcos semi-industriais e artesanais na Baía de Maputo, de onde são vendidos nos subúrbios.

Por isso, muitos dos “irmãos” chineses acabaram por abandonar o negócio. Na Beira e Angoche, por exemplo, onde fizemos o trabalho de campo, permanece apenas cerca de uma dezena de embarcações chinesas.

Não iam rentabilizar a sua operação porque aquilo que iam buscar tem pouco valor comercial. Barcos com potência de 1500 cavalos no mínimo têm consumo de 4.500 litros de combustível por dia, sem contar com alimentação entre outros custos⁴¹. Não iam rentabilizar, primeiro por falta de produto, segundo pela magnitude dos barcos que tinham. Cada barco é uma fábrica. (...). Então, os chineses andam aí, mas a maioria já foi embora, o problema é que os produtos que lhes foram dados para pescar têm pouco valor comercial e, depois, as quotas são pequeninas. As pessoas que tomaram essa decisão de trazer cá, de operações pesqueiras não percebem nada. De economia pesqueira, muito menos. Qualquer um que entende de pesca, sabe avaliar, sabe dizer que para um barco sair do seu país para aqui a navegar gasta dinheiro e não é para vir a Moçambique pegar 180 toneladas, não rentabiliza.

O certo é que o país não ganhou com essa abertura generosa aos “irmãos” chineses. Pelo contrário, somou prejuízos cujos efeitos far-se-ão sentir na economia do mar por gerações. Nunca será demais lembrar que, em certas zonas onde os chineses operaram, algumas espécies já escasseiam, não tivessem eles danificado o *habitat* onde o peixe se reproduz, devido ao uso de portas de ferro. Aliás, sobre o uso de portas de ferro para arrastos, uma prática proibida, salvo algumas excepções, mas na forma de fauna acompanhante, uma das fontes referiu:

As pessoas que fizeram essas leis estudaram a nossa pesca e não eram malucas quando tomaram essa decisão. As pescas sempre foram um sector muito bem organizado, um sector que funciona com base na ciência. Mas, infelizmente, nos últimos 8 anos, pontapearam tudo que tem a ver com ciência naquela actividade. Não se respeitou nada. Não se respeitou o princípio básico de gestão pesqueira, que é o princípio de precaução.

Os chineses que continuam a atropelar as regras do sector dificilmente irão, mesmo assim, conseguir rentabilizar a actividade. Mas, o caso dos chineses é um exemplo que mostra riscos associados à crise institucional que o sector atravessa. *O Ministério das pescas andou a promover alguma legislação e coisas que, no fundo, estão a trazer para Moçambique bandidos porque pessoas sérias que entendem de negócio, bastava olhar para aquilo que lhes estavam a dar e mandavam passear. Então, é preciso ter cuidado porque vão trazer aqui bandidos que querem usar as pescas para fazerem outras*

⁴¹ O combustível (e seus derivados), que está em constantes subidas, representa o custo mais elevado, em média, 40% das despesas de um operador industrial. Fizemos simulações com um dos principais operadores industriais do país. A cada viagem leva 130 mil litros de gasóleo, para cerca de 30 a 45 dias no mar. Em média, cada barco gasta 3 mil litros de combustível por dia. Leva, também, 8 tambores de 200 litros de óleo, que é um derivado do gasóleo.

*coisas no mar e nunca pescar*⁴². O decreto 60/2018 [de 1 de Outubro], que institui os direitos de pesca e os ditos concursos públicos para empresas de pesca para fechar o lugar daqueles que, nesse ano, não vão pescar, para trazer barcos para aqui, só pode ter sido por pessoas que de pesca não entendem nada. Não há nenhum louco que vai sair do país dele, 45 dias a navegar para vir buscar 200 toneladas de gamba naquele ano e voltar. Não há racionalidade económica nisso – não há racionalidade económica da pessoa que escreveu isso e entregou aos ministros.- criticou outra fonte.

Os recursos não podiam aguentar aquela quantidade de esforço. Chegaram cerca de 100. Arreventaram isto tudo (...). Não é o país que ganha. Quem ganha são mafiosos e intermediários (...). O grave erro que Moçambique tem na governação é que estão todos em Maputo sentados a fazer relatórios bonitos, mas ninguém vê o que se passa lá fora. Este sentimento com os chineses, os fiscais todos completamente desesperados. Faziam relatórios e não acontecia nada. Aprendiam carga e era deixada ir. As pessoas que estão na área não têm a visão suficiente sobre um conceito básico: o sentido de Estado, não existe. Se não tem sentido de Estado, você não vai dirigir um país.- comentou um armador de renome.

Um semi-industrial disse:

(Os chineses) entraram porque aquele ministro que nós tivemos, Mondlane, aquele homem não ouvia opinião de ninguém. De repente meteu uma coisa na cabeça de que tinha de assinar licenças à toa. Alguém chegar quer licença, vai, nós queremos peixe, vai. Esqueceu - esqueceu não - não estava e nem quis saber de todos os pormenores referentes à gestão dos recursos. Não quis saber de nada. Só assinar e assinar, e os barcos entraram em massa, mas diminuíram porque eram embarcações industriais. Aquilo que era como elefante (...) Aquilo que eles capturavam não fazia face as despesas. Por isso começaram a desaparecer”.

Ao que apuramos, nos bastidores, alguns dos chineses admitiram que não estavam a ganhar nada senão prejuízos atrás de prejuízos. Nessa relação conturbada com o Ministério das Pescas, os operadores chegaram ao ponto de solicitarem a intervenção do Conselho Constitucional. O que sucedeu é que os operadores, que já tinham direitos de pescas, passaram a ser obrigados a pagar não só pelos direitos, mas também a terem que fazer manifestação de interesse para terem um direito que já tinham por lei.

Paralelamente, o Ministério passou a obrigar as empresas a fazerem acordos, através dos quais cediam 51% de participação para moçambicanos, ficando 49% para os estrangeiros. Mas, a decisão, com efeitos retroactivos, prejudicava os investimentos feitos há anos, no que os operadores consideravam como violação ao direito comercial [entendimento das partes].

Nunca vimos isso em sítio nenhum, mas o Estado escreveu isso numa lei. Depois essa lei previa efeitos retroactivos. Quer dizer, nacionalizava as empresas, prejudicava os operadores, obrigava-os a pagar coisas, obrigava-os a terem que concorrer por um direito que têm. Queriam aplicação retroactiva da lei, mas não pode, porque as empresas foram feitas com base em leis dos anos passados. Quando foram constituídas, as empresas eram mistas. Você não pode chegar agora quebrar segurança jurídica que existe (...) mas o Ministério das pescas quis aplicar essa lei de forma retroactiva” - afirmou uma fonte.

O CIP sabe que antes do referido decreto sair, a indústria chamou atenção ao ministro Mondlane que estaria a incorrer em inconstitucionalidades, mas o dirigente nunca respondeu aos armadores. Inconformados, eles solicitaram pareceres jurídicos, que foram até ao Conselho Constitucional. O Conselho Constitucional declarou que a lei não é inconstitucional em si, mas sim na aplicação de efeitos retroactivos. O pedido de verificação da constitucionalidade da norma surgiu pouco depois da agitação causada pelo decreto 40/2018, que impunha taxas absurdas sobre o sector da comunicação social. Pelo que, na altura, o presidente da República deixou recomendações de que o assunto das pescas devia ser gerido de forma “*low profile*” porque ele não queria “barulho igual ao da imprensa”.

⁴² Em Angoche, colhemos, durante o trabalho de campo, relatos de envolvimento de embarcações chinesas no tráfico de drogas.

Na classe, a obrigatoriedade de transferência de propriedade de empresas constituídas numa base mista, para uma maioria moçambicana, foi entendida como forma de introduzir “parasitas” no sector.

Queriam meter parasitas nas pescas. Mas sempre houve avisos de que desse decreto, em termos práticos, não vai funcionar. Não há-de existir alguém que entende das pescas, que se há-de se meter naquilo. Com o risco de estragarem o próprio sector!- lembra um dos protagonistas.

Foi ele [Mondlane] que criou esta confusão toda. Aos chineses, foi ele que abriu as portas e convenceu esses camaradas gerais que vocês podem vir (...). Mondlane complicou tanto. Pedimos várias coisas, mas só vou falar do direito de pescas. Nós estamos a pescar em Moçambique há [omitidos deliberadamente para evitar a identificação da empresa e respectivas fonte] anos, mas não há nada que nos dá direito de podermos dizer que, no próximo ano, vamos pescar. Vínhamos pedindo ao Governo e foi aceite o princípio de que iam nos dar os direitos de pesca. Só que quando o Mondlane chega, ele diz «ok, eu dou o direito de pesca, mas você paga». Os direitos de pesca são uma espécie de um DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra) que dá 20 anos, mas, no regulamento, ele diz que só pode nos dar 9 – eu posso investir na compra de um barco novo de 6 milhões de dólares, mas não recupero em 9 anos. Ou posso recuperar e o barco estará em condições de dar mais ainda 10 anos. Então, ele nos dá 9 anos e fixa uma taxa (alta), igual a 10% da licença de pesca e tens de pagar os 9 anos à cabeça. Além disso, estabeleceu um critério para ter acesso em que dizia que 51% do capital das empresas tem de ser detido por nacionais. Todos nós podemos concordar com esse princípio. Mas empresa que existe há anos e a lei diz que não há retroactividade e ele diz agora é assim (...)- comentou outro operador.

Um outro entrevistado disse:

Na verdade, a época do ministro Mondlane foi uma época muito difícil para todos nós. Funcionários do Ministério e operadores da pesca. Ele tinha uma maneira de ser. Aquele contencioso que foi até ao Conselho Constitucional ele é que o provocou e não havia necessidade de fazer aquilo, mas ele insistiu. Apesar de ele não ser do sector e não conhecer o sector, insistiu numa determinada direcção em que se acabou indo desembocar numa situação em que foram publicadas leis que não podem ser aplicadas. Você não pode chegar a uma empresa e dizer que, a partir de hoje, 70% da empresa venda e entrega a moçambicanos. Qual é o critério? Queres nacionalizar? Qual a mensagem que estás a passar a investidores estrangeiros que estás a convidar para virem? E ele não percebeu isto. E empresas que estão aqui há décadas e, só hoje é que tu te lembras disso. É muito complicado. Agora, o Governo é soberano de decidir, sim, nós gostaríamos que fosse desta maneira, os moçambicanos terem 51%, mas é para novos casos”.

A roçar o cúmulo da falta de sensibilidade sobre o sector, há um exemplo paradigmático da época anterior ao ministro Mondlane, que mostra que a trajectória que culminou com a falência das pescas, longe de ser da última década, só se agravou nos últimos anos. No âmbito das medidas para travar a dizimação dos recursos pesqueiros, decidiu-se que a pesca de camarão, no sector industrial e semi-industrial, tinha de ser feita com malha de 50 mm como forma de se ser selectivo, evitando pescar indivíduos pequenos.

Mas, um operador começou a pescar com uma malha de 55 mm, ou seja, maior e mais selectiva ainda, o que é muito melhor para o recurso, ao deixar escapar os indivíduos mais pequenos, que ainda precisam crescer para depois reproduzir-se. Nem mais, o operador foi penalizado.

Faz sentido isso? Ou seja, você é penalizado não porque usou abaixo do permitido por lei, mas porque usou acima (...). É o desconhecimento prático e operacional das coisas – são directores de gabinete, que da área não percebem nada. Não têm sensibilidade da área e tomam as decisões que tomam.- comenta uma fonte.

O Centro de Integridade Pública sabe que a medida tomada na era de Ivone Lichucha⁴³, que já foi directora nacional de economia pesqueira, caiu mal até dentro do próprio sector. Nos bastidores, alguns dirigentes diziam que, na verdade, o que devia ter sido feito era acarinhar, ao invés de penalizar o operador por ter usado uma rede mais benéfica aos recursos.

⁴³ Foi ouvida no julgamento das dívidas ocultas, na qualidade de declarante, em virtude de ter trabalhado na EMATUM como representante do Ministério das Pescas.

Um outro caso é de um operador que decidiu renovar e modernizar a sua frota, trazendo para Moçambique embarcações de última geração. Mas, foi penalizado pelo Ministério, com o argumento de que, por serem novos, os barcos iriam pescar a mais, além de que tinham um metro a mais, quando, actualmente, a gestão da pesca de camarão mudou, não sendo mais em função do tamanho do barco, mas da abertura da boca da rede.

Se esses barcos são maiores 1 ou 2 metros é justamente para acomodar as novas características que o mundo exige nesta actividade. Ah, vão pescar mais: claro porque, ao invés de ter o barco toda hora na oficina, há-de usar os 7 meses de forma integral porque o barco é novo. Quer dizer, o discurso governamental é ter nova frota, quando se renova a frota, há penalizações por isso. Como se vai rentabilizar os empréstimos que para se fazer os barcos se não se deixam as pessoas trabalhar como deve ser, cortando a presença dos barcos? - questionou uma fonte.

Mais:

Faltando 3 meses para o início da campanha, depois de se ter investido cerca de 200 mil dólares cada barco [em preparação da campanha], diz ao operador que cortou [a quota] porque no ano X ou Y não estava a completar bem a quota (...). O que o operador escreveu para o Estado lhe autorizar para trazer barco foi o argumento de que precisava de aumentar a pescaria porque estava em baixo, que queria aproveitar melhor o recurso que o Estado está a lhe dar através do direito que lhe atribuiu. E como você quer lhe cortar depois de ele ter feito investimento e já a querer usar o que você lhe autorizou? Faz sentido isso? Foi o que (a ministra) Maita fez. Cortou as pernas. Ai é a sensibilidade operacional e económica porque, se esses directores que estão na Administração e no Ministério entendessem o que custa investir num barco, nunca tomariam aquele tipo de decisões. - disse uma fonte.

Ainda mais, embora paguem licença de 1 ano, os barcos operam, na pescaria do camarão por exemplo, só cerca de 7 meses, devido ao período de defeso/veda. Aliás, esse é outro braço de ferro entre os operadores e o Ministério. Não é que os operadores não concordem com o defeso/veda, que são fundamentais para a sustentabilidade dos recursos. Mas eles não concordam com a época de Abril a Outubro para a pesca e defeso/veda entre Novembro a Março.

O seu argumento técnico é de que o camarão não obedece, necessariamente, ao calendário do ano mas à temperatura e ao meio ambiente. Com efeito, a altura ideal para o início da pesca de camarão seria entre Fevereiro e Março, pescando-se até Setembro, por ser um período mais produtivo, em que o recurso se encontra crescido e mais concentrado. A partir de Abril, inicia a transição para o inverno, altura em que as águas esfriam e, conseqüentemente, o camarão dispersa, o que implica menos rendimentos.

Iniciar em Fevereiro também permitiria que não se pescasse até Outubro, altura em que se começa a capturar camarão pequeno e as fêmeas desovantes. Há cerca de 7 anos que os operadores tentam, sem sucesso, por essa alteração do calendário pesqueiro, mas acusam a inflexibilidade das autoridades.

Aliás, não deixa de ser caricato que se retirem quotas dos pescadores porque não pescaram durante o período da pandemia. Mas, na Beira, por exemplo, a um armador que não é de hoje, mas de longa data, foi-lhe retirada a quota porque não pescou, numa altura em que não era possível desenvolver a actividade por causa das restrições impostas pelo próprio Governo como forma de evitar a propagação do novo coronavírus. Além de se ter reduzido pessoal para não haver aglomerações, nem havia mercado para vender porque a própria Europa, um dos principais mercados dos recursos moçambicanos, estava fechada. A situação, que no sector é descrita como de total falta de razoabilidade, levantou suspeitas de ter iniciado algum negócio obscuro de venda de quotas.

Por outro lado, entendidos na matéria acreditam que o sector artesanal licenciado devia estar a contribuir muito mais acima dos 90%, da mesma forma que a aquacultura tem espaço para melhor a sua produtividade. A Política e Estratégia de Desenvolvimento do Sector das Pescas 2010-2019, por exemplo, passava, entre vários aspectos, pelo desenvolvimento da aquacultura, quer do sector industrial, quer do sector artesanal. Mas, mais uma vez, a gestão do ministro Mondlane:

Existia um instituto de desenvolvimento da pesca de pequena escala que, basicamente, cuidava da pesca artesanal.

Existia também um instituto de aquacultura, que cuidava do fomento da aquacultura (...). O ministro Mondlane partiu as 2 coisas e juntou numa só e isso também não está a funcionar. Portanto, mais uma vez, é o problema da cabeça. - disse um antigo dirigente no Ministério.

O Governo está falhando e agora está exagerando nessa falha. As pescas estão abandonadas. As coisas estragaram-se quando entrou o ministro Mondlane (...). Quando permite o banimento do Instituto de Pesca de Pequena Escala. Baniu (...). Por quê não discutiu, não estudou para implementar outro instituto que pudesse acolher aquelas actividades que vinham sendo feitas: infra-estruturas sociais, estradas. Cria Instituto do Mar, [mas] que impacto terá o Instituto do Mar com a comunidade? Não tem - disse um operador.

Em relação a aquacultura, a explicação técnica para a inviabilidade da actividade é de que as condições climáticas, incluindo os ventos e a temperatura das águas interiores que, em Moçambique, nunca vão além de 30 graus, não são favoráveis.

(...) Todos nós aprendemos. Quem vem de fora cai aqui dentro e não conhece e quiser aprender, pode aprender. Não pode entrar aqui e começar a ditar regras porque este sector é muito específico. O Mondlane era um problema de arrogância, de que as empresas industriais ganham muito dinheiro e não faz nada pelo país (...). Aquele Mondlane tinha uma agenda própria. Que não era do Estado. Assim como a Maita, que tinha uma agenda dela. Quando (Maita) veio dissemos bom, é inteligente, jovem, tem garra e nós estamos aqui para dar mão (...). Tivemos muitos problemas com Mondlane. Acreditávamos que a Maita também ia nos ajudar a resolver os problemas, mas também não resolveu. - lamentou um dos operadores mais velhos nas pescas.

Também houve tentativa de padronizar as embarcações para que todos os armadores tivessem os mesmos barcos, o que não é considerado razoável. *Mas esse Mondlane tinha esse hábito, tinha uma ideia e não era para discutir, era como ele queria.* - refere uma fonte. Mondlane chegou ao ponto de querer obrigar certas empresas a fazerem aquacultura, mesmo que não fosse seu negócio principal nem tendo domínio para tal, além de Moçambique não oferecer melhores condições para o efeito.

Sem mencionar nomes, um operador industrial fez uma radiografia história do sector nos seguintes moldes:

(...) Há muita gente que acha que está informada, mas não está. Atiram as coisas de qualquer maneira. O nosso país, logo a seguir à independência, tomou decisões importantes para a área das pescas e, aqui na região, nós eramos os melhores em termos de organização do sector das pescas⁴⁴. Mas, a partir de uma dada altura, o ambiente começou a degradar-se. E estamos na situação em que estamos em que o aparelho do Estado está fraco. Não está preparado para responder às questões técnicas e este é um sector extremamente técnico. Não é qualquer pessoa que mexe. E as pessoas que estão na administração também devem estar preparadas e entender isso e não estão”.

Um técnico provincial do sector pronunciou-se nos seguintes termos:

O gráfico das pescas está a decair ainda mais porque há mistura. O sector tinha de estar com pessoal do sector. Mas hoje não se considera a parte técnica. Mataram a técnica. Estão ali pessoas que nem sabem o que significam as pescas. Eu falo a partir do Ministério das Pescas. Mondlane veio da Defesa!

Na crise institucional no pelouro, o Ministério das Pescas entrou num ciclo de fechamento para com os operadores do sector. Tanto no consulado de Agostinho Mondlane, como no de Augusta Maita os operadores tal como outras pessoas que conhecem o sector, algumas que até ocuparam cargos de direcção nas gestões anteriores, viram as portas do Ministério a se fecharem. Muitos não conseguiram falar com os ministros, outros levaram meses por causa de pessoas que não as

⁴⁴ Segundo a fonte, o arquitecto do sector das pescas foi o economista Joaquim Tenreiro de Almeida. O contexto é o seguinte: quando o ditador Augusto Pinochet assume o poder, no Chile, um país que é referência no sector das pescas, muitos técnicos que eram do Governo de Salvador Allende foram isolados e fugiram para a Suécia. Quando Moçambique fica independente, a Suécia envia, ao país, muitos dos técnicos chilenos, que falavam espanhol, o que facilitava comunicação com a contra-parte moçambicana. Foi assim que veio Sérgio Basulto del Campo, que foi o senhor que começou a montar a estrutura das pescas, que tinha sido ministro das pescas no seu país. Ele é que foi buscar Tenreiro. De modo que, quando os estrangeiros se foram, as pescas tinham uma equipa porque os suecos também levaram muitos moçambicanos para formação. Hoje, muitos desses quadros estão na velhice.

deixavam falar com os dirigentes.

A título de exemplo, desde 2014 que os produtores, aqueles que realmente produzem nas pescas, não participam nos Conselhos Coordenadores do Ministério das Pescas.

Nós não queremos saber dos problemas internos do Ministério, mas na parte que tem a ver com produção, achamos que temos direito de lá estar. Não é possível um ministério que não sinta com seus operadores. Estão a planificar e a resolver o quê? Mondlane cortou a participação da indústria. A Maita continuou com a mesma coisa. Vão produzir com quem? - questiona um operador.

Um antigo dirigente no Ministério lembra como os operadores eram o braço direito do pelouro:

(...) Eu não me lembro de nenhum Conselho Coordenador do Ministério, até ao tempo que eu lá trabalhei, que a indústria não estava, fosse o Conselho Coordenador feito em Pemba, fosse feito em Cahora Bassa, ou onde fosse. Havia reuniões trimestrais com a indústria. Trimestrais, com actas e tudo, para se discutir os problemas do sector porque tu não tens um Ministério daqueles para mandar. Aquele Ministério tem de ser para facilitar. Quem faz a actividade é o sector privado, nem sequer já podemos falar de empresas estatais. Basta pensar neste facto de que, por exemplo, os barcos da EMATUM, quase todos eles, foram à pesca sem licença porque os técnicos disseram que estes barcos não estão em condições. Foram deixados de lado, mas não é porque não tenham dito. Disseram. Então, são essas coisas. Pessoas que sabem pescar são poucas.

Os Conselhos Comunitários de Pesca (CCP), unidades de base comunitária que agregam pescadores artesanais licenciados, que deviam ser parceiros incontornáveis no combate à pesca artesanal não licenciada, também se queixam de não estarem a participar das reuniões da Comissão de Administração Pesqueira (CAP), um órgão consultivo da autoridade central de Administração Pesqueira, que trata de matérias do interesse e do âmbito da preservação dos recursos pesqueiros e da gestão das pescarias.

Um outro problema, velho, é o facto de cada presidente da República entender que deve reorganizar os órgãos funcionais do Estado da maneira que lhe couber e o Ministério das Pescas é um dos que tem sofrido bastante com essas mudanças. Actualmente denomina-se Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas⁴⁵. Sucede que, muitas actividades do Mar estavam no Ministério dos Transportes enquanto as das Águas Interiores estavam no Ministério das Obras Públicas, o que, internamente, gera lutas de transferência de competências e atribuições.

Uma dessas guerras foi sobre a transformação e transferência do Instituto Nacional do Mar (INAMAR), antes Instituto Nacional da Marinha, uma instituição que actua nas áreas da segurança marítima, protecção de navios e instalações portuárias, do transporte marítimo, do agenciamento e estiva, do pessoal marítimo, da preservação do meio ambiente marinho e da administração marítima. Antes era tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações. Mas, mexer uma instituição como o INAMAR é sempre sensível porque tem um desdobramento internacional. Lida não só com a navegação doméstica, mas também internacional.

Sobre este ponto, um antigo dirigente no Ministério das Pescas refere:

(...) Entra-se para um ministério que tem um nome muito pomposo mas, na verdade, em termos reais, a única coisa que sabe fazer é a pesca e começa a haver lutas – eles nunca falam disso – de transferência de competências e atribuições de um ministério para outro (...). A gestão das bacias hidrográficas - Cahora Bassa e outras barragens - estava no âmbito das Obras Públicas. No mar, não me parece que tenha sido acautelado o licenciamento dos hidrocarbonetos, que estão no Ministério dos Recursos Minerais e Energia. Ou seja, uma coisa é gestão das águas e outra é gestão das pescas.

45 O 1º órgão de direcção de sector pesqueiro, a Direcção Nacional das Pescas (DNP), criada em 1976, era tutelada pelo Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Em 1979, é nomeado o primeiro Secretário de Estado das Pescas. Em 1980 é nomeado Joaquim Tenreiro de Almeida que conduziu o processo de criação da Secretaria de Estado das Pescas (SEP). Em 1994, é criado o Ministério de Agricultura e Pescas (MAP), cuja orgânica passa a integrar a DNP. Só no ano de 2000 é que é constituído o Ministério das Pescas (<https://inip.gov.mz/index.php/pt/o-instituto/historial>). Operadores de longa data e antigos dirigentes do sector são unânimes em afirmar que, desde a sua criação, no pós-independência, o sector foi bem gerido, até ao momento da sua integração e secundarização no Ministério da Agricultura e Pescas. Contudo, defendem, o sector voltou a reafirmar-se com a criação do Ministério das Pescas em diante, mas voltou a sofrer vicissitudes por mudanças de liderança e com novas designações institucionais, principalmente de 2014 a esta parte.

As recorrentes mudanças de ministros também criam instabilidade. (...). *Essa política de troca e troca é para dar em que mesmo? (...) Precisa de tempo para conhecer alguma coisa. (...) Estamos só a rolar. Cada um sabe como Governo, mas não sei que política é essa. Especialmente em determinados sectores que dependem das reproduções. Sector de pescas não é como uma fábrica, em que comprou matéria-prima, meteu ali e já está a sair óleo para vender no dia seguinte. Não é (...). O sector está de pernas ao ar.*- disse um operador que foi mais longe, recuando ao tempo do colonialismo português:

(...) mesmo com defeso de 5 meses, onde está o resultado disso? Não há. E os que estão a frente desses estudos, o que foi feito? Chamaram-lhes e lhes puseram à frente para responderem pelos seus actos? Nada. Estão a frente de quê? Respondam agora. Onde está o peixe (mesmo com esses defesos)?

Mas a crise nas pescas não é só ao nível provincial. Estende-se até ao distrital. Com as sucessivas remodelações sectoriais, hoje já não há, nem na província, muito menos no distrito, direcções específicas que se ocupem, exclusivamente, pelas pescas. Actualmente, na província, as pescas estão dentro da Direcção Provincial de Agricultura e Pescas (órgão do Conselho Executivo) e dos Serviços Provinciais de Actividade Económicas (órgão da Secretaria de Estado).

No distrito, as antigas direcções distritais das pescas estão dentro do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE). Tanto ao nível provincial como ao nível distrital, os técnicos e os operadores do sector queixam-se de subalternização das pescas, dando-se primazia a outros sectores, como a agricultura.

Um técnico das pescas, afecto à província de Nampula, resumiu a situação nos seguintes termos:

O modelo de [juntar] agricultura e pescas nas províncias é que aniquilou as pescas (...). Agora [por exemplo] é só Sustenta⁴⁶. A pesca está a desaparecer. O modelo usado está a marginalizar os técnicos das pescas.

5.7. O caso de Angoche

O distrito de Angoche, na zona costeira da província de Nampula, é uma das áreas de maior produção pesqueira em Moçambique. Nos primeiros anos da independência, Angoche foi um grande centro pesqueiro. Foi em Angoche, por exemplo, que nasceu a Mavimbi, a empresa de Armando Guebuza e Moisés Massinga. Também havia, em Angoche, uma frota da Emopesca chamada “Emopesca Angoche” mas, devido a problemas de gestão, caiu.

Actualmente dos cerca de 47 mil habitantes do distrito, cerca de 10 mil são pescadores artesanais. Mesmo assim, o distrito não tem infra-estrutura nem pessoal qualificado à altura de responder à demanda do sector.

Tal como pelo resto do país, Angoche já não tem uma direcção distrital de Pescas. As pescas estão inseridas no Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE). O distrito conta com um único técnico com formação na área, pela Escola de Pescas, na Matola. O SDAE de Angoche, um distrito que além de ser uma das principais áreas de pesca do país conta com uma reserva marinha, o Arquipélago das Ilhas Segundas, não tem uma única embarcação para fazer fiscalização. Apenas a Administração Marítima (ADMAR) local é que tem condições, mesmo assim limitadas⁴⁷.

Com limitada capacidade de fiscalização, Angoche é uma das áreas de Moçambique onde os recursos estão a ser completamente devastados. Uma fonte local expressou da seguinte forma a indignação perante o facto: *A rigor, Angoche não tem pessoal qualificado para as pescas. Existem e estão a vir barcos [de pesca], mas não há autoridade que controla*

⁴⁶ Uma das bandeiras da governação do presidente Filipe Nyusi, o Sustenta, implementado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, é um programa nacional de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, com objectivo melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção de agricultura sustentável (social, económica e ambiental). Fonte: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2020). Programa Sustenta. Acedido a 28 de Agosto de 2022, em <https://www.fnds.gov.mz/index.php/en/our-projects/project-list/21-desenvolvimento-sustentavel/129-programa-sustenta>

⁴⁷ A ADMAR de Angoche vinha usando um barco pequeno e com potência limitada para a actividade de fiscalização. Mas, em meados deste ano, a ADMAR recebeu, no âmbito do ProAzul, uma embarcação destinada à fiscalização. Mas o novo barco, embora melhor que o primeiro, também é limitado. A título de exemplo, não tem capacidade para levar mais do que duas artes de pesca de grandes dimensões. Também não tem autonomia de navegação, além da falta de condições para uma permanência prolongada no mar, como é o caso de uma casa de banho. Como se não bastasse, há relatos de o SDAE ter dificuldades em ter acesso ao barco para acções de fiscalização.

esses barcos. É uma lacuna!

Mas o problema não é novo. Há 15 anos, o então administrador marítimo de Angoche, Maulide Nuro, reconhecia, publicamente em entrevista ao Jornal Notícias⁴⁸, a quase inexistente capacidade de fiscalização da costa sob sua jurisdição, situação que abria espaço para o cometimento de diversos tipos de desmandos protagonizados, essencialmente, por barcos estrangeiros que se dão ao luxo de pescar ilegalmente nas águas nacionais.

Foi nessa entrevista ao Notícias que o administrador reconheceu que só havia fiscalização possível mediante empréstimo de um barco por um pescador local.

Não temos nenhum meio de fiscalização! - explicou a fonte, acrescentando que: *quando há dinheiro, compramos combustível e pedimos emprestada a embarcação de um dos pescadores local para uma ronda*, não sendo possível ultrapassar as 12 milhas, devido à natureza das próprias embarcações. Na altura, o Notícias referia que estes problemas não afectavam exclusivamente o distrito de Angoche, sendo comuns a toda a costa marítima da província de Nampula. Aliás, de acordo com o matutino, terá sido em virtude desta fragilidade que uma rede de traficantes de seres humanos chegou ao ponto de desembarcar imigrantes ilegais nas praias do distrito de Nacala-Porto, em 2006.

E, um dos protagonistas do saque aos recursos pesqueiros, em Angoche, não podia ser outro: os “irmãos” chineses. No pico da vaga dos chineses, dezenas de embarcações estiveram a operar nas águas de Angoche, várias vezes em flagrante violação das regras do sector. Os que permanecem continuam a capturar recursos fora dos que estão licenciados para pescar. Inclusivamente, capturam espécies protegidas, como a tartaruga marinha. Além de produtos proibidos, pescam em áreas proibidas, dentro das 3 milhas, área reservada aos artesanais. Empregam redes não autorizadas. Igualmente, operam até nos períodos de defeso/veda.

Em terra, eles têm pequenas unidades de processamento para onde recolhem o pescado em diferentes pontos de desembarque. Pelo menos 2 empresas chinesas estabeleceram-se em Angoche. Uma delas é Yinuo, Lda, sedeadas no bairro Johar. Tem 4 barcos semi-industriais e uma unidade de processamento de pescado. As embarcações fazem pesca semi-industrial a gelo, mas 2 delas têm congeladores, mas sem grande potência, pelo que também levam gelo para o mar.

Nº	Armador/Empresa	Plano		Nomes das Embarcações
		Barcos		
		2021	2022	
1	Stonechen Comercial	4	3	Shang Da Shang Fa Shang Li
2	Yinuo	4	4	Zhen Feng I Zhen Feng II Zhen Feng III Zhen Feng IV
Total		8	7	

Fonte: ADNAP, 2021

Para a faina, cada uma das embarcações leva 9 pessoas das quais 3 chineses e 6 moçambicanos. Os chineses estão nas

48 Notícias (2007). Porto de Angoche: Assoreamento do canal afecta navegação marítima. In macua.blogs. acedido a 29 de Agosto de 2022, em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2007/03/porto_de_angoch_1.html

posições privilegiadas. Um é capitão, outro chefe das máquinas e o último redeiro (que prepara as redes de pesca). Os moçambicanos são marinheiros e subdividem-se entre os que lançam as redes ao mar, seleccionam, lavam, arrumam o peixe e introduzem gelo nas caixas contendo o pescado. Cada embarcação fica, em média, entre 10 a 15 dias no mar. Depois da faina, descarregam o pescado numa arcaica infra-estrutura, sem nenhum fiscal, seguindo numa camioneta até à unidade de processamento.

Mensalmente os trabalhadores moçambicanos, com o trabalho mais pesado nas águas, ganham 5 mil meticais, contra salários que rondam cerca de 100 mil que são para os trabalhadores chineses. A cada 10 dias os chineses têm subsídios de 10 mil meticais. Os moçambicanos não. Da mesma forma não têm prémios por toneladas, uma prática comum nas empresas pesqueiras – há industriais que chegam a pagar 40 mil meticais [não salário] por cada pescador, como prémio no fim de cada operação de entre 35 a 40 dias no mar.

A Yinuo Lda é uma das empresas que pesca recursos a que não está autorizada. Não está licenciada a pescar camarão, mas costuma capturar este recurso usando redes para as quais não foi autorizada. Na investigação ao caso, um dos marinheiros moçambicanos foi instruído a verificar o caso, incluindo fotografar camarão capturado ilegalmente. Quando a empresa se apercebeu, afastou o “garganta funda” da embarcação.

Mas, um trabalhador da empresa confirmou-nos que a Yinuo Lda pesca camarão: *Eles têm muitas redes (...). (Incluindo) rede de (pesca de) camarão. Têm. Não falha, esses são chineses!* - contou.

Um operador conhecedor dos circuitos chineses, em Angoche, também confirmou o facto: *Eles (os chineses) têm rede que costumam apanhar camarão. Costumam esconder a rede* - disse.

No ano 2021, a Yinuo Lda tinha uma cota de 700 toneladas para 2 barcos. Quando mostramos a um operador industrial a tabela contendo estes dados, foi peremptório na reacção: ainda que a Yinuo Lda tivesse combustível barato, não seria possível rentabilizar a actividade com uma cota de 350 toneladas/ano, ainda mais com produtos de baixo valor comercial, como são os pequenos pelágicos. É verdade que ele está a pescar isso [pequenos pelágicos, como magumba, sardinha e carapau]? Claro que não! - observou.

Na vila sede de Angoche está baseada uma outra empresa chinesa. Localmente é conhecida por Liming Hai, o mesmo nome que nos foi dito por um segurança que nos recebeu à entrada. Contudo, uma cotação que nos foi passada pelo proprietário chinês vem em nome de Aquatic Products Corporation, Lda. Na sede da empresa também funciona uma unidade de processamento. Não é qualquer um que entra no local.

Fizemo-nos passar de clientes à procura de peixe, mas a resposta foi clara: a empresa não vende peixe em quantidades menores, como os 5 kg que solicitamos. Só quando nos mostramos disponíveis a comprar uma tonelada, ainda mais de peixe-serra, é que tivemos acesso às instalações da empresa.

Sentado debaixo de um pequeno alpendre, de onde fuma cigarros, com máquina calculadora e pequenos papéis sobre uma pequena mesa, o dono da empresa, que se identifica por Nito⁴⁹, que está convencido de estar perante um cliente comercial, esmera-se a falar o que pode de melhor sobre a sua empresa, num português mal articulado, às vezes requerendo tradução. Diz que tem cerca de 8 embarcações grandes a pescarem. Sem que lhe tenhamos questionado, acaba por confirmar, na conversa, que o seu país de origem é um dos mercados de exportação dos “irmãos chineses” espalhados pelas águas moçambicanas. Diz que prefere vender as espécies mais valiosas na China. Nas suas contas rápidas, faz saber que 1 kg de peixe-serra, por exemplo, que no mercado moçambicano ronda a uma média de 250 meticais, é comercializado, na China, a cerca de 700 meticais. O peixe-serra é um dos mais consumidos na China.

Como não seria excepção, a empresa também opera debaixo de acusações de violação das regras do sector. Aquando da

49 Um nome tipicamente moçambicano, o que levanta suspeitas sobre o processo da atribuição de identidade nacional. Fontes locais fizeram notar que, na Yinuo Lda., também há um chinês identificado pelo nome de António.

nossa passagem, pelo menos 6 barcos estavam a pescar em Sangage, onde arrastam até espécies protegidas. Localmente, os atropelos⁵⁰ dos “irmãos chineses” são sobejamente conhecidos pelos operadores, mas nada acontece.

As redes que eles empregam não são as que foram autorizados a usar. As redes que eles entregam não são as que eles empregam para pescar. Praticamente essa pesca é ilegal porque trazem consigo peixe não autorizado: trazem tubarões, trazem tartaruga, isto é pesca ilegal, por isso insisto, Angoche deve ter uma embarcação para fiscalização. - disse um dos entrevistados, em Angoche.

(Os chineses) violam, sistematicamente, os espaços. Montam redes de malhar e arrastam com elas. Montam 2 barcos e começam a puxar. É uma violação total e completa. Quando se diz ai que há um sistema funcional chamado VMS, eu não concordo porque (...) temos imagens de barcos chineses a capturarem camarão, peixe, lula e tudo mais. Significa que a nossa fiscalização não é capaz, o nosso Governo precisa de criar meios adequados para poder assegurar o nosso oceano. - acrescentou.

Em Angoche, uma fonte conhecedora do caso dos chineses descreveu a situação nos seguintes termos: *A pesca deles é de bandidagem. Tem muitas irregularidades. As artes que licenciam não usam. Eles usam artes não autorizadas. (...) Este ano, por exemplo, a Liming Hai, estava a pescar, no tempo de veda, caranguejo e disseram que estavam a experimentar se aquela arte podia conseguir caranguejo e lagosta.*

Para a fonte, os chineses a operarem em Angoche têm protecção, que garante que um simples telefonema lhes livre das irregularidades a que estão metidos: *Têm protecção superior. Quando se tenta apertá-los na fiscalização, tem havido responsáveis que ligam para outro lado.*

Além dos chineses, um dos nomes mais citados como “chefe das pescas”, em Angoche, é de Moisés Massinga, o antigo sócio do presidente Armando Guebuza, na Mavimbi. Ao largo da velha infra-estrutura usada para a atracagem de embarcações e de descarregamento de pescado, em Angoche, encontramos 2 barcos, Mavimbi I e Mavimbi II, em avançado estado de degradação.

Uma fonte local falou-nos de uma terceira embarcação operacional. Mas, não ficou claro se pertence à Mavimbi ou se é operada em regime de afretamento, ou, ainda, se pertencente à Mawipi, esta última empresa que opera uma embarcação afretada à Miradouro. Aliás, segundo uma fonte próxima à Mawipi, esta empresa tem a sua sede em Angoche. Na capital do país, Maputo, a Mawipi tem apenas delegação. Ao que o CIP apurou, a Mawipi, que actualmente opera no camarão de profundidade, tem quota de camarão de superfície, mas não a usa há cerca de 2 anos devido ao défice deste produto, que não compensa a produção.

Em Angoche, além de técnicos do sector, um dos sinais mais evidentes do abandono por que passa o sector é a falta de mínimas condições, não só para a fiscalização do que se tira do mar, mas para um simples manuseamento condigno do pescado.

Na vila sede do distrito, as embarcações descarregam o pescado numa velha estrutura de ancoragem que, de porto, só tem nome. O espaço que antigamente servia de porto, também sem grandes condições, foi cedido a uma empresa, outra dos

⁵⁰ Embora não seja objecto deste trabalho, em Angoche, encontramos relatos de que os chineses envolvidos na pesca estarão, igualmente, envolvidos no tráfico de drogas. Uma fonte que falou sobre o assunto disse o seguinte: “não referencie só a entrada de muitos barcos e muitos chineses. Também é preciso referenciar a entrada de muitos produtos proibidos, haxixe, Cocaína e não sei lá o quê, muitos produtos através desses barcos chineses (...). Não duvide disso”. Questionado sobre o combate ao tráfico de drogas, disse: “vamos falar linguagem moçambicana. Você é uma autoridade (...). Eles enriquecem por isso, eles fazem actividades de rotina com essas brincadeiras. Alguns desses compram carros de luxo por causa de brincadeiras (...). No ano passado, foi denunciado um barco (chinês) semi-industrial que não estava dotado para a pesca de camarão. Os chineses conseguiram montar rede, esconderam no barco, quando iam trabalhavam naquela rede e conseguiam capturar camarão. Depois da denúncia, o barco foi interpelado. Mas, este ano, o barco está a ser preparado para reiniciar a actividade de pesca. Como passou o processo? Neste mundo, tudo é possível (...) com aquelas empresas chinesas que fizeram sociedade com parte moçambicana”. Uma investigação de 2021, do Jornal Ikweli, uma publicação editada na cidade de Nampula, denunciou um esquema de tráfico de drogas, com haxixe chegava a ser “sepultada” na Ilha de Yatá, em Angoche. Uma fonte fez saber que o haxixe, que é enterrado nas caixas e só depois tirado e transportado por pescadores para a cidade de Angoche, de onde segue viagem, é trazida por pessoas desconhecidas, incluindo suas origens. Mas “não são nacionais”, disse. Nem mais. O esquema envolvia embarcações que transportavam a droga nas noites. “Durante o dia, as embarcações ficam atracadas no antigo porto de Pescas, mas durante a noite ouvimos os seus motores a roncarem”, disse. Para mais detalhes, ver: Jornal Ikweli (2021). Yatá: a Ilha onde o haxixe é “sepultado” em Angoche. Acedido a 25 de Julho de 2022, em <https://ikweli.co.mz/2021/12/07/yata-a-ilha-onde-o-haxixe-e-sepultado-em-angoche/>

“irmãos” chineses, desta feita a Haiyu Mining Co. Lda, que o usa para o descarregue e carregamento de areias pesadas, que também são exploradas envolta a vários desmandos⁵¹, além de evasão fiscal, tudo sob olhar impávido das autoridades, não fossem as ligações da empresa com o partido Frelimo⁵².

Aliás, Sangage é outro local onde as empresas chinesas descarregam pescado, que é recolhido por viaturas para os centros de processamento das empresas. Angoche é um dos locais onde o desmantelamento do Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala que, basicamente, cuidava da pesca artesanal, se faz sentir. De acordo com fontes locais, o Instituto era importante no apoio à pesca artesanal, desde a capacitação dos pescadores artesanais sobre técnicas de pesca até a criação de incentivos para a melhoria das condições deste sub-sector.

Hoje não há nada. Absolutamente nada! - disse um operador profundamente decepcionado com o desmantelamento do Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala.

5.8. O caso da Beira

Beira, uma das áreas mais ricas do chamado banco de Sofala, é, também, um dos exemplos mais flagrantes da dizimação de recursos marinhos do país, perante gritantes fragilidades na fiscalização. Aliás, toda a província de Sofala, com uma extensa costa, que abrange os distritos de Machanga, Buzi, Beira, Dondo, Marromeu e Muanza, tem apenas 11 fiscais para velar pela protecção dos recursos pesqueiros.

Não é possível!- observa, de imediato, um operador entrevistado na Beira. Além da insuficiência de homens, a província só tem uma única lancha sem capacidade para retirar mais do que uma arte nociva, quando as embarcações dos pescadores artesanais ilegais têm capacidade para transportar várias “xicocotas”.

Para colmatar a insuficiência de homens e meios do Estado, existem, em cada distrito, os chamados Conselhos Comunitários de Pesca (CCP), que são organizações de base envolvendo os pescadores artesanais licenciados, com a responsabilidade de proteger a costa, através de acções de sensibilização, fiscalização e até autonomia para apreenderem artes nocivas.

Mas, na Beira, tal como acontece um pouco por todo o país, os CCP também não têm meios. Nem uma única embarcação. O CCP da Praia Nova, por exemplo, já teve uma embarcação alocada por um projecto em parceria com o Ministério das Pescas, mas o barco foi arrasado pelo Ciclone Idai que fustigou a Beira em Março de 2019. A embarcação, com capacidade de carregar 30 “xicocotas”, era a única que auxiliava o sector das pescas.

Como se não bastasse, os pescadores artesanais associados nos CCP, que acabam desempenhando funções de fiscais contra os artesanais não licenciados, trabalham numa base voluntária, com todas as implicações para a sua motivação. Desde a sua criação, em 2005, os CCP tiveram a promessa, do Governo, de receber 10% das receitas provenientes do licenciamento que fazem a novos pescadores artesanais. Mais tarde, a promessa subiu para 15%. Mas nada que passasse disso mesmo: promessas atrás de promessas. A verdade é que, há mais de 15 anos que os CCP não recebem nenhum

51 Em Nagonha, uma das povoações de Angoche onde opera, a Haiyu destruiu dunas e todo um ecossistema ambiental, resultando na inundação de pelo menos uma povoação e consequente destruição de mais de uma centena de casas e desalojamento de perto de 300 pessoas, algo jamais visto em mais de 70 anos. Para mais detalhes, ver “As Nossas Vidas não Valem Nada” – o custo humano da exploração mineira chinesa em Nagonha, Moçambique, um estudo feito, no terreno, entre 2015, 2016 e 2017, pela Amnistia Internacional, disponível [pelo menos até 15/08/2022], em https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2018/03/AIrelatorio_Mo%C3%A7ambique_As-nossas-vidas-n%C3%A3o-valem-nada_O-custo-humano-da-explora%C3%A7%C3%A3o-mineira-chinesa-em-Nagonha.pdf

52 Com um investimento inicial de USD 30 milhões, a Haiyu foi fundada em 2010, pela África Great Wall Mining Development Co., numa sociedade por quotas de responsabilidade limitada com a Hainan Haiyu Mining Co. Ltd. A África Great Wall Mining Development Company Lda é uma empresa que tem apoiado, financeiramente, a Frelimo, o partido no poder em Moçambique desde a independência de 1975. Em 2016, à margem da reunião nacional de quadros da Frelimo, a empresa mãe da Haiyu ofereceu diversos equipamentos, que incluíam 500 motocicletas de três rodas. Filipe Nyusi, o presidente do partido e da República de Moçambique, foi quem recebeu o “brinde” e, na altura, referiu que a oferta iria potenciar o seu partido no desenvolvimento de iniciativas que tornem a Frelimo viável, sob ponto de vista de auto-suficiência. Em 2014, durante a campanha eleitoral para as eleições gerais, a mineradora despendeu cerca de um milhão de meticais na compra de uma camiseta autografada de Filipe Nyusi, na qualidade de candidato da Frelimo à presidência da República. Em contrapartida, a empresa está envolvida em esquemas de evasão fiscal. A título de exemplo, de 2012 a 2016, a Haiyu não pagou Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), a principal fonte de arrecadação de receitas no país. A empresa também não pagou tanto o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) relativo a 2017, como o Imposto sobre a Superfície, em 2014 e 2016. No intervalo de 2012 a 2018, apenas pagou a taxa de concessão mineira de 2017, em apenas 12 mil meticais. A Amnistia Internacional calcula que, de 2012 a 2015, Moçambique terá perdido USD 13 milhões [520 milhões de Meticalis ao câmbio de então] em impostos que não foram pagos pela empresa de capitais chineses. Por sua vez, o Instituto de Estudos Sociais e Económicos estima que cerca de 72% dos recursos minerais exportados para a China, em 2015 [quando a Haiyu era a única exportadora de areias pesadas para o gigante asiático], avaliados em 40,8 milhões de dólares americanos (2 mil milhões de Meticalis) não foram contabilizados, nem tributados em Moçambique. Para mais detalhes, ver: Armando Nhamumbo. Haiyu Mozambique Mining Co. Lda e as areias pesadas de Angoche - um negócio obscuro. Jornal SAVANA. Maputo, 2020.

subsídio.

10% do valor cobrado viria para o CCP, era como se fosse uma alavanca para os CCP, mas isso nunca veio, até agora (...) passou para 15%. Se 10 não trouxeram, 15% pior, não sabemos quando é que há-de aparecer. Desde 2005 até hoje. Nem pagou (o Governo) um metical (...)- disse um membro de um dos CCP na Beira.

Um outro acrescentou: *Esta é uma das coisas que também impede porque trabalho voluntário faz-se, mas tem um tempo. Praticamente desguarnecida, Beira é uma das áreas de maior incidência da pesca artesanal no país. Não existem números concretos, mas são centenas e centenas de pescadores ou, como lhes chamou uma das fontes locais, toda uma população a pescar. Usam artes nocivas, como a “xicocota”, o que lhes permite capturar tudo, incluindo juvenis e fêmeas desovantes, anulando qualquer hipótese da sua reprodução.*

O xicocota é género funil. Aquilo funciona com marés. Maré grande funciona mais. Duas vezes por dia. Então, eles lançam e aquilo fica aberto como uma boca e, com a corrente, o pescado em movimento entra e fica preso. Ele só vai lá em minutos só, virou, largou e foi embora e ninguém sabe onde está. Um e outro caso quando a maré baixa, alguns fiscais vão lá, busca aquilo para cortar, mas em mil xicototas, você vai queimar 10, 20 ou 30 xicocotas, você não queima nada e eles vão repor. - disse um operador semi-industrial entrevistado na Beira.

Sem qualquer controlo, os artesanais vão à faina mais de duas vezes por dia, incluindo na calada da noite. Com as suas artes nocivas, arrastam tudo. Um operador artesanal licenciado, na Beira, caracterizou a situação da seguinte forma:

(...) Uma pessoa que usa arte nociva pode construir uma casa, enquanto o legal não tem como porque tira uma parte e paga ao Estado e outra aos trabalhadores. Os ilegais, não. São 2 pessoas na embarcação. A produção supera a sua (do artesanal licenciado) porque parte do peixe na sua rede está a passar porque tem de reproduzir. Nele não passa, colhe tudo, só deita o lixo!

Aliás, um membro de um dos CCP da capital provincial de Sofala disse que a imposição dos períodos de defeso/veda para a pesca artesanal não irão resultar enquanto houver os artesanais ilegais que usam artes nocivas.

Pode pôr 10 meses, mas não vai mudar (...). Não resulta (o defeso/veda) porque quem cumpre é o pescador legal, que paga licença, que é conhecido. O xicototeiro está lá e no tempo de defeso e veda aumenta o número de xicotota, então, o que estamos a fazer?- questionou. Para ele, a solução para o que está a acontecer, na Beira (mas, na verdade, um pouco por todo o país), passa por o Governo potenciar os meios de fiscalização, incluindo para os CCP.

Um outro pescador artesanal enfatizou a necessidade de o Governo tomar medidas arrojadas contra a pesca ilegal porque a fiscalização, essa os CCP estão a fazer desde 2005, mas sem resultados.

(...) O Governo deve virar a arte nociva. Agora, para haver fiscalização, deve haver meios. Foram criados os CCP, mas é só nome, não temos meios para fiscalizar o mar. Nem o próprio sector, ao nível da província, tem uma única embarcação que nem tem capacidade de tirar o xicocota. O CCP é uma organização de base comunitária que vive no dia-a-dia no centro da pesca. Agora, essas organizações não têm meios terrestres nem meios marítimos para fiscalizar arte, que é montada no mar e para chegar requer uma embarcação para retirar e destruir. Sensibilizar, já sensibilizamos desde 2005, mas a prática de xicocota nunca recuou.

Nos poucos casos em que os CCP conseguiram neutralizar os artesanais ilegais, acusam fraco domínio, por parte da Justiça, sobre os crimes ambientais. *Quando chega no Tribunal, eles pagam caução e saem (...). O Tribunal liberta e voltam às comunidades. O CCP prende, mas ele (o pescador ilegal) até volta com um papel de que foi solto pelo Estado. Então, como o CCP há-de voltar a pegar aquela pessoa?- questionou um dos entrevistados.*

Um outro operador mencionou haver casos surreais em que os artesanais ilegais até são libertos com suas próprias artes nocivas, ou seja, o objecto usado na prática do crime.

Até com prova, sabendo que estava lá. Não sei se é a lei ou as pessoas que julgam não entendem a lei marítima, o que é proibido, o que é crime marítimo. As pessoas são apreendidas a usarem artes nocivas, chegam no julgamento e são

deixadas em liberdade. Há um que foi deixado com xicocota dele. Foi entregue. Devolver a arte proibida. O Tribunal decidir que a pessoa deve ser entregue o seu meio, um bem que não paga licença e está a dizimar espécies marinhas. Como é que fica a comunidade que prendeu?- referiu.

Além da Justiça, também questionam o papel de outras instituições do Estado, como as Alfândegas, que permitem a entrada, no país, de artes que são nocivas para a pesca. Com elevado esforço de pesca a ser exercido sobre os recursos, Beira é um dos locais onde a escassez dos produtos pesqueiros comprovam a falência do sector. A título de exemplo, há mais de 20 anos Beira tinha mais de 30 embarcações semi-industriais a gelo. Hoje ficaram pouco mais de 5. A maioria acabou entrando em falência.

Os donos foram desaparecendo por falta do recurso. - disse um semi-industrial local. Ele, que vê no uso das artes nocivas pelos pescadores artesanais como uma das principais razões para a falência do sector, acusou má gestão por parte do Governo.

Deixaram as coisas acontecerem (uso de artes nocivas, com destaque para xicocota) e hoje já está fora do controlo (...). No assunto das artes nocivas, eu lembro-me que começaram em 1998, estamos a falar de há 24 anos, não combateram de raiz. E, hoje, as artes nocivas ganharam uma dimensão enorme. As artes nocivas, posso dizer que estão a ser feitas pela população. O número dos infractores é tão grande que até olho como se fosse a população.- disse, para depois fazer uma analogia sobre a falência do sector:

É muito simples – entras num aviário, comes a dizimar os pintos, o que esperas no dia de amanhã? Não tens frango para comer!

Por isso, acha que dificilmente a fiscalização consiga conter o que chama de “população” de pescadores artesanais, ainda mais com as fragilidades crónicas que tem.

Eu não vejo fiscalização que possa fazer frente àquela população. Não vejo. E aquilo ganhou uma proporção que até posso comparar com aqueles vendedores informais dos mercados e da rua. Deixaram aquilo acontecer, uma barraca aqui e ali e ocupou uma avenida toda e agora o que vão fazer para tirar. Foi precisamente assim que aconteceu com o xicocota e hoje não é fácil. Dei exemplo de barraca e tu vês, montou de manhã, está a vender e estás a ver. Mas pescas vai hoje numa zona (e amanhã noutra) - eles até pescam muito mais nas noites. Então, ir ao mar, atrás de centenas de pessoas e sem recursos, é muito difícil. Mas a verdade é que o número de infractores é tão grande e não temos fiscalização para isso!- referiu.

Como uma das áreas mais ricas do banco de Sofala, Beira foi também um dos pontos de incidência da vaga de chineses. Mas, localmente, ficamos a saber que, na verdade, as embarcações chinesas não só pescavam na Beira, mas praticamente em toda a costa moçambicana. Tendo Beira um porto-base, com melhores condições, os “irmãos chineses” várias vezes ali atracavam para abastecimento em combustíveis.

Aliás, com um porto estratégico, Beira é o principal ponto de descarregamento de pescado para quem faz pescaria na zona norte do banco de Sofala, de Quelimane a Angoche, passando por Moma, uma vez que as restantes infra-estruturas, como o porto da capital provincial da Zambézia, não têm condições para a exportação do pescado dentro dos padrões exigidos no mercado internacional.

Mas não são só os chineses envolvidos na violação das regras das pescas na Beira. Os artesanais licenciados também se queixam da invasão das suas áreas pelos pescadores industriais, sobretudo à noite. Na Praia Nova, os artesanais também se queixam do que chamam de invasão, pelos semi-industriais, que deixam de descarregar próximo do Porto de Pesca, onde se paga uma taxa, para fazerem descarregamento na área reservada aos artesanais, resultando na falta de espaço. De igual modo, os artesanais reclamam estarem a ser tratados como industriais, dando como exemplo a imposição da veda de 5 meses para todos, algo que, no seu entendimento, não devia acontecer, por serem níveis de produção diferentes.

Como artesanal, com as minhas capturas, por ano, não consigo produzir 20 kg de camarão. Mas, quando se faz a veda é

todo aquele tempo longo. Não é que nós não queremos veda, mas, no passado, a veda nunca era igual. Industrial e semi-industrial tinham 3 meses. Artesanal tinha um mês e meio a 2 meses. Fechava Dezembro a Fevereiro. Mas, agora, estão a comparar o artesanal e o industrial enquanto a forma de produzir é diferente. - disse um artesanal.

6. RECOMENDAÇÕES/SUGESTÕES

A partir das constatações feitas neste trabalho ficam claras as medidas que o país precisa de tomar para revitalizar o sector das pescas: desde a melhoria do nível da gestão até ao combate de todas as formas de pesca ilegal, não regulada e não reportada, o que passa, necessariamente, pela coragem em tocar os vários interesses que convergem no sector. Essas são medidas que deviam ter sido tomadas ontem, a bem do sector que deve ser um motor da economia e beneficiar a todas as moçambicanas e a todos os moçambicanos.

Por entendermos ser mais do que óbvio esse caminho que o país precisa de seguir, não é sobre isso que nos iremos debruçar nesta parte final do trabalho. Pelo contrário, preferimos contribuir com uma proposta, que embora fulcral para o futuro das pescas em Moçambique, ainda é pouco falada no sector. Trata-se de repensar no modelo de gestão da pesca artesanal que, tal como demonstrado ao longo do trabalho, embora tenha um peso mais significativo nas capturas de recursos pesqueiros no país, hoje está praticamente abandonado à sua sorte.

De facto, como escreve Manhice (2021), com o início da recolha de estatísticas da pesca artesanal, desde 2007, e a efectivação nos últimos anos, observa-se que a contribuição desta actividade para as capturas vem crescendo anualmente, demonstrando a sua importância para a subsistência das comunidades costeiras dependentes e, também, o seu impacto para a sustentabilidade dos mananciais pesqueiros.

A questão central é como ter os pescadores artesanais como parceiros nos esforços para revitalizar a actividade pesqueira em Moçambique. O nosso argumento é de que, enquanto país, precisamos de ter coragem para fazer com que, por um lado, a proibição de pescar ao pescador artesanal seja um serviço pago e, por outro, pensar em formas alternativas de rendimento que permitam que os pobres das zonas costeiras não dependam, exclusivamente, dos recursos pesqueiros, que são esgotáveis.

Não é, pois, por mero desconhecimento que as comunidades continuam a dizimar os recursos pesqueiros, mesmo com as campanhas de sensibilização levadas a cabo pelas estruturas governamentais e pelos Conselhos Comunitários de Pescas. Não é porque as comunidades têm interesse em se oporem às autoridades, arriscando vidas, prisão e apreensão/destruição das suas artes de pesca. Não é porque os pescadores artesanais não sabem da importância dos períodos de defeso/veda. Não é porque eles não sabem da proibição do uso de rede de arrasto ou mesmo a rede mosquiteira para a pesca. Não. Eles sabem.

O ponto é que será sempre difícil convencer, com palavras, a quem vive à beira do mar para não dizimar os recursos, quando não tem nenhum incentivo, ou nenhuma outra fonte para a sua sobrevivência, quando sabe que o mar, ao lado, pode dar-lhe comida e dinheiro para custear as suas despesas básicas, incluindo necessidades essenciais como a educação e a saúde.

Em outros países existem formas de incentivo, na forma de subsídios às comunidades, para garantir que um serviço eco sistémico aconteça. Em Moçambique as comunidades costeiras também podem ser mapeadas e, com incentivos, pô-las a protegerem os recursos que são de todos nós – tal como acontece, por exemplo, no sector da exploração florestal em que 20% das receitas reverte a favor das comunidades nativas.

Como referenciou uma das fontes consultadas durante a realização deste trabalho:

Não é só dizer que é proibido durante 3 meses. Eu, como cientista, posso recomendar isso, mas fazer com que, realmente, as pessoas não pesquem, é um outro desafio. Muitas vezes, a gestão, em Moçambique, investe muito na fiscalização. Em economia, essa técnica chama-se a «técnica do pau» que é, em vez de dar um incentivo, damos um castigo. Quem pesca, arrancamos a rede, queimamos a rede, levamos a cadeia. A técnica do pau funciona até certo tempo, mas quando as sociedades são muito pobres que vale a pena correr o risco, o pau não funciona. Tem de se aplicar a técnica da cenoura.

O que é a cenoura, é o incentivo que diz assim – se você não pescar, eu vou te dar isto. Aqui em Moçambique, até ao momento, a gestão está muito focada na mentalidade do pau, do castigo, da multa, de pegar a rede e queimar e não presta atenção às questões do incentivo. É natural porque somos um país pobre, não temos recursos para apoiar tudo, mas isso também é que justifica que as vedas tenham muito pouco êxito em Moçambique, porque não vêm acompanhadas de questões económicas e sociais.

É, pois, agora, urgente, mais do que nunca, que o país comece a pensar em esquemas de compensação para incentivar os pescadores a protegerem os recursos, pois, infelizmente, a experiência mostra que, dificilmente, eles aceitarão consentir sacrifícios, como passar fome, para deixar os recursos pesqueiros crescerem, se não tiverem incentivos para tal. O trabalho de campo mostrou que nem mesmo os CCP, conselhos de base comunitária nos quais o Governo está a apostar para combater a pesca artesanal, têm força para impedir a dizimação dos recursos, porque eles próprios não têm incentivos. Enquanto o país não tiver a coragem de olhar para o problema com realismo, continuaremos a chamar de pesca ilegal, não regulada e não reportada ou contrabando a o que são formas de sobrevivência de comunidades que, simplesmente, se recusam a ficar de braços cruzados e a morrer a fome, quando a comida e o dinheiro para comprar cadernos e suplementos hospitalares estão em frente da sua casa.

*Aliás, uma das nossas entrevistadas chama a isso de Formas de Resistência e Sobrevivência Diárias: *Eles gostariam de seguir (as normas) porque têm o entendimento das leis, mas aquelas leis afectam a sua sobrevivência diária e isso, para um ser humano ou uma espécie qualquer, em primeiro lugar é o que lhe faz estar vivo. Então, o contrabando, por exemplo, ao nível artesanal, é o que eu chamo Formas de Resistência e Sobrevivência Diárias - eu não chamo contrabando. Como cientista, eu chamo o artesanal que opera no tempo de veda como um pescador de Subsistência, uma Forma de Resistência Diária porque ele tem de ir pescar.**

Esta não é uma sugestão para se fazer vista grossa aos atropelos feitos pelos pescadores artesanais. Pelo contrário, é um convite para se entender a dimensão social deste sector, que deve ser gerido na perspectiva de tirar Moçambique da pobreza porque, diferentemente dos industriais, os artesanais são, na verdade, os pobres. Enquanto não tivermos esse compromisso com o sector pesqueiro, poderemos estar a ignorar aquilo que é o problema das pescas em Moçambique que, na verdade, não é um problema do sector, mas um problema político do país: pobreza.

Mas, também conforme dito, é preciso dar alternativas a esses pescadores. A agricultura, por exemplo, a chamada base de desenvolvimento do país, desde a independência de 1975, pode ser uma delas, desde que se passe dos discursos vazios de há 47 anos para a prática. Ainda mais, porque, na verdade, quase todo o pescador tem na agricultura a sua actividade secundária. Mas, acontece que é na costa de Moçambique, onde vivem os artesanais, onde temos os terrenos mais pobres, com o paradoxo de ser onde vive a maior parte da população, devido à herança das guerras que causaram a êxodo das zonas interiores para a costa.

Potenciar sistemas intercalares de produção de alimento e cultura de rendimento, como o sisal, pode ajudar as pessoas. Em países como Tanzânia, Quênia e certas zonas áridas do Brasil, as populações ganham dinheiro com esta cultura. É verdade que, no passado, a cultura do sisal, em Moçambique, praticamente morreu antes de começar. Mas hoje, altura em que o mundo está em transição, o sisal pode ser uma melhor aposta como alternativa para as comunidades costeiras.

O mundo está, pois, numa fase de transição. Até 2030, vários países irão banir o uso do plástico que, na Europa, por exemplo, não será permitido. Pelo que voltaremos ao uso das fibras naturais. Neste momento, os maiores produtores de fibra são o Brasil, Tanzânia e Quênia, ou seja, 2 maiores produtores estão ao nosso lado, o que nos confere a oportunidade de aprender da sua experiência com mais facilidade.

Neste momento, Moçambique está entre os 10 maiores produtores de sisal, graças a plantações coloniais que estão em Nampula, que já estão decadentes. E o sisal não requiere água, é uma planta altamente resiliente, tal como o coqueiro⁵³ que, infelizmente, está a ser devastado pelo amarelecimento letal, principalmente na Zambézia, mas também em Inhambane. Aliás, por falar de Inhambane que, além do coco, as suas terras produzem, essencialmente, culturas como mandioca e

⁵³ O coqueiro é, também, uma cultura de rendimento. Fomentado no tempo colonial, o coqueiro passou a ser, para os moçambicanos, como é o caso das famílias de Inhambane, um pouco de tudo: é casa (a partir das suas folhas e ramos constrói-se casa), comida (coco usado para cozinha) e renda (através da venda).

feijão nhemba, tem muita terra não aproveitada que pode ser aproveitada para plantações de sisal. A planta de sisal dura 20 anos, tirando-se, todos os anos, as folhas. Claro que é preciso criar uma mini-indústria de processamento, o que requer recursos financeiros. Mas, nada impossível.

Quantos projectos gastam 50 mil dólares em coisas que não interessam para nada e que não têm continuidade? Com 20 mil dólares cria-se uma boa indústria de sisal em Inhambane, mas não há foco nisso porque, por exemplo, as pescas estão desconectadas da agricultura, que é a actividade secundária de um pescador. E isso mostra que a parte de desenvolvimento científico na área das pescas ainda é baixa e está pouco interligada porque, se tivéssemos esse nível de relacionamento, entendermos que a pesca também é agricultura porque agricultura é todo tipo de actividade de produção, já teríamos mecanismos de coordenação.,- observa uma das fontes.

Não menos importante, além de repensar na pesca artesanal, é a necessidade de se aprimorar a gestão política do sector. O capítulo sobre a crise institucional evidencia a situação porque passam as pescas, em Moçambique. As recorrentes mudanças de ministros, bem como as alterações das competências do Ministério, transferências e/ou fusão/desmantelamento de instituições tuteladas não permitem a tão necessária consolidação e profissionalização dos processos de gestão para tão sensível área.

O actual modelo de gestão das pescas, que no fundo é o modelo de gestão do Estado em Moçambique, limitado à visão de cada presidente da República, que pode não ser, necessariamente, a melhor visão que o país necessita, é contrário a qualquer esforço para que se encontre um caminho acertado para o grau dos desafios que se impõem. As pescas não podem continuar a ser pensadas numa visão curta de cinco anos, fíndos os quais cada presidente entende colocar, consoante as suas vontades, pessoas que nem sempre são as melhor qualificadas para o sector, com implicações em cascata que, ao invés de melhorar, levam ainda mais o sector ao precipício.

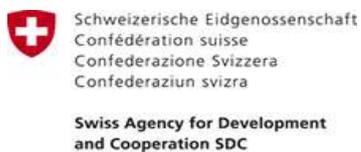
A nossa própria história, enquanto país, é suficientemente clara. Ensina-nos que, enquanto continuarmos a pensar nas grandes questões nestes ciclos quinquenais, não em função de um projecto de nação de longo prazo, mas em função de interesses dos grupos que controlam o poder, em cada momento, só nos condenam ao fracasso que somos, 47 anos depois da independência.

Associada à gestão, há a necessidade de reforçar a competência de modo que a gestão das pescas, uma actividade tão específica quanto sensível, seja feita por quadros com conhecimento do sector. Não faz sentido que 47 anos depois da independência, nem o Ministério das Pescas, nem a Administração Pesqueira, não tenham um único economista pesqueiro. Não há nada contra os dirigentes que passaram a comandar o Ministério, particularmente nos tempos do ministro Agostinho Mondlane, mas a questão é como é que directores operacionais e assessores, sem sensibilidade operativa e que não conhecem trabalho de campo, podem gerir um sector tão sensível como o das pescas. É urgente que se dê espaço a quadros competentes, que o Ministério já os teve e que foram afastados ou se viram obrigados a afastar-se do Ministério com a gestão do ministro Mondlane. O que não pode continuar é que se tenha um Ministério a ser gerido na base de fofocas, numa cadeia que acaba por empurrar ministros a tomarem decisões não baseadas na sensibilidade operacional que se impõe no sector. Cá estaremos para ver o legado da ministra Lídia Cardoso que, pelo menos nestes primeiros meses no cargo, inspira a promessa de melhorar o sector.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy